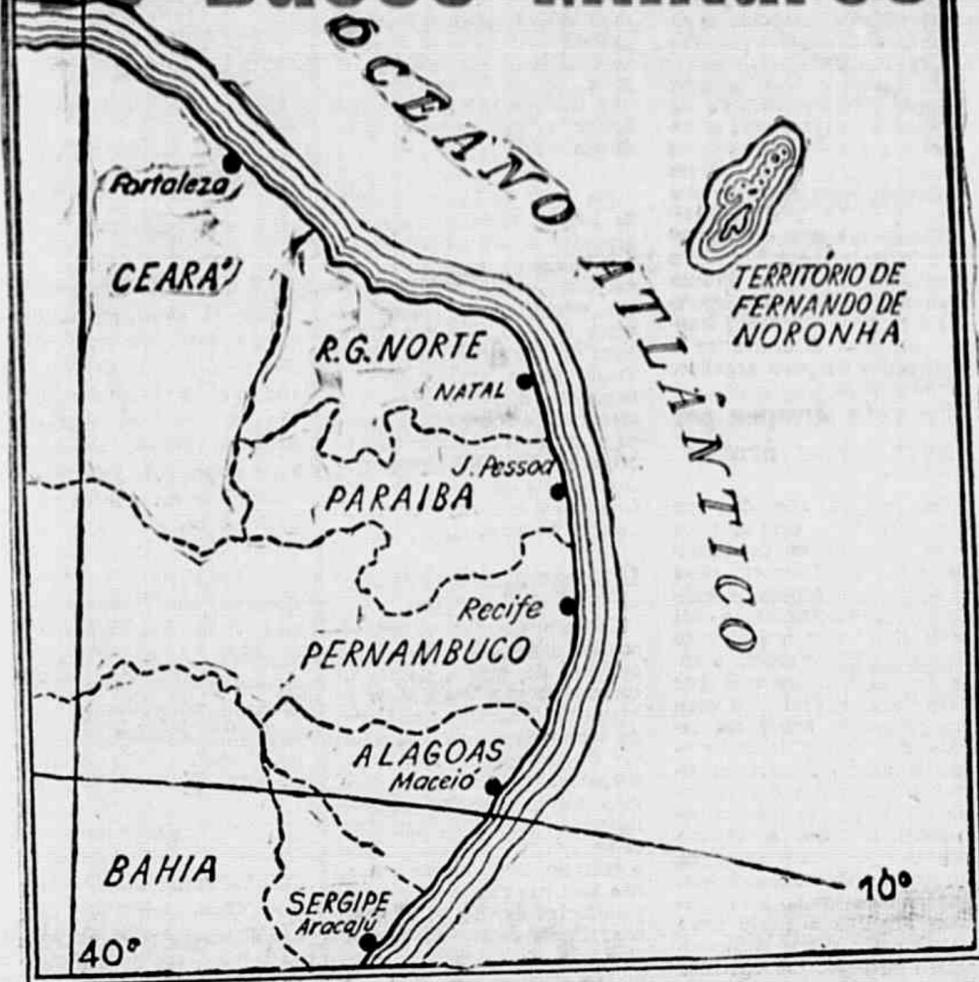


Contrário o Povo Brasileiro à Cessão De Bases Militares Aos Estados Unidos

Tem o caráter de insolência e chantagem a pressão exercida sobre o governo para arrancar concessões incompatíveis com os nossos brios e as tradições nacionais

(Leia na última página)



Situada a 320 quilômetros do nosso litoral nordeste, Ilha de Fernando de Noronha, cem por cento brasileira e jamais ocupada por estrangeiros, é agora ambicionada pelos Estados Unidos, para nela instalar uma base de foguetes teledirigidos. Fernando de Noronha que já pertenceu ao Estado de Pernambuco e foi território federal (da mesma categoria que Acre, Guaporé e Amapá) é hoje território militar, cuja guarnição é comandada por um major do Exército. A opinião pública nacional não quer que seja feita nenhuma concessão ao estrangeiro em solo do Brasil.

NEM FORTALECE A PAZ NEM A DEFESA NACIONAL

COM INDISFARÇÁVEL preocupação as forças patrióticas acompanham o desenvolvimento das negociações, mantidas em rigoroso sigilo, entre o governo brasileiro e o norte-americano para a instalação de bases de foguetes teledirigidos em nosso território.

Todos os brasileiros honrados sentem os graves riscos que acarreta a soberania nacional qualquer concessão, neste sentido, de parte do sr. Kubitschek, às exigências dos Estados Unidos. Todos sabemos das resistências tenazes que os militaristas do Pentágono opõem à retirada de suas tropas das bases que ocupam no exterior. Temos nossa própria experiência: foi necessária poderosa campanha popular para que os EE. UU. retirassem seus soldados das bases que lhe cedemos durante a guerra. E estávamos, então, num período em que a política da «guerra fria» tentava, apenas, seus primeiros passos.

Além disso, a instalação de bases para controle de armas modernas e exclusivamente agressivas, como sejam os teleguiados, coloca de imediato o território brasileiro como objetivo de ataque num conflito de largas proporções em que se empenhem os Estados Unidos.

Finalmente, não se pode desprezar o fato, conhecido na história de diversos povos, de que o país que cede parte de seu território para a instalação de forças militares estrangeiras expõe-se, sempre, a uma ingerência política cada vez maior do país ocupante em seus assuntos internos. A pretexto de manter a segurança de suas instalações e de seus soldados, os Estados Unidos teriam, caso lhes cedêssemos bases em nosso solo, mais um pretexto para fortalecer as pressões que exercem sobre o governo brasileiro, para arrastá-lo a uma política de guerra e contínuas concessões aos monopólios norte-americanos.

E' em semelhante situação de graves preocupações para o nosso povo que o sr. Juscelino Kubitschek pronuncia o discurso aos alunos da Escola Superior de Guerra, discurso que pretende justificar concessões completamente incompatíveis com as aspirações de nosso povo. Afirmações do Presidente da República como as de que o país está preparando, juntamente com os Estados Unidos, seu «sistema de defesa» tendo em vista — é o único fato que cita relativo à situação internacional — «as consequências práticas que podem resultar de um conflito que transborde dos limites estreitos» da Hungria, mostram não somente o sentido desta pressão norte-americana para a cessão de bases brasileiras, mas também a posição equivocada do Chefe do Governo diante de questões que dizem respeito à vida e ao futuro de nosso povo.

Evidentemente, a situação criada pela contrarrevolução já esmagada na Hungria só poderia «transbordar» numa ameaça à paz mundial se os potências imperialistas, como os EE. UU., pensarem em utilizá-la como estopim de uma carnificina mundial. O Brasil jamais poderia, como o quer o Sr. Kubitschek, cooperar política ou militarmente com os que alimentam estes planos infames.

O povo brasileiro não concorda nem concordará jamais em que, servindo-se de conhecidos chavões há muito empregados pelo sr. João Neves da Fontoura para justificar a política entreguista que traçou no Itamarati, o atual governo volte às costas aos compromissos que assumiu como candidato para realizar a orientação sempre advogada pelo bando golpista. Esta política, nem defende a paz nem fortalece a segurança nacional.

VOZ OPERÁRIA

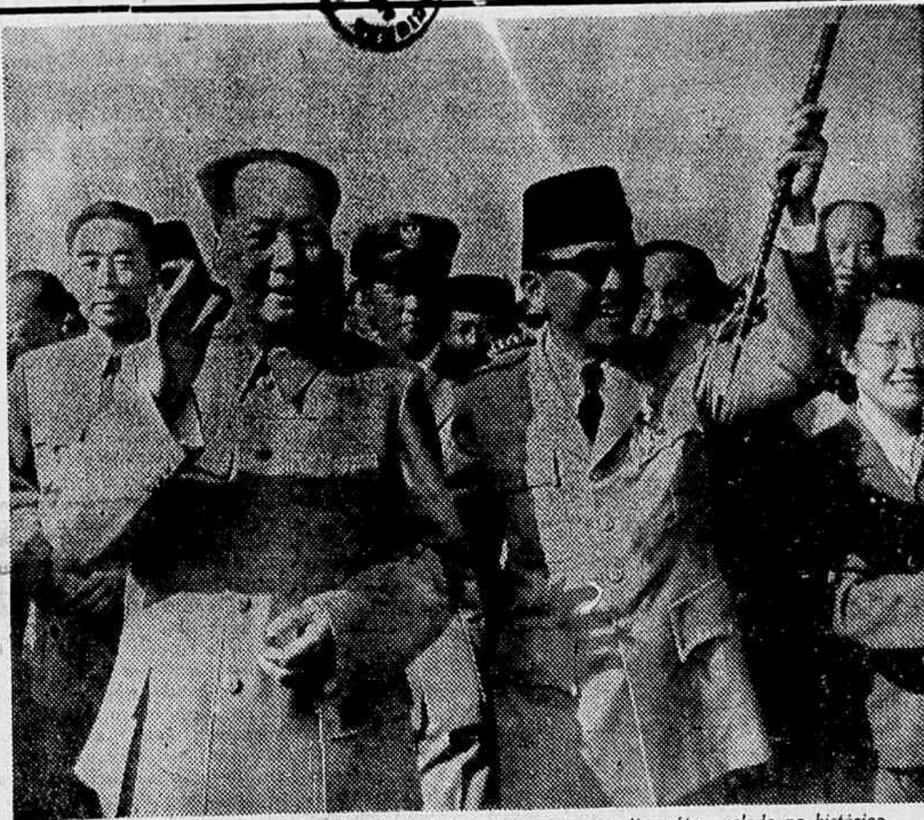
Nº 397 — RIO DE JANEIRO, 22 DE DEZEMBRO DE 1956

NESTA EDIÇÃO

BOLETIM DE DEBATES

ARTIGOS DE:

- Rui Facó — Os Debates e o Papel de VOZ OPERÁRIA
- Luís Borges — O Trabalho Cultural Sob Influência do Culto à Personalidade
- Carlos Rogério Garcia — O Culto à Personalidade na URSS e no Brasil
- José Navarro — O Mandonismo e o Subjetivismo
- Marcos Silveira — A Relação Entre o Culto e Nossos Métodos de Trabalho



A amizade baseada na identidade de interesses e no respeito mútuo, selada na histórica reunião de Bandung, desenvolve-se entre os povos asiáticos que desempenham um papel crescente no cenário mundial. Frequentes visitas de boa vontade, como a que realizou recentemente Chu En Lai à Índia, são feitas pelos estadistas desses países. Uma dessas visitas, a de Ahmet Sukarno, Presidente da República da Indonésia (80 milhões de habitantes) à China Popular, obteve grande repercussão para o estreitamento dos laços de amizade entre os dois grandes Estados. E é isto que expressa a foto acima, em que aparecem de braços dados, Ahmet Sukarno e Mao Tse-tung, duas eminentes figuras políticas de nosso tempo. (Foto SIN-HUA).

140 Mil Argelinos Combatem de Armas Nas Mãos os Colonialistas Franceses

O povo francês sofre com a continuação da guerra na Argélia. Jovens franceses morrem aos milhares em virtude dessa aventura colonialista. Os gastos militares sobem a quinhentos bilhões de francos anuais. Novos e novos impostos para custear a guerra se juntam ao tributo de sangue que paga a juventude francesa. A vergonhosa guerra contra o povo argelino conduz a França a uma situação de crise nacional.

Discriminação intolerável

A dominação francesa na Argélia, que dura ao longo de um século, levou os nativos do país a um estado de miséria extrema e de verdadeira escravidão. A Ar-

gélia possui hoje oito milhões de habitantes. É expressivo o quadro da situação dos colonos europeus e dos nativos do país.

Os colonos europeus, que representam cerca de um milhão de habitantes, acham-se em situação privilegiada. Suas rendas médias per capita superam dez vezes as rendas da população nativa: árabes e berberes. Cerca de

tres milhões de pessoas padecem de inanição nesse país cujas riquezas naturais são imensas. Mas isso acontece porque cerca de 80% da superfície de terra arável se encontra em mãos dos colonos europeus. As terras pobres e áridas ficam para os nativos. A renda média da família de um camponês argelino é de vinte mil francos anuais, enquanto na França o salário médio de um operário é de vinte e dois mil francos mensais. É dramática a situação do povo argelino.

manifestaram seu desejo de manter intangível o regime de exploração colonial na Argélia. Os patriotas argelinos não tiveram outro meio que tomar armas pela independência nacional.

Na noite de 31 de outubro de 1954 começaram as ações armadas contra os colonialistas. Elas se desenvolveram em Constantina, Cabília e Orães estendendo-se depois ao resto do país, desde a fronteira do Marrocos à de Tunis. Tendo como núcleo central pequenos destacamentos, foi crescendo e formando-se pouco a pouco o Exército de Libertação Nacional, hoje calculado pela imprensa dos colonialistas em cerca de 140.000 homens.

O programa da Frente

Os combatentes argelinos contam com uma séria inferioridade de armas. Lutam, contudo, com grande valor e heroísmo. Por isso um terço do território do país está livre dos franceses. Nas fronteiras marroquinas, numa região montanhosa, os guerrilheiros argelinos instalaram os seus órgãos de poder. Mas o exército de libertação conta não somente com o apoio das populações das zonas libertadas. Conta com o apoio e a simpatia da população de outras regiões, identificada com a causa nacional argelina. Nisto reside sua enorme força.

Os dirigentes da Frente Argelina de Libertação Nacional definem assim os objetivos de sua luta: «Criação de um Estado soberano argelino, formação de um governo provisório que convoque eleições gerais à Assembleia Constituinte e prepare a reforma agrária».

Não há dúvida de que com um tão justo e amplo programa de luta, os patriotas argelinos, como tem acontecido em nossos dias com outros povos, terminarão por conquistar sua independência.

Publicado em Pequim o Discurso de Tito

TAMBÉM DIVULGADOS OS ARTIGOS DA «PRAVDA» E DO «BORBA»

EM sua revista de Imprensa de 11 de dezembro, o serviço distribuído em Londres pela Agência de Notícias da Nova China informou que os jornais de Pequim dedicaram páginas ao discurso pronunciado pelo Marechal Tito em Pula, a 11 de novembro, e à reação de líderes ou de jornais dos Partidos Comunistas da União Soviética, da Tchecoslováquia, Itália, República Democrática Alemã, França, Albânia, Polónia, Bulgária e Mongólia, assim como os artigos sobre o mesmo assunto do "Borba", de Belgrado, e da "Pravda", de Moscou.

A Agência de Notícias da Nova China também divulga com destaque a realização do VIII Congresso do Partido Italiano, ao qual o P.C. Chinês enviou uma delegação encabeçada por Peng Cheng. O dirigente comunista chinês pronunciou na reunião dos comunistas italianos um discurso de saudação e leu a mensagem dos comunistas chineses aos seus companheiros de luta italianos.

Por sua vez, "L'Unità", de Roma, divulgou várias notícias sobre as visitas da delegação chinesa a locais históricos de Roma e estampou uma foto do chefe da delegação chinesa ao lado de Palmiro Togliatti e de outros dirigentes italianos.

Denúncia Dos Crimes de Perez Jimenez

FREQUENTEMENTE aparecem nos jornais cinematográficos projetados em nosso país fotos de edifícios da avenida principal de Caracas, entremeadas de grandes elogios ao ditador Perez Jimenez. Nada dizem esses jornais, entretanto, sobre as miseráveis condições de vida do povo venezuelano.

Jimenez, entretanto, não conta apenas com esse elemento de propaganda. Conta com artigos periódicos de Assis Chateaubriand, apontando cingidamente o exemplo da Venezuela como solução para a exploração de nosso petróleo. Nos últimos dias mesmo, a quase totalidade dos jornais cariocas divulgaram uma matéria paga, inventariando supostas realizações do ditador venezuelano. Como se vê, Perez Jimenez derrama uma vasta propaganda demagógica em nosso país. Procura, desse modo, aparecer como patriota e homem de iniciativa quando não passa de um despota caricato. Tenta com isto ocultar a revolta que desperta o conhecimento dos crimes praticados pelo seu regime. Mas não o conseguirá, porque a repercussão desses crimes já ultrapassou as fronteiras do país.

ASSASSINIOS E TORTURAS

Agora mesmo, a Liga Internacional dos Direitos do Homem denunciou a morte nos cárceres venezuelanos do dr. Mário Perez Pisanti, o qual, em outubro último havia sido submetido a atrozes torturas. Como diz o documento, a vítima não estava vinculado a nenhuma corrente política, sendo um conhecido homem de negócios ligado por laços de amizade a dirigentes políticos que se opõem à ditadura.

Outros presos também, segundo a denúncia, se encontram em perigo de vida nas prisões de Jimenez. São eles:

Cláudio Azocar, dirigente operário detido em Barcelona, Venezuela. Seu paradeiro é desconhecido desde 1954.

Carlos Behrens, vice-presidente da Federação Venezuelana de Agricultores, encarcerado desde outubro de 1951 em inferno no campo de concentração de Ciudad Bolívar.

Salom Meza, da Comissão Executiva da Associação Nacional de Empregados preso em outubro de 1951 e encarcerado no mesmo campo de concentração.

— E por fim, Jesus Faria, ex-senador da República, dirigente do Partido Comunista e líder dos operários petrolíferos, encarcerado há sete anos sem processo.

A Liga Internacional dos Direitos do Homem e a Associação Inter-Americana pela Democracia e a Liberdade, sua filiada, ambas autoras da denúncia publicada em Nova York em carta ao sr.

UMA CARTA DA LIGA PELOS DIREITOS DO HOMEM AO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

Dag Hammarskjöld, Secretário-Geral da O.N.U., declararam que, embora discordem das idéias de Jesus Faria, acham que ele deveria ter uma oportunidade de defesa.



Jesus Faria

Um voto europeu por nove votos árabes

Os nativos não dispõem dos direitos democráticos mais elementares. Os eleitores estão divididos em duas categorias: europeus e indígenas. A discriminação vai a tal ponto que nas eleições ao Parlamento Francês o voto de um europeu vale por nove votos de árabes. A mesma proporção existe em relação aos órgãos de poder eletivos locais. A terrível situação econômica e a carencia de direitos impõem à população argelina a valente luta que trava em favor da liberdade e da independência.

Há algum tempo a luta do povo argelino adquiriu novo impulso. Os êxitos do movimento de libertação dos seus irmãos tunisinos e marroquinos, que conquistaram a independência política, estimulam a população de um país vizinho como a Argélia.

Ampla luta Libertadora

O anseio de libertação do povo argelino adquiriu maiores proporções depois da segunda guerra mundial. Para isso desempenham relevante papel os partidos democráticos entre os quais o Manifesto Argelino, o Partido Comunista e outros. Em 1951 constituiu-se a Frente Nacional Argelina de Libertação que hoje agrupa grandes forças patrióticas. Diferentes governos franceses no pós-guerra



crônica internacional

A Volta de Eden e a Reunião da OTAN

A DECRETAÇÃO do racionamento de gasolina — eis o que o Governo britânico oferece como presente de Natal aos cidadãos ingleses que continuam, assim, a purgar a aventura guerreira determinada contra o Egito pelos líderes conservadores. Nesse simples fato, define-se uma das maiores derrotas políticas da City, nos últimos anos. Agora, as tropas invasoras já estão em retirada, não tendo sequer conseguido salvar a face, mas os contribuintes prosseguirão ainda por muitos anos a arcar com o ônus decorrente da derrota. Ao mesmo tempo, entretanto, o racionamento britânico demonstra que a resistência aos propósitos norte-americanos continua grande. Como se sabe, não haveria necessidade de tomar a medida, evidentemente impopular, se Eden, McMillan e Butler resolvessem lançar mão do produto norte-americano, sobretudo depois de solucionada em suas bases a questão da retirada das forças anglo-francesas. Mas, nesse caso, a posição do erário seria ainda pior do que já se encontra. Restava, portanto, como solução imperiosa, a redução do dispêndio de combustível e das despesas, até que se encontre desobstruído o Canal de Suez.

Nessas difíceis condições é que Eden retorna ao seu posto no Gabinete, do qual se afastara em plena crise política, num instante em que sua ordem aventureira levou o prestígio inglês ao ponto mais baixo a que já caiu desde os dias gloriosos de Munich. Sintomaticamente só o fez depois de passados os piores dias e sem ter ao menos assumido diretamente o controle do Ministério durante a realização do Conselho de Ministros da OTAN. Para alguns observadores, esse retorno não passa de um primeiro passo que deve ser seguido pela retirada política do "premier". Existem, entretanto, possibilidades diversas de sua manutenção. Entre essas merece destaque o temor dos conservadores de que uma crise ministerial leve ao poder os trabalhistas.

Na realidade, não se pode dizer que um só problema tenha encontrado solução, entre os que separaram nas últimas semanas Estados Unidos, Inglaterra e França, durante a viliatada forçada de "sir" Anthony Eden. O comunicado da OTAN

demonstra que os ponteiros não puderam ser acertados. Lê-se naquele documento, que, além de fórmulas gerais conhecidas de antemão, sobre a "concordância geral" de opiniões, e de manifestações sobre Suez, Oriente Próximo, Hungria, a OTAN adotou uma resolução sobre a solução pacífica dos litígios entre os países membros, criando mesmo um aparelho especial para tentar dirimi-los, antes de que sejam apresentados à ONU ou a algum outro organismo internacional. Claro que não se criaria tal aparelho especializado sem que as divergências tivessem surgido em suficiente grau de periculosidade. Houve, é verdade, unanimidade sobre a necessidade de manter uma política unitária e de fundir as diretrizes na Europa e no Oriente Próximo. Mas, nesse caso, estamos em face de meros desejos que novamente haverão de chocar-se com a realidade. Fechada a possibilidade de conduzir, com êxito para os imperialistas uma guerra imediata haverá que optar pelo retorno à guerra fria ou pela volta à política de distensão. No primeiro caso, o caminho para a Inglaterra e a França seria o da subordinação às diretrizes norte-americanas, e, no estado atual do mundo, seria de todo improvável que pudesse ser trilhado por muito tempo. No segundo, a dispersão da política atlântica seria cada vez mais impulsionada como o foi durante o período em que se processou a diminuição do perigo de guerra.

Todos os fatos, inclusive a marcha objetiva da concorrência inter-imperialista leva a concluir pelo paulatino afrouxamento da aliança atlântica, mesmo naqueles casos em que seus membros "rebeldes" realizam uma política cem por cento agressiva como foi o caso recente de Grã-Bretanha e França. Essa solução, recomendada por Eden, falhou redondamente. Mas, ainda recentemente, Mollet e Eden demonstraram que possuem outras cartas mais poderosas e de efeito seguro: o do entendimento com os países do Leste. E não haverá nenhuma surpresa em que venham a utilizá-las (ou seus sucessores) quando certas especulações primárias sobre a evolução do sistema socialista se demonstrarem, mais uma vez, errôneas, e o revigoramento dos países socialistas acentuar seu peso como fator decisivo de paz.

Política de Duas Caras a do Bando Golpista

Armam escândalo contra o projeto de lei de imprensa e reclamam, ao mesmo tempo, o fechamento de jornais — Fingem combater a lei fascista de fidelidade e reclamam aplicação das medidas discriminatórias e anticonstitucionais nelas previstas — Alertar o povo contra a demagogia e o diversionismo das viúvas do golpe

COM o encerramento da sessão legislativa deste ano ficaram no Congresso, para apreciação da próxima legislatura, alguns projetos sobre os quais os patriotas e democratas não podem relaxar, por um momento, a atenção. Referimo-nos, particularmente, ao projeto de lei de imprensa e ao pedido de urgência e desarquivamento do famigerado projeto de lei de fidelidade à pátria. São duas proposições que pretendem revogar, na prática, franquias dos cidadãos solenemente proclamadas pela Constituição. Ambas tiveram sua marcha na Câmara paralisada pelos decididos protestos que se ergueram de quase todos os setores da opinião pública. Isto não quer dizer, porém, que os interessados em atentar contra as liberdades democráticas e criar, no país, um clima favorável às intrigas golpistas não tentem, posteriormente, aproveitar-se de qualquer falta de vigilância das forças democráticas para impor ao nosso povo esses dois códigos liberticidas.

A quem servem ?

Tanto a projeto de lei de imprensa como o projeto de lei de fidelidade (este último decalcado nas leis «macarthistas» dos E. E. U. U.) constituem tentativas de compromissos com os bandos entreguistas do golpismo.

Isto pode parecer contraditório, visto que é precisamente o golpismo quem fin-

ge maior indignação diante desses projetos liberticidas, tentando se mascarar de «defensor da Constituição e das liberdades». Mas a realidade é que os conspiradores lanterneiros — os Juarez, Lacerda, Pena Boto e comparsas — são os maiores interessados nestas leis de exceção, utilizando-as, de um lado, para a propaganda «externa» de uma suposta fidelidade às idéias «democráticas» e, de

outro lado, para obter do governo concessões reacionárias capazes de levar à divisão das forças democráticas e antigolpistas.

Palavras e fatos

Não é por acaso que os pasquineiros da «Tribuna da Imprensa» e de «Maqui» não pouparam provocações (nem poupam ainda) para, assim, influenciarem diversos círculos do governo em favor de uma lei de restrições à liberdade de imprensa. É que essas leis liberticidas vem servir, às maravilhas, ao plano golpista de incompatibilizar o governo com as forças democráticas que lhe dão base popular e permitem, ao mesmo tempo, à sombra delas, o desencadeamento de violências contra o povo e os setores populares, violências estas reclamadas abertamente pelo golpismo. Assim é que, enquanto Lacerda, Ráfael Correia de Oliveira, Rálmundo Padilha e associados pousavam de «democratas» ensaiando um combate demagógico à lei de imprensa, Pena Boto (comparsa deles) e outros golpistas, utilizando-se até de instituições católicas, reclamavam o fechamento de jornais progressistas como a «Imprensa Popular» e VOZ OPERÁRIA.

Jôgo duplo

Assim, de palavra, o golpismo tenta ganhar simpatias populares erguendo, de forma demagógica, seu vozêrio contra alguns projetos de leis celeradas, ao mesmo tempo que reclama, através de todos os tipos de provocações, a aplicação imediata de medidas previstas nesses projetos liberticidas.

É este jôgo duplo do golpismo que precisa ser desmascarado para que nenhum setor democrático e patriótico se deixe iludir pelo caráter neo-fascista e entreguista dos badrneiros chefiados por Juarez, Amorim do Vale, Lacerda, Pena Boto e Padilha. Ao mesmo tempo é contra este jôgo duplo que devem ser alertadas as forças nacionalistas e democráticas existentes dentro do governo para que, se apoiando no povo, não permitam que as vacilações de outros setores empurrem a atual administração, através de uma série de concessões, aos braços da audaciosa minoria golpista

que pretende impor ao país uma tirania entreguista e demagógica.

Demagogia e provocações

A realidade é que o golpismo, no momento, procura encontrar qualquer pretexto para passar ao ataque, explorando, particularmente, as dificuldades de vida por que atravessa a maioria do povo. Tudo vem servindo de motivo para a criação de um clima semelhante ao que precedeu o golpe contra o governo de Vargas. Assim é que vemos os homens do golpe, que jamais se incomodaram com os problemas concretos do povo, se dirigirem para o interior do país e, apoiados em certos grupos de latifundiários, procurar iludir os lavradores com palavras de ordem de luta contra o «confisco cambial». Ou então, como o faz neste momento o sr. Juarez Távora, se dirigirem aos Estados oferecendo panaceias contra a carestia da vida... à base de um ataque contra os justos esforços do governo para a industrialização do país.

A condenável atitude de uma maioria de deputados que aprovou a emenda que permite a livre importação de automóveis para os parlamentares foi também transformada em assunto de escândalo pelo golpismo. Mas o que não disseram os golpistas é que a emenda foi aprovada não só com o voto favorável de vários deputados udenistas, mas também com a presença, quase em bloco, da «oposição» que, assim, deu o número necessário para que pudesse passar emenda dos «cadillacs».

Vigilância e ação

Todos estes fatos — e mais a articulação que tentam as viúvas do golpe nos setores militares, articulação favorecida pela pressão da embaixada norte-americana para obter crescentes concessões do atual governo — devem man-

ter os democratas e patriotas em permanente alerta. E não somente em alerta, mas atuando para a mobilização cada vez mais intensa das amplas massas populares em defesa das posições nacionalistas já conquistadas no governo, pelas liberdades democráticas e as mais sentidas reivindicações de cada setor.

O VIII CONGRESSO DO P. C. ITALIANO

SOB intensa expectativa inaugurou-se a 9 do corrente, em Roma, o VIII Congresso do Partido Comunista Italiano.

Mais de mil delegados, eleitos num processo de ampla discussão democrática, estavam presentes à reunião do P.C.I. à qual se fizeram representar delegações fraternais de numerosos partidos irmãos: URSS, China Popular, Iugoslávia, Austrália, Bélgica, Bulgária, Tchecoslováquia, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Israel, Marrocos, Holanda, Polónia, Rumania, Tunísia, do Partido Socialista Italiano e outros.

No discurso de abertura, o camarada Dorza saudou os companheiros desaparecidos, recordando os longos anos de duras lutas travadas pelos militantes italianos. «A discussão deverá ser e será franca e viva — disse — sem qualquer sombra de oportunismo, mas, ao mesmo tempo, será uma discussão entre comunistas. Não necessitamos dizer aos reacionários senão que os combateremos ainda com maior energia».

Após saudar os delegados estrangeiros e protestar contra a negativa de visto italiano a Mihail Suslov, membro do Presidium do Comité Central do P.C.U.S., Dorza encerrou sua intervenção de abertura.

A Assembléa, de pé, entoou *Bandeira Rossa*, canção revolucionária que se incorporou aos hinos do proletariado europeu. Em seguida, Palmiro Togliatti iniciou a leitura do seu informe, subordinado ao título «Por um caminho italiano para o socialismo», que é um importante documento destinado a ampla reavaliação não somente na Itália.

A.M.D.F. Renovou Sua Diretoria

REALIZARAM-SE na semana passada as eleições para renovação da diretoria da Associação Médica do Distrito Federal, havendo comparecido às urnas quase 800 médicos — número superior ao «quorum» mínimo exigido. Concorreram ao pleito duas chapas: «União da Classe Médica», liderada pelo sr. Renato Pacheco Filho, e «Movimento de Renovação», dirigido pelo sr. Edgar Magalhães Gomes. A primeira, apoiada pela antiga diretoria da entidade, foi vitoriosa por 513 votos contra 266. Os demais componentes da diretoria eleita são os médicos Aloisio Salles Fonseca, Djalmá Chastinette Contreiras, Maurício Steinbruch, Oswaldo Nazareth, Lourenço Mesquita e André Petrarca de Mesquita, além de numerosos outros membros de comissões especiais.

Semana Política

FOI entregue ao sr. Prado Kelly, líder da bancada da «oposição», um requerimento com 129 assinaturas pedindo a convocação extraordinária do Congresso (que se encontra em recessão). O requerimento destina-se a informar os jornais ligados àquela corrente, a possibilitar a fiscalização da «atuação do governo» neste período de férias parlamentares e, particularmente, «a fiscalização dos atos do ministro da Guerra».

Como se vê a convocação extraordinária do congresso só passou pela cabeça da chamada «oposição» para fazer politicagem, para prosseguir a campanha de hostilidade contra o ministro da Guerra, cuja posição em defesa de princípios nacionalistas e contra as soluções liberticidas tanto irritam e exasperam muitos dos dirigentes da UDN e do PL. Mas o sr. Prado Kelly, de acordo com os chefes de seu partido, julgou «desnecessária» a convocação extraordinária do Congresso, neste momento.

Por que? Seria porque julgassem onerar o Tesouro Nacional com as sessões extraordinárias da Câmara e do Senado? Não, nem sombra desta preocupação passou pelas cabeças dos líderes udenistas, que por diversas vezes, desde que não participam do governo, têm aprovado sofredamente as reuniões extraordinárias do Congresso. Teriam os líderes udenistas decidido abandonar, por um período qualquer, a política de hostilidade sem princípios ao atual governo? De nenhum modo, pois esta hostilidade vem sendo proclamada em cada um de seus atos e em cada uma de suas palavras.

O que explica, na verdade, o engavetamento pelo sr. Prado Kelly do projeto de convocação extraordinária do Parlamento é o fato de terem surgido, inopinadamente, acontecimentos que reclamam e justificam uma convocação extraordinária das duas casas legislativas. O principal desses acontecimentos: a ameaça séria de uma concessão do governo do sr. Kubitschek às pressões norte-americanas destinadas à entrega de bases para projéteis teleguiados em nosso território. As negociações, neste sentido, marcham aceleradas e, apesar da repulsa que as imposições do governo ianque têm encontrado em setores militares, o governo se inclina à adoção da indecorosa posição entreguista do sr. J. C. Macedo Soares, ministro do Exterior. Uma atitude resolvida do Parlamento seria, neste momento, uma das condições para se impedir a consumação de tamanho atentado aos interesses da soberania nacional. Por isto os dirigentes da chamada «oposição» se colocam, no momento, intransigentemente contra qualquer tentativa de convocação extraordinária do Congresso.

A Frente Parlamentar Nacionalista, por exemplo, fez esforços para conseguir o número necessário de assinaturas que possibilitasse a convocação extraordinária do Parlamento para apreciação de problema tão candente. Entretanto, a maioria dos deputados já se havia ausentado do Rio quando se colocou diante de nosso povo esta questão — e os líderes oposicionistas simplesmente se negaram a fazer uso do requerimento que possuem, assinados por 129 deputados. Deste modo, os líderes da «oposição» udenista demonstram sua conhecida vocação entreguista e capitulacionista diante do imperialismo norte-americano, tudo fazendo para dificultar a luta patriótica contra a utilização de nosso país como joguete dos planos belicistas e colonialistas dos círculos mais agressivos do governo de Washington e do Pentágono.

DESNECESSÁRIO E PERIGOSO O ENVIO DE TROPAS PARA SUEZ

AGUARDA-SE a qualquer momento o embarque do corpo de tropa brasileira que deverá integrar a força de polícia da ONU na zona de Suez.

A decisão do governo, sancionada pelo Congresso, de fornecer este contingente de tropa para uma missão internacional e, ao mesmo tempo, de autorizar a passagem de tropas estrangeiras, para o mesmo fim, pelo nosso território, cria novas e graves responsabilidades para o Brasil no terreno de sua política exterior.

A remessa de soldados brasileiros para Suez é desvantajosa para o nosso país. Ela nos envolve, diretamente, no desenvolvimento, ainda imprevisível, da crise aberta no Oriente Médio com a agressão anglo-franco-israelense contra o território e a soberania do Egito. Qualquer novo ato desesperado dos agressores para reacender o conflito, qualquer provocação a que recorram para violação das decisões adotadas pela ONU poderá arrastar-nos, inopinadamente, a ações militares no exterior contrárias aos interesses nacionais e aos sentimentos mais profundos do povo brasileiro.

Ademais, embora a força de polícia da ONU esteja submetida a acordos com o governo egípcio e tenha missão bem definida, não resta dúvida que não se pode excluir a hipótese, por mais remota que seja, de um reagrupamento das potências imperialistas na ONU, manejando governos reconhecidamente satélites, para impor uma solução do problema do canal de Suez incompatível com os direitos soberanos do povo egípcio. E, num

caso destes, as tropas que constituem a atual força de polícia na zona de Suez poderiam ser utilizadas como pretexto para semelhante violação da soberania de um país livre. Isto não está de todo excluído. Basta ver-se no noticiário dos jornais as provocações armadas pelos colonialistas anglo-franceses (cuja experiência de provocações coloniais é secular) no sentido de jogar as forças da ONU que se encontram na zona de Suez contra os patriotas egípcios, procurando acusar a estes últimos de isolarem as estipulações da Organização das Nações Unidas.

Não há nada que obrigue o Brasil a enviar tropas para a força de polícia da ONU no Egito e o bom-senso e o patriotismo aconselham a que se reclame do governo a suspensão desta remessa de soldados brasileiros.

Mas, ainda que não seja atendida esta justa reclamação patriótica, é dever de todos os patriotas exigir, pelo menos, que nosso governo adote clara posição de princípios diante do problema de Suez e da agressão anglo-franco-israelense contra o Egito. Somente assim poderá o povo brasileiro confiar em que nossos soldados jamais serão utilizados para dar cobertura a intrigas e violências colonialistas contra a soberania do povo egípcio. Urge, pois, que se reclame do governo do sr. Kubitschek o reconhecimento público e taxativo do Brasil do direito do governo egípcio à posse e administração da companhia do Canal de Suez e, ao mesmo tempo, a condenação efetiva aos atos de agressão cometidos por Israel, Grã-Bretanha e França ao território egípcio.

N. da Red. — Na Iugoslávia a edificação do socialismo assume formas extremamente originais, representando uma experiência realmente nova a que não pode deixar de enriquecer a teoria marxista-leninista sobre os diversos e particulares caminhos nacionais para a construção da sociedade socialista. Como se trata de uma experiência muito pouco divulgada entre nós, e sobre a qual persistem ainda incompreensões geradas por fatos graves de um passado recente, VOZ OPERÁRIA julga do maior interesse para esclarecimento de seus leitores a publicação (resumida) do artigo de Melentí Popovitch — "Democracia socialista e planificação" — estampado nas "Questions actuelles du Socialisme".



As vezes na própria fábrica reúne-se o coletivo dos trabalhadores para apreciar a atuação dos conselhos que elegeram.

A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA IUGOSLAVA

UM dos problemas fundamentais de todos os países, dos países desenvolvidos assim como dos subdesenvolvidos, é o da organização do sistema econômico, do modo de regulamentação da vida econômica nacional. É essencial que a economia esteja organizada de tal modo que não seja automaticamente à mercê da burocratização, mas a uma liberdade cada vez maior da vida econômica, a uma democracia cada vez mais manifesta. É necessário que a enriquecimento da sociedade em bens materiais não produza inevitavelmente a centralização do poder econômico e político. Este problema assume importância essencial para os países que efetuaram a nacionalização de parte de sua indústria.

Assim como para aqueles que se lançam neste caminho e onde os interesses progressistas da nação reclamam a extensão constante da propriedade pública. O problema tem seu lado econômico e seu lado político. Economicamente, consiste em criar, organizar um mercado livre para uma economia mais ou menos nacionalizada, isto é em estabelecer relações econômicas que permitam às forças materiais da sociedade, à sua economia, circular o mais livremente possível, segundo as leis iminentes à sua natureza, relações nas quais o poder econômico não esteja confiado à burocracia do Estado. Consiste, também, em organizar, dentro de uma economia sem empresas privadas de caráter capitalista, empresas

que decidam livremente e planifiquem elas mesmas sua atividade, que dirijam seus esforços, através do mercado, de acordo com seus interesses, mas sem por isso quebrar a unidade da vida econômica da nação, de sua economia. Organizar a «empresa livre» representa, atualmente, uma das exigências essenciais tanto do progresso como da democracia. Mas uma «empresa livre» que não seja propriedade dos capitalistas, uma economia livre que não seja capitalista.

Organização econômica da Iugoslávia

Na Iugoslávia resolvemos esta questão da seguinte maneira:

Cada empresa deve pagar, de suas rendas, a amortização e alimentar um fundo que pertence à empresa e que se destina à manutenção, à reconstrução e outras necessidades similares da própria empresa. A amortização é feita à base de uma percentagem sobre o valor dos meios de produção colocados na empresa, percentagem fixada e prescrita pelo Parlamento Central segundo o «tempo de vida» desses meios de produção. Desta maneira deve ser conservado o valor total dos meios de produção colocados na empresa, visto que os bens da mesma são propriedade social, e que os administradores tem o dever de conservá-los.

Cada empresa deve pagar, de seus recursos, os juros sobre o valor total dos meios colocados na empresa. A taxa desses juros é fixada pelo Parlamento Central. Os juros são recolhidos pelo Banco Nacional Central e colocados, sob a forma de empréstimos, à disposição de todas as organizações econômicas e sociais para novos investimentos econômicos. É de acordo com este fundo que o Parlamento Central fixa o volume dos investimentos econômicos, determinando assim o ritmo fundamental e o sentido do desenvolvimento econômico.

Além disso, se a empresa dispõe de condições naturais particularmente favoráveis, ela deve pagar um imposto sobre a renda. Deve também pagar um imposto sobre o valor dos negócios se o ramo econômico de que faz parte desfruta de tal posição no mercado e realiza preços tais que, para regulamentação da oferta e da procura, se faça necessário gravar com este gênero de imposto o referido ramo econômico. É ainda o Parlamento Central quem decide a respeito, e as somas assim recolhidas se destinam para aos fundos de investimento, quer ao orçamento da defesa nacional e à manutenção da administração central.

Como são fixados os salários?

É necessário assinalar que o Parlamento Central é quem toma todas as decisões que determinam, de fato, o volume geral das atividades econômicas do ano e fixam as condições das transações no mercado. Neste quadro, o mercado continua livre e as empresas nele evoluem livremente. Elas decidem livremente de seus planos, decidem livremente sobre os preços de suas compras e de suas vendas.

Quando a empresa satisfaz a todas as obrigações de que

falamos, resta-lhes uma renda. É importante saber como e por quem são fixados os salários dos trabalhadores da empresa. O princípio essencial é que os salários são estabelecidos, totalmente ou em grande parte, em função da renda da empresa. A massa total dos salários, o «fundo» dos salários que os operários da empresa têm direito de repartir entre eles, é fixado em função da renda. Ligando assim, o fundo de salários à renda, foi possível dar uma completa independência econômica à empresa, sem pôr em perigo a economia em seu conjunto e a produtividade do trabalho. O salário individual de cada operário é fixado pela própria empresa, segundo uma escala tarifária adotada pela empresa na qual se fixam as normas e os salários de cada posto de trabalho. Desta maneira, cada operário está interessado em ganhar o máximo possível em seu posto de trabalho e, de outro lado, como membro do coletivo de trabalho, está interessado em que os fundos gerais de salários sejam os mais elevados possíveis.

A comuna

É o parlamento da comuna quem decide qual a percentagem da renda das empresas que deve ser destinada aos salários. Ele decide, ao mesmo tempo, sobre a repartição do restante da renda: parte para o investimento na empresa, para os investimentos na comuna para a segurança social da comuna, saúde pública, educação, etc. Isto quer dizer que o órgão local do poder surge como um elo essencial do ciclo econômico do país, pois ele decide do nível de salários da empresa, da política de investimento e de outros problemas da vida comunal.

Chamamos comuna à comunidade territorial de caráter local. Assim concebida, a comuna está interessada de um lado, em melhorar sua base econômica, em ampliar seus serviços (saúde, serviços sociais, educação etc.) e, de outro lado, em se ocupar dos salários, em tomar cuidado pelo nível de vida dos trabalhadores, dos produtores de seu território. Dito de outro modo, ela está qualificada para decidir de certas questões essenciais do processo econômico, ela se torna econômica e financeiramente independente. Ela tem uma base financeira suficiente para assegurar-lhe empréstimos junto ao Banco Nacional Central. Doutra parte, no quadro dos direitos e poderes de que acabamos de falar, as empresas se asseguram uma individualidade econômica e jurídica que as torna aptas a inter-

Gestão operária —
A comuna, unidade econômica e social
— Como são fixados os salários e administradas as empresas — A planificação e o mercado
Resumo de um artigo de MELENTIÉ POPOVITCH

vir livremente no mercado. Obtemos, assim, a «empresa livre».

Os órgãos de direção da empresa

A questão: quem planifica?, respondemos: o Parlamento Central, os parlamentos das comunas e os órgãos de gestão das empresas, cada um livremente, no quadro dos direitos e poderes que lhes atribui a LEI FUNDAMENTAL sobre o sistema econômico. Esta lei é votada pelo Parlamento Central e vigora para todo país.

Quais são os órgãos da empresa? São o conselho operário, o comitê de administração e o diretor. Todos esses órgãos são eleitos. O conselho operário é eleito por todos os operários da empresa através do voto secreto. O conselho toma as decisões fundamentais sobre a planificação da empresa, sobre empréstimos, o nível geral dos preços de compra e venda da empresa, etc. O comitê administrativo é eleito pelo conselho operário da empresa e administra em nome do conselho operário. Toma as decisões econômicas de menor importância no quadro do plano adotado pelo conselho operário. O diretor da empresa é escolhido através de concurso por decisão de uma comissão designada pelo conselho operário da empresa e pelos órgãos da comuna. Ele dirige os negócios correntes da empresa repetindo as leis e as decisões adotadas pelo Parlamento Central, assim como as decisões do conselho operário e do comitê de administração.

O Parlamento da comuna

Um parlamento composto de duas câmaras forma o órgão da comuna. Uma dessas câmaras é o comitê popular, eleito por sufrágio universal e secreto; o outro é o conselho dos produtores, eleitos em escrutínio secreto unicamente pelos produtores, pelos que trabalham na produção, nas empresas. As duas câmaras têm direitos iguais quando se trata de decisões de caráter econômico. É o parlamento comunal e não a administração comunal que toma essas decisões. O Parlamento Central é também composto de duas câmaras com direitos iguais no que concerne às decisões desta natureza.

O mercado

A vida econômica da Iugoslávia desenvolve-se, assim, no quadro das decisões econômicas adotadas pelos órgãos

(Conclui na 10ª pág.)

Sérias Apreensões no Campo do Salazarismo

Teme o ditador português a unidade das forças democráticas, que representaria o fim do seu odioso regime

O governo salazarista teme a unidade das forças democráticas portuguesas e, por isso, recorre às mais sórdidas intrigas em estilo fascista.

As demonstrações de Salazar e seus agentes, nesse sentido, tornaram-se mais claras após as comemorações republicanas do início de outubro, na cidade do Porto, em que a participação entusiástica da classe operária e da juventude revelaram quanto penetra profundamente no coração das massas populares portuguesas o ideal democrático. Expressivas declarações pela união dos esforços de todos os democratas e pela necessidade do povo tomar em suas mãos a causa republicana foram então feitas por destacadas personalidades do movimento democrático. E isso, como é visível, provoca sérias apreensões no campo do salazarismo.

Com medo da marcha das forças democráticas para a unificação e tentando por todos os meios entravá-la, o governo expediu uma nota e o ministro Marcelo Caetano, sobre quem há democratas que ainda alimentam ilusões, proferiu um discurso em que aludiu de forma caluniosa aos objetivos dos comunistas ao defenderem a unidade das forças democráticas. Por outro lado o governo enviou uma circular a personalidades republicanas, veiculando intrigas sórdidas com o mesmo fim de desunião das correntes democráticas. Salazar percebe perfeitamente que a unidade dessas forças representa o fim do seu regime.

Valiosos pronunciamentos

Contrariamente ao que visam os inimigos da liberdade em Portugal, o que se observa é uma concordância de pontos de vista cada vez maior entre os democratas de várias tendências que lutam pela unidade. Falando recentemente, o eminente democrata dr. António Luiz Gomes declarou no Porto que os democratas «precisamos de dizer ao povo que há de ser ele mesmo que terá de sair das suas dificuldades, pelo trabalho e pelo sacrifício». Do mesmo modo se pronunciou, outra destacada personalidade, o dr. José Domingos dos Santos, ao afirmar que «a inação é o pior dos erros».

Tais apelos partidos de patriotas das mais diversas tendências dão uma significação nova ao movimento pela democracia em Portugal. Tais apelos correspondem aos sentimentos do povo que aspira à liberdade. Por isso mesmo repercutem favoravelmente no seio da opinião pública. Dêse teor foram as patrióticas afirmações, perante numerosa assistência no Porto, feitas pelo dr. Costa Melo, ao advertir que «a hora é de concórdia e de pacificação e importa aproveitá-la sem ódios, olhos fitos nos superiores interesses da nação portuguesa» e ao conclamar por que se «conduza Portugal à total pacificação de sua família».

Posição idêntica à desses conhecidos lutadores democráticos é a do Partido Comunista Português que invariavelmente tem dito ao povo que a reconquista das liberdades democráticas tem de ser obra de todos os democratas unidos e das massas populares que querem ver reconhecidos seus direitos e desfrutar de melhorias em sua situação.

Exigência da concórdia nacional

Sob o título de «Por uma orientação segura e ampla unidade», o jornal «Avante», órgão do P. C. português, analisa a situação política do país e opina no sentido de que todos os democratas submetam suas divergências ao interesse comum da luta democrática. Escreve o «Avante», depois de referir-se ao debate que se trava entre pessoas de diferentes tendências no seio do movimento democrático: «O que mais deve interessar a repúblicanos e monárquicos liberais é a reconquista das liberdades democráticas, as quais permitirão ao nosso povo pronunciar-se livremente sobre o regime e forma de governo que deseja ter. Esta ambição legítima de republicanos e monárquicos liberais pode e deve ser um fator de sua aproximação e não de discórdias ou ódios políticos. Aqueles monárquicos liberais que estão contra a ação do governo de Salazar e desejam ver triunfar no país as liberdades democráticas, devem ter lugar nas fileiras da oposição ao regime. É a concórdia nacional que o exige».

A CARESTIA E A INFLAÇÃO TÊM RAÍZES TAMBÉM EM NOSSO COMÉRCIO EXTERIOR

O PROBLEMA de uma efetiva mudança do comércio exterior não interessa, unicamente, aos setores da indústria, do comércio e da agricultura. É questão, também, de vital importância para as grandes massas trabalhadoras e populares, pois se refere diretamente ao seu nível de vida. Por exemplo: a carestia da vida, que tanto flagela o nosso povo, encontra na atual política de trocas com o exterior uma das suas causas mais atuantes. Por isto, mudar a orientação de nosso comércio externo é dar um passo sério no caminho do combate à inflação e à carestia da vida.

O poder competitivo de nossas mercadorias

É fenômeno assinalado por todos os que estudam o desenvolvimento de nosso comércio exterior a chamada «perda de substância» dos produtos brasileiros de exportação. Noutras palavras: necessitamos entregar cada vez maior quantidade de mercadorias nacionais para obtermos a mesma quantidade de mercadorias estrangeiras. Por exemplo: para a aquisição de um automóvel precisamos entregar hoje, aos Estados Unidos, dez vezes mais quantidade de café do que há cerca de 30 anos. O mesmo acontece com o conjunto de nossas mercadorias de exportação.

Sucedem que, em consequência desta «perda de substância», os produtos brasileiros são colocados, geralmente, no mercado dos grandes países capitalistas (particularmente no mercado norte-americano) a preços inferiores ao seu valor. Isto vem determinando um impacto inflacionário, pois o governo a fim de facilitar a exportação (pois se não exportamos não podemos importar o que necessitamos) e assegurar preços internos compensadores às empresas produtoras, se vê obrigado a recorrer, de uma ou de outra maneira, às chamadas bonificações. Essas bonificações representam, na prática, uma desvalorização parcial de cruzeiro. Assim, por exemplo, quando o governo, em lugar de entregar Cr\$ 18,38 por dólar recebido pelo algodão, entrega Cr\$ 43,00 aos exportadores, realiza, na verdade, uma política de desvalorização de nossa moeda. O sistema dos ágios em vigor legaliza, este sistema de desvalorização da moeda.

O exemplo do café

Alguns dados sobre o valor das exportações de café, em cruzeiro e em dólar, ilustram amplamente este fato, como se pode ver do quadro abaixo:

ANO	Valor da Exportação de Café	
	DÓLARES (MILHÕES)	CRUZEIROS (MILHÕES)
1951	1.058,6	19.456,1
1952	1.045,3	19.212,7
1953	1.090,2	21.695,2
1954	948,1	24.813,4
1955	843,9	30.366,7

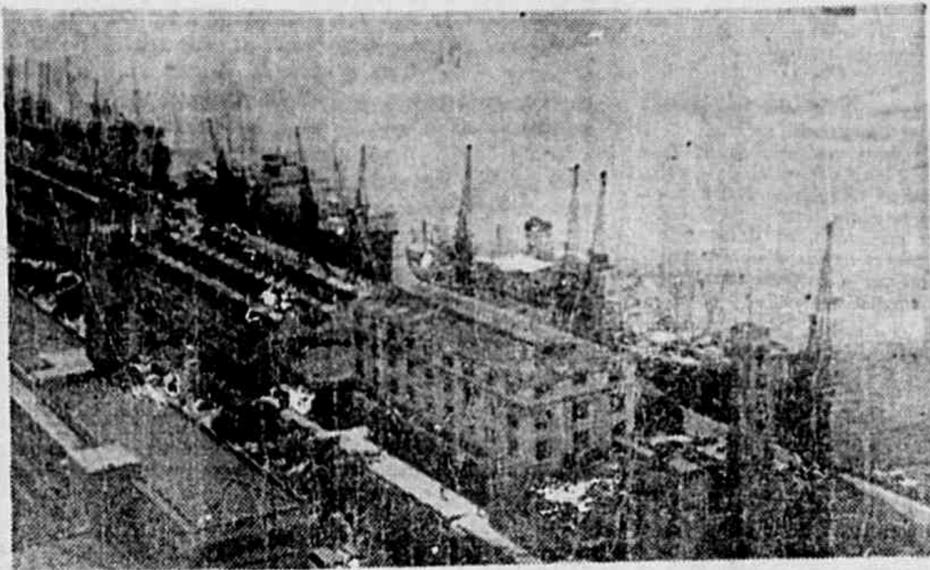
Em 1954 e 1955 houve uma queda substancial do valor em dólar de nossas exportações de café. Entretanto, seu valor em cruzeiros aumentou. Isto quer dizer que o cruzeiro foi desvalorizado em consequência da desvalorização de nosso principal produto de exportação na Bolsa de Nova Iorque.

É preciso notar que esta queda do valor, em dólar, de nossa exportação de café em 1955 não significou uma redução do volume das exportações, que foi muito maior que no ano anterior. Exportamos maior quantidade de café, recebemos menor quantidade de dólares, enquanto os exportadores receberam maior quantidade de cruzeiros. Mas estes cruzeiros foram desvalorizados — o que implica em estímulo à inflação e ao encarecimento dos preços internos.

Por que se desvalorizam nossas exportações?

É costume, na imprensa, se apresentarem diversas explicações para esta perda de substância das nossas exportações. A principal é o elevado custo de produção, conseqüente de atrasos técnicos em diversos setores, especialmente na agricultura. Mas o elevado custo de produção de muitos (de quase todos) de nossos produtos de exportação está também relacionado com a espoliação de que é vítima o nosso país em suas relações com os mercados dos países imperialistas. É evidente que não é a mão-de-obra (cuja remuneração é baixíssima) que determina a alta dos custos de produção, no Brasil. Além de fenômenos estruturais (como o atraso técnico da agricultura, decorrente da

UM PROBLEMA DE TODO O POVO: TRANSFORMAR AS NOSSAS TROCAS COMERCIAIS DE MEIO DE ESPOLIAÇÃO DA RENDA NACIONAL EM FATOR DE DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DO PAÍS —



situação agrária do país) e de fenômenos de conjuntura, como a inflação interna, concorrer pesadamente para o encarecimento do custo de produção a deterioração do valor de nossas mercadorias nas trocas internacionais. As máquinas, matérias-primas, etc. que entram na produção nacional nos são vendidas, regra geral, acima de seus valores e a preços cada vez mais elevados, o que encarece substancialmente o produto brasileiro.

Entrave à industrialização

Por outro lado, este aviltamento do valor de nossos produtos constitui, presentemente, um dos maiores entraves ao desenvolvimento industrial do país. Basta ver as dificuldades crescentes que enfrenta a indústria nacional para a obtenção de cambiais necessárias à compra de máquinas e matérias-primas no exterior. À medida que se reduzem nossas disponibilidades em dólares mais difícil se torna o reequipamento do parque industrial e a expansão da indústria brasileira. No ano passado, por exemplo, em virtude da queda do valor das exportações de café (caiu o valor, mas aumentou o volume), desceram verticalmente a importação de equipamentos industriais. Em 1952 foi possível a importação de 317.169 toneladas de maquinaria e acessórios; mas, em 1955, só pudemos importar 129.882 toneladas.

Comerciar com todos os países

É evidente que não há outra solução para modificar este panorama de nosso comércio exterior além de um amplo comércio com todos os países do mundo, sem discriminações de natureza política ou ideológica. A concentração de nossas exportações e importações em determinadas áreas, sobretudo na chamada área do dólar e o controle virtual que sobre elas exercem (café, algodão, etc.) as grandes empresas norte-americanas, possibilitam que os preços de nossos produtos sejam manipulados na bolsa de Nova Iorque de acordo com os interesses dos grupos imperialistas. Quebrar este monopólio, vendendo nossos produtos ali onde obtenham preços mais vantajosos e comprando o que necessitamos nos países que nos vendam a preços mais convidativos — eis o caminho indiscutível para que o nosso comércio exterior, em vez de meio de sangria da renda nacional, se transforme em fator para o desenvolvimento econômico e o progresso do país.

AS DIFICULDADES ATUAIS DA INDÚSTRIA TÊXTIL

OS industriais de tecidos estão alegando sérias dificuldades de crédito e de mercado para justificar a adoção de várias medidas que, concretamente, resultam em mais intensa exploração dos trabalhadores.

Eis algumas dessas medidas já previstas, particularmente nas fábricas do Rio e de São Paulo: tentativa de desemprego em massa, de férias coletivas, de redução da produção com a supressão de turnos de trabalho, etc.

Os industriais reclamam contra a restrição do crédito bancário a que o governo se viu obrigado a recorrer para estancar o surto inflacionário

Nossos portos, através dos quais saem nossas mercadorias exportadas, sofrem também as conseqüências da distorção do comércio exterior do Brasil: as dificuldades para a sua ampliação e para um movimento maior têm suas origens nas perdas que sofremos com a deterioração do valor de nossos produtos.

MODIFICAÇÃO NECESSÁRIA NO REGIME DE REMESSA DE LUCROS PARA O EXTERIOR

A CAMARA dos Deputados aprovou, no final desta legislatura, a emenda do sr. Sérgio Magalhães ao projeto de prorrogação da lei de licença prévia, emenda destinada a disciplinar a remessa de lucros e dividendos das companhias estrangeiras que operam no país. A emenda do deputado trabalhista tem alto sentido patriótico e contribui para que se liquide com verdadeiros atentados aos interesses nacionais cometidos sob o regime, ainda em vigor, da transferência de lucros e dividendos das companhias estrangeiras para as suas respectivas matrizes.

Privilégio inadmissível

Essa transferência, até agora, vem sendo operada à base de taxas cambiais privilegiadas. Assim, qualquer empresa imperialista que deseje mandar lucros e juros para o exterior obtém um câmbio de cerca de Cr\$ 43,00 por dólar. Entretanto, o dólar, no mercado livre, é cotado a mais de Cr\$ 70,00. Isto quer dizer que, na troca de cruzeiros por dólar, as empresas estrangeiras têm, em média, um lucro de 30 cruzeiros. Enquanto as companhias estrangeiras dispõem dessas facilidades, o industrial brasileiro, para a aquisição de máquinas e matérias-primas, tem de comprar o dólar sujeito a ágios muitas vezes pesadíssimos. E nem sempre consegue, com facilidade, a quota necessária, ainda pagando os ágios mais elevados, pois que uma parte considerável de nossas divisas disponíveis é utilizada para a cobertura das remessas dos lucros e dividendos das empresas estrangeiras, notadamente das empresas norte-americanas.

Fraude contra o Brasil

Mas isto não é tudo. As empresas estrangeiras gozam também, de facilidades especiais para a transferência de capitais e equipamentos para o Brasil. Assim, se querem importar máquinas, podem fazê-lo sem qualquer cobertura cambial, enquanto as empresas nacionais ficam sujeitas ao regime dos ágios. (Instrução 113 da SUMOC). Deste modo, enquanto se dificulta a expansão da indústria brasileira, concedem-se privilégios às companhias estrangeiras.

Com este regime cambial, tornou-se comum, especialmente entre as empresas norte-americanas, o jogo de remessas de lucros e dividendos e de suposta importação de capitais. Através de uma

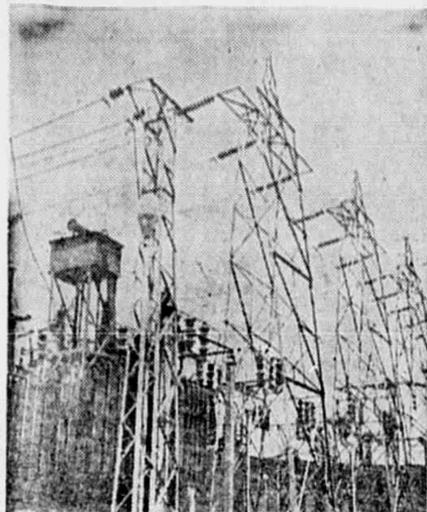
série de manipulações de escritas, as companhias asseguram lucros substanciais. Cada dólar que introduzem no Brasil (inclusive sob a forma de equipamento) pode ser transformado em cruzeiros à taxa do câmbio livre ou dos ágios correspondentes ao passo que esses cruzeiros podem ser transformados novamente em dólares, à base do câmbio especial para remessa de lucros e dividendos. Assim, cada dólar chegado ao país se transforma, vamos dizer, em 73 cruzeiros; depois, estes 73 cruzeiros transformam-se em dólares comprados à razão de 43 cruzeiros, o que deixa um lucro de 30 cruzeiros por dólar.

A EMENDA SÉRGIO MAGALHÃES

Visando sanar, em parte, esta situação é que o deputado Sérgio Magalhães apresentou a seguinte emenda à lei de licença prévia, emenda já aprovada pela Câmara: «Todas as remessas para o exterior de juros, lucros e dividendos, bem como transferências ou repatriamento de capitais só serão efetuados pela taxa cambial do mercado livre».

Assim pode-se pôr termo a fraudes escandalosas praticadas pelas empresas estrangeiras e, ao mesmo tempo, coloca-se a remessa de lucros, dividendos e o retorno de capitais na dependência do mercado livre, ou seja, das disponibilidades de divisas existentes.

Por isto a emenda do deputado Sérgio Magalhães necessita do apoio de todos os patriotas para que não venha a sofrer qualquer obstrução no Senado.



★
Dar ao Brasil uma base energética que permita um mais rápido desenvolvimento da indústria é uma das metas do atual governo. Planeja-se a construção de novos sistemas geradores que produzirão, até 1960, mais 2 milhões de kw, elevando para 5 milhões a produção brasileira de energia elétrica.

Definir Uma Orientação Nacionalista Para a Política de Energia Elétrica

O Monopólio Americano Avilta o Café Brasileiro

QUEDA SENSÍVEL DO VALOR EM DÓLARES DAS EXPORTAÇÕES, NOS ÚLTIMOS ANOS — CAÍ A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SATISFAÇÃO DO CONSUMO MUNDIAL — PREJUÍZOS CONSIDERÁVEIS A TÓDA A ECONOMIA DO PAÍS — MUDAR DE POLÍTICA EXTERNA PARA SALVAR O CAFÉ BRASILEIRO

EMBORA continue mantendo uma posição privilegiada no conjunto de nossas exportações (mais de 60%), posição que deverá manter-se, ainda, por muito tempo, o café brasileiro vem sendo alvo de uma política profundamente lesiva aos interesses nacionais e que beneficia, em primeiro lugar, aos monopólios norte-americanos. Essa política é uma das causas principais — senão a principal — de que venha decaindo a posição internacional do café brasileiro e de que este não renda ao país o que poderia render. Os fatos demonstram que já não podem tardar medidas sérias por uma mudança de política em relação ao produto.

PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES

Eis, a seguir, um quadro do valor, em milhões de dólares, de nossas exportações, no último quinquênio:

Ano	Produtos em geral	Café	% do café s/ o total
1951	1.769,0	1.058,6	59,84
1952	1.418,1	1.045,3	73,71
1953	1.539,3	1.090,2	70,82
1954	1.561,8	948,1	60,70
1955	1.423,4	843,9	59,29

Vê-se, pelo quadro, como vem caindo, nos últimos anos, a participação do café no valor global de nossas exportações. Por outro lado, a queda do valor do produto em dólares não corresponde a uma queda no seu valor em cruzeiros. Pelo contrário: os 1.058,6 milhões de dólares de 1951 corresponderam a 19.456,8 milhões de cruzeiros, enquanto os 943,9 milhões de dólares de 1955 corresponderam a 30.366,7 milhões de cruzeiros. Isso evidencia uma desvalorização sensível do cruzeiro, através da desvalorização do café no exterior, para a qual os produtores norte-americanos dispõem de todas as condições graças à sua posição monopolista em relação ao nosso principal produto de exportação.

PARTICIPAÇÃO NO CONSUMO MUNDIAL

Ao mesmo tempo vem caindo, progressivamente, a participação do café brasileiro na satisfação do consumo mundial, apesar do aumento desse consumo. Em 1935 o Brasil exportava... 15.328.791 sacas, num total de 21.706.643, isto é, mais de 62% do consumo mundial. Em 1955 a percentagem caiu para pouco mais de 40% — 13.695.782 sacas num total de 33.675.926.

Tudo isso vem importando em graves prejuízos para o Brasil que, perdendo mercados para outros produtores, desfalca sensivelmente sua receita cambial em detrimento de toda a economia do



Nos Estados de São Paulo e Paraná concentra-se a maior parte da cultura do café no país. NA FOTO: colagem dos frutos, em uma fazenda paulista.

cipal fator da queda das importações nesse setor é a redução de nossa capacidade de importar, devida ao aviltamento dos preços do café no exterior.

ROMPER O MONOPÓLIO IANQUE

É sabido que alguns monopólios norte-americanos controlam, em seu próprio proveito, o café brasileiro. Nos Estados Unidos, seis firmas monopolistas, encabeçadas pela General Food Corp., dominam o mercado. No Brasil, das dez firmas que dominam mais de 60% da exportação, cinco são norte-americanas. Os monopolistas ianques do café contam com a proteção do governo norte-americano e manobram em estreita ligação com o Departamento de Estado, inclusive colaborando com este quando se trata de exercer pressão sobre o Brasil para arranjar concessões políticas exigidas pelos imperialistas que dominam a Casa Branca.

Assim, a primeira medida de salvação do café brasileiro é o rompimento do monopólio sobre ele exercido pelos imperialistas norte-americanos. E isso exige uma política externa independente, capaz de abrir ao nosso principal produto de exportação todos os mercados do mundo que desejam absorvê-lo.

As metas formuladas pelo sr. Juscelino Kubitschek para o desenvolvimento da economia nacional durante o quinquênio de seu governo não mereceram, ainda, uma análise em profundidade de parte de todos os setores interessados no progresso do país. Em consequência, particularmente no que concerne às forças populares e mais consequentemente antiimperialistas, deixou-se até agora de tomar posição clara e definida diante de um problema capital, qual seja a orientação do governo no plano econômico — orientação de repercussões evidentes não só na situação de nosso país diante dos monopólios imperialistas, mas também nas relações entre as diversas classes da sociedade brasileira.

A verdade é que as metas anunciadas pelo sr. Kubitschek, ao iniciar seu governo, vêm constituindo o roteiro da atual administração. Bem ou mal, em ritmo mais acelerado num setor e mais lento noutro, o governo tem procurado levar adiante o plano de realizações econômicas que se traçou, baseando nele seus atos administrativos.

Urge, portanto, que se dê a este plano de desenvolvimento econômico a atenção que merece, e, muito particularmente, aos caminhos que tem seguido o governo para a sua realização.

O plano de energia elétrica

Uma das principais metas traçadas pelo sr. Kubitschek refere-se à criação, neste quinquênio, de uma base energética capaz de impulsionar rapidamente o desenvolvimento da indústria nacional. Pretende o sr. Kubitschek elevar a produção de energia elétrica no país, neste período, com a instalação de novas usinas geradoras e ampliação dos sistemas já existentes totalizando mais 2 milhões de KW. (Atualmente a capacidade instalada é de 3 milhões).

O conjunto dessas obras será realizado pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, contando também com o concurso de empresas particulares. Os projetos prevêem, além da realização de obras, particularmente nas zonas do Rio, São Paulo e Minas Gerais, a interligação de sistemas, a uniformização de equipamentos e frequências, etc.

Será, nessas condições uma contribuição realmente decisiva para a expansão industrial em nosso país, nos últimos anos entravada pelo déficit crescente de energia elétrica decorrente da situação parasitária em que se encontram a Light e a Bond and Share que, detentoras de verdadeiro monopólio, reduziram ao máximo suas inversões para a expansão dos sistemas que controlam. E quando fizeram investimentos, foi geralmente à base de empréstimos conseguidos pelo governo brasileiro.

Financiamento

Para a execução deste plano de ampliação da potência elétrica instalada no Brasil dois problemas se colocam com urgência: o do financiamento das obras previstas e o do regime de utilização, distribuição e direção das novas usinas instaladas.

Quanto ao financiamento do plano, o governo tem em vista os recursos arrecadados através do Fundo Federal de Eletrificação, dos impostos criados para este fim por alguns governos estaduais (Minas Gerais, São Paulo, Rio G. do Sul), agora a obtenção

de empréstimos no exterior (particularmente no Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos), Poderá utilizar, ainda, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico reunidos através da cobrança do imposto adicional sobre a renda.

Não resta dúvida que, para levar adiante empreendimento de tamanho vulto, não se poderia deixar de recorrer, como efetivamente está sendo feito, à cobrança de determinadas taxas que se refletem sobre o custo de vida (assim, o aumento do imposto de vendas e consignações, em S. Paulo, etc.). Seria impossível outro modo de financiamento, ainda quando se elevassem os impostos cobrados sobre a renda. Não se pode deixar de compreender que alguns sacrifícios serão necessários para dotar um país, nas condições do Brasil, de uma indústria de energia elétrica desenvolvida.

Uma clara posição diante dos trustes

Este fato, além do próprio interesse da soberania nacional, reclama do governo uma posição mais clara diante dos trustes da energia elétrica no país: a Light e a Bond and Share, no momento, toda a pressão desses trustes e de seus testas de ferro se concentra, já não para a sabotagem direta à execução, pelos governos federal e estaduais, de grandes usinas geradoras de energia elétrica — assim procederam no passado — mas para se tornarem coparticipantes e beneficiários desses empreendimentos realizados com o dinheiro do povo (ou com empréstimos adquiridos sob responsabilidade do governo brasileiro).

Assim é que a Light procura se assegurar o controle da usina de Furnas, que o governo paulista planeja construir no rio Grande com recursos arrecadados através de um adicional nos impostos de vendas e consignações, de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e de quotas do Fundo Federal de Eletrificação. No Rio Grande do Sul, a Bond and Share entrou em choque aberto com o governo estadual, pois pretendia (prevalecendo-se, para tanto, de

Necessário o estudo das metas do governo do sr. Kubitschek e dos meios empregados pela administração para atingi-las — Louvável e patriótico o esforço para dotar o país de uma base energética que assegure mais rápida expansão da indústria nacional — O entreguismo concentra o fogo contra a Eletrobrás — Querem os trustes beneficiar-se de empreendimentos realizados com dinheiro do Estado



TRES MARIAS — barragem e usina hidrelétrica — será construída pela CEMIG em colaboração com a Comissão do Vale do Rio Doce. Será obra devida ao esforço nacional.

A Eletrobrás

Da maior importância para assegurar a subordinação aos interesses nacionais da indústria de energia elétrica será a aprovação do projeto da Eletrobrás, elaborado através do governo de Vargas e que se encontra para votação no Congresso. O projeto da Eletrobrás

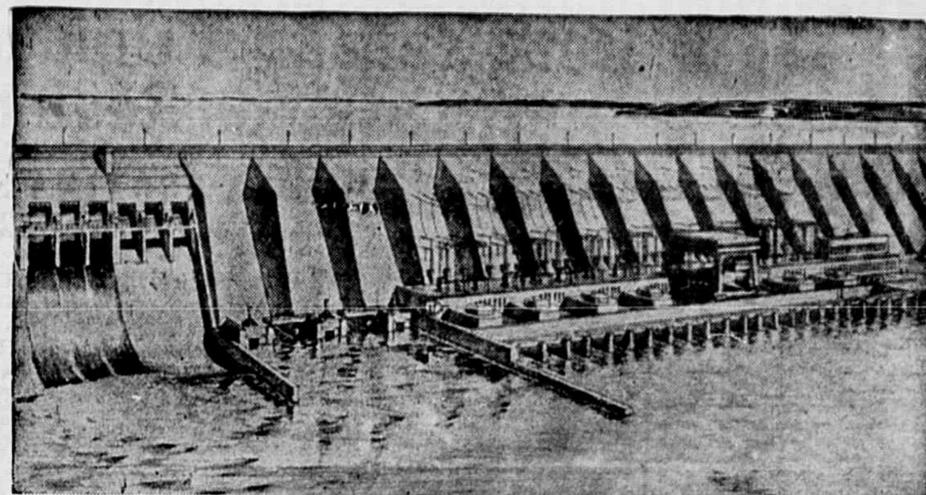
tem a mesma inspiração nacionalista da Petrobrás e, posto em execução, pode assegurar ao Estado e aos capitais nacionais uma supremacia decisiva na indústria de energia elétrica, tornando mais fácil a eliminação posterior dos trustes parasitários que, atualmente, controlam os principais sistemas do país.

Justamente por isto é que cresce, dia a dia, a pressão entreguista para impedir a instituição da Eletrobrás ou, então, caso não o consiga, para desvirtuar de tal modo o projeto a fim de permitir aos próprios trustes se beneficiarem dos recursos mobilizados pelo Estado para a expansão de nosso parque energético. Assim, numa Semana de Debates sobre Energia Elétrica, realizada em abril deste ano em São Paulo e onde pontificaram os Gudivin, John Cotrin, Marcondes Ferraz e outros ases do entreguismo, foi formulado um cerrado ataque contra a Eletrobrás. Ali se defendeu a tese de que o Estado devia financiar o plano de expansão da indústria de energia elétrica, mas não devia gerir as empresas, alegando-se uma suposta incapacidade do Poder Público em operar, de forma rentável, determinados setores industriais. Mas o

êxito da Petrobrás é um desmentido rotundo a esta chantagem.

Outro desmentido, e este no campo da própria energia elétrica, é a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) empresa mista — capitais do Estado e de particulares nacionais — criada em 1951, quando era governador do Estado montanhês o sr. Juscelino Kubitschek. Hoje, a CEMIG, através da construção de um grande número de usinas geradoras, já ultrapassou, na produção e distribuição de energia, a Bond and Share, que praticamente controlava a produção estadual de energia. A CEMIG possibilitou uma rápida expansão da indústria mineira, fornecendo energia a grandes empresas siderúrgicas, de cimento e outras. A arrecadação tributária da zona industrial servida pela CEMIG ultrapassou de muito, atualmente, os recursos que o Estado fornece para a sua ampliação através do Programa de Energia e Transporte.

É a CEMIG quem, em colaboração com a Comissão do Vale do São Francisco, realizará a construção da grande represa de Três Marias,



Um aspecto do traçado da barragem de Três Marias, que será uma das maiores obras, no gênero, realizadas em nosso continente. Além de regular o regime das águas no São Francisco, a represa possibilitará a instalação de uma usina geradora de 500.000 kw

ASSEGURADOS OS DIREITOS DOS FERROVIÁRIOS NO PROJETO DA RFFSA

O Senado aprovou, com modificações, o Projeto n.º 171, que institui a Rede Ferroviária Federal S. A. — isto é, que transforma as ferrovias sob domínio da União em sociedades anônimas (empresas mistas de capitais estatais e privados).

O projeto de constituição da R.F.F.S.A. tem sido motivo de ardorosas controvérsias — uns impugnando-o de «entreguista» e prejudicial ao país, outros defendendo-o como solução racional para o angustiante problema ferroviário, um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico do país.

O projeto não é entreguista

VOZ OPERÁRIA já teve oportunidade de analisar o projeto, recentemente, retificando conceitos anteriormente emitidos, antes de um estudo

do mais circunstanciado do próprio projeto e da situação concreta de nosso parque ferroviário. Ahamos, então, sem por isto deixar de levar na devida atenção as opiniões em contrário, que o projeto

nada tem de entreguista e não coloca, de nenhum modo, nossas ferrovias sob o controle dos monopólios norte-americanos. Ou, pelo menos, não permite maior intromissão desses monopólios em nossa política ferroviária do que a que possa se verificar sob o atual sistema de reparação pública.

De fato: as ações da Rede Ferroviária Federal S. A. serão, inicialmente, do Estado, que não poderá transferir a elas, nem a terceiros, mais de 19% das mesmas, per manente e, assim, de qualquer forma, como detentor da maioria absoluta das mesmas (51%). Além disso as ações transferíveis só poderão ser adquiridas por empresas de economia mista (exemplo: Volta Redonda, CEMIG, Banco do Brasil, etc.), pelos Estados e Municípios e pessoas jurídicas de direito interno (cooperativas, etc.).

Assim, nem o poder público perderá qualquer parcela de controle sobre as ferrovias, nem qualquer grupo estrangeiro, através de testas-de-ferro, poderá por a serviço de seus interesses a política ferroviária a ser adotada pela R.F.F.S.A.

Aumento ou redução das despesas do Tesouro

Outra objeção que se levanta é a de que o projeto é lesivo à economia nacional. Já examinamos também anteriormente esta questão, parecendo-nos que não procedem algumas das alegações formuladas. Poese em dúvida, por exemplo, que, devendo a União garantir um dividendo de 8% para as ações da sociedade anônima, a sua constituição possa desonerar o tesouro das despesas que tem atualmente para a cobertura dos déficits ferroviários (cerca de 12 bilhões de cruzeiros para o corrente ano). Alega-se, ainda, que a União ficará sobrecarregada com a despesa com o pessoal ferroviário que opta pela situação em que se encontram atualmente os servidores das ferrovias federais.

A questão merece, realmente, um exame atento. No entanto, não nos parece que a União terá maiores despesas com o regime de RFFSA. Em primeiro lugar, porque, ainda garantindo os direitos de que desfrutam atualmente os ferroviários da União, a reorganização prevista para as ferrovias permitirá um aproveitamento muito mais racional da mão-de-obra, o que redundará em economia. Em segundo lugar, porque a organização sob a forma de empresa mista permitirá um melhor reajustamento tarifário de acordo com o custo real dos transportes, melhorando a rentabilidade das ferrovias.

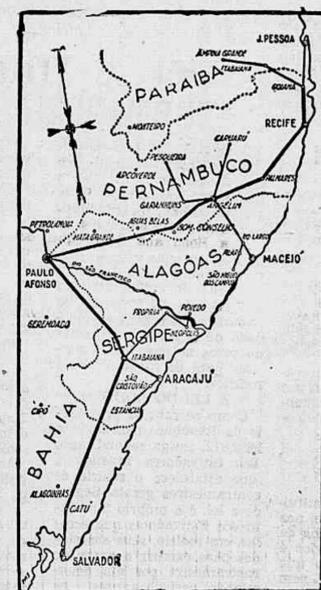
Quanto ao problema da garantia dos dividendos de 8% aos acionistas é necessário levar em conta: 1º) que o maior desses acionistas será a própria União; 2º) que, na situação deficitária das nossas ferrovias ninguém iria investir um centavo na compra de ações da Rede Ferroviária sem a garantia desses dividendos. Eles equivalem, na prática, a um juro módico pago pelo Estado para a utilização de capitais privados no desenvolvimento e equipamento de nosso parque ferroviário. Se o Estado fosse realizar este capital, que pretende com a venda de ações da RFFSA, através de empréstimos bancários, teria de pagar, na realidade, juros muito mais avultados.

A situação do pessoal ferroviário

Finalmente, e aí com justas razões, o pessoal ferroviário levantou uma série de objeções contra dispositivos e omissões do projeto que punham em perigo legítimos direitos dos trabalhadores das ferrovias. Neste sentido, os senadores Caiado de Castro, Freitas Cavalcanti, Mem de Sá, Remy Archer e outros apresentaram emenda ao projeto, emendas, que, nos parece, resguardam realmente direitos e conquistas dos ferroviários. Estas emendas, em sua maioria, decorrem de sugestões da própria Comissão Nacional Permanente de Defesa das Ferrovias (já publicamos estas emendas em nosso número anterior).

Estudar a nova redação do projeto

Nestas condições, agora que o projeto n.º 171 voltou à Câmara dos Deputados, que deverá apreciar as emendas recebidas no Senado, é justo e necessário que todos os interessados no desenvolvimento econômico nacional e os próprios ferroviários examinem a nova redação para sugerir as modificações que se impõem para resguardar interesses do país e dos trabalhadores.



Mapa da zona servida com a energia da Hidrelétrica de São Francisco. Planeja atualmente o governo o aumento da capacidade geradora da usina de Paulo Afonso

SERÁ EM FEVEREIRO O CONGRESSO DOS TRABALHADORES DE PETRÓPOLIS

PETRÓPOLIS, Rio de Janeiro (Do correspondente) — Convocado pelos sindicatos petropolitanos, realizar-se-á em fevereiro próximo nesta cidade um grande congresso sindical dos trabalhadores, segundo comunicação dada a público. O objetivo do conclave será o de estreitar a unidade dos trabalhadores e de suas entidades de classe, visando coordenar esforços para a conquista de suas reivindicações mais prementes, para a luta por melhores salários e melhores condições de trabalho e contra a elevação crescente do custo da vida.

Reuniões Preparatórias

Visando assegurar êxito completo ao congresso, os dirigentes sindicais realizam reuniões preparatórias e debatem os vários problemas decorrentes da realização do conclave de fevereiro. Já foram constituídas duas comissões para dirigir a preparação: a executiva, composta dos presidentes dos sindicatos, e a de propaganda, que inclui outros dirigentes. Serão convidados a apoiar e participar do congresso os sindicatos e federações do Estado do Rio e do Distrito Federal, além de outros Estados, assim como as confederações.

No período preparatório da reunião, devem realizar-se várias assembléias e debates nos sindicatos e nos locais de trabalho, através dos quais os operários serão mobilizados para participar em massa do congresso e prepararão seus programas de reivindicações. Desta maneira, o conclave será uma expressão direta das aspirações de cada trabalhador e contribuirá realmente para sua unidade e organização.

Temário do Congresso Sindical

O temário do congresso é o seguinte:

Previdência Social

- Aposentadoria com salários integrais;
- Unificação da Previdência Social;
- Participação direta dos contribuintes-empregados e empregadores na direção da Previdência Social;
- Seguro desemprego;
- Casa própria financiada pelos institutos;

Previdência Trabalhista e Sindical

- Deficiência da Legislação Trabalhista vigente;
- Salário profissional;
- Salário móvel;
- Salário família;
- Revogação do decreto 9.070;
- Autonomia sindical;
- Legislação própria para o trabalhador rural;
- Extensão da Previdência Social aos domésticos;

Situação Econômico-Social

- Reforma agrária;
- Custo da vida;
- Defesa e desenvolvimento da indústria nacional;
- Produção, transporte e distribuição dos gêneros de primeira necessidade.

Contribuição à Unidade e Criação Dos Conselhos Regionais da CNTI

O que são os conselhos regionais da CNTI e as comissões de estudos sociais? — Conhecer as leis de previdência social para poder lutar por seus direitos — Reforçar a ação nos Sindicatos

Texto de

ROBERTO MORENA

ESTÃO sendo formados, atualmente, os conselhos regionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Este fato constitui, inegavelmente, um passo adiante no desenvolvimento da unificação do movimento sindical brasileiro, pois é uma forma de coordenar a ação dos sindicatos e federações dos trabalhadores da indústria no âmbito territorial.

Composição dos conselhos

Os conselhos regionais da CNTI são compostos dos diretores e dos membros dos conselhos fiscais das federações e sindicatos filiados, com base territorial no Estado; do delegado, onde houver delegacia, ou do representante da diretoria da CNTI e por esta designado; e de um membro das comissões de estudos sociais das federações e sindicatos filiados, também com base territorial no Estado, designado pelas diretorias das respectivas entidades. No Distrito Federal, ainda participará do Conselho Regional os representantes operários do Conselho Fiscal do IAPI.

O objetivo principal e atual dos conselhos regionais é estabelecer uma consulta entre a CNTI e os sindicatos e federações e, vice-versa. Esses debates sobre temas e problemas dos trabalhadores desenvolverão as condições necessárias para a unificação dos esforços de todas as entidades sindicais dos industriários. Caberá aos sindicatos, como representantes diretos dos trabalhadores, discutir com eles essas recomendações ou deliberações para pô-las em prática. Isso contribuirá para reunir os dirigentes sindicais nos Estados e Municípios e para aumentar a solidariedade entre os trabalhadores e as entidades sindicais.

Comissões de estudos sociais

A criação das comissões de estudos sociais em todas as entidades sindicais dos industriários vem ao encontro das aspirações dos trabalhadores e constitui o prosseguimento dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões de estudos e defesa das leis sociais. É decorrente da necessidade de se conhecer as leis sociais e trabalhistas, de estar a par das constantes modificações que sofrem e das emendas ou supressões efetuadas, por exigência da própria prática das leis.

As comissões de estudos sociais em cada organização sindical poderão permitir um maior conhecimento das leis sociais existentes no país e a melhoria da forma de defendê-las e ampliá-las.

Conhecimento das leis

O conjunto de leis que regem as instituições de previdência social não é acessível aos trabalhadores. Só advogados, funcionários de institutos e caixas e uns poucos operários é que sabe como são elas elaboradas, o que contém e como podem ser utilizadas. E sem conhecer as leis, os trabalhadores não podem exigir seus direitos.

Por isso, as comissões de estudos sociais podem promover debates nos sindicatos e federações e contribuir eficazmente para levar aos trabalhadores o conhecimento das leis. Além das leis de previdência, há outras que carecem de debates elucidativos.

NA PRÓXIMA SESSÃO LEGISLATIVA O PROJETO SOBRE O TRABALHO RURAL

A PESAR de em regime de urgência, não foi votado pela Câmara Federal o projeto de lei nº 1.933/A/55, sobre o trabalho rural. A matéria ficou, pois, para a próxima sessão legislativa. Um dos argumentos a que se apegaram numerosos deputados, contra a votação rápida do projeto, é o de que o mesmo envolve matéria complexa, que exige demorados estudos e uma decisão sem precipitações. Estes deputados (apoiados por alguns jornais e entidades de fazendeiros) não se lembram de que o projeto vai marchando para completar três anos nas gavetas da Câmara, onde chegou em abril de 1954, enviado pelo então Prs. Getúlio Vargas. No entanto, não se poderá dizer que, até o início da próxima sessão legislativa, faltará o tempo reclamado para o estudo. E isso diz respeito, também, aos trabalhadores e às suas organizações, que poderão estudar convenientemente a matéria e procurar influir em sua votação, inclusive exigindo a modificação de certos dispositivos contrários aos interesses dos que trabalham no campo.

O projeto

e os pareceres

O projeto é o que foi elaborado por uma comissão interpartidária da Câmara e

NUMEROSAS EMENDAS LESIVAS AOS TRABALHADORES DO CAMPO — ESBOÇA-SE A RESISTÊNCIA DOS LATIFUNDIÁRIOS AO PROJETO

para os trabalhadores no lado de sérias desvantagens (este jornal informou a respeito em edições anteriores). Conta com pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Economia, bem como com inúmeras emendas, algumas das quais profundamente lesivas aos trabalhadores. O parecer da Comissão de Justiça (deputado Nestor Duarte) é favorável à aprovação do projeto, com modificação do artigo 79, considerado inconstitucional. Esse artigo, em seu parágrafo único, estabelece um novo tributo que constituirá a contribuição da União para o serviço de assistência e previdência social rural. A Comissão aprovou emenda, proposta pelo relator, corrigindo o que lhe pareceu inconstitucional. A Comissão de Legislação Social deu parecer favorável ao projeto. Já a Comissão de Economia aprovou um parecer do deputado Uriel Alvim que introduz inúmeras emendas, algumas inaceitáveis pelos trabalhadores rurais. Uma

destas emendas, reduz o salário-mínimo no campo a 70% do mínimo da região. Uma outra suprime o direito de férias, adiando uma regulamentação da matéria para um futuro Código de Trabalho Rural.

Resistência dos latifundiários

O número e a natureza das emendas apresentadas demonstra que os representantes dos latifundiários ofereceram uma resistência enérgica ao projeto. Isso não faz com que muitos representantes do chamado Bloco Ruralista da Câmara, alguns porta-vozes da Confederação Rural, etc., os quais chegaram a recorrer à autoridade do Conselho Nacional de Economia, que apresentou sugestões ao líder da maioria, contrárias às principais disposições do projeto. Os trabalhadores rurais e suas organizações podem, porém, influir na votação do projeto, lutando para que no mesmo sejam assegurados seus interesses essenciais.

Reforçar a ação nos sindicatos

Praticamente toda a atividade dos dirigentes e militantes sindicais pode ser desenvolvida nos próprios sindicatos e federações. O objetivo permanente dos dirigentes e militantes sindicais deve ser o de atuar nas suas entidades, trabalhar para torná-las sempre mais amplas, respeitadas e fortes. A criação dos Conselhos Regionais da C.N.T.I. e das comissões de estudos sociais, assim, possibilita a transferência dos esforços das intersindicais para dentro dos sindicatos e federações e é, por isso, uma contribuição à unidade do movimento sindical e operário.

Essas ações unitárias na C.N.T.I. sugerem a adoção dos mesmos métodos na C.N.T.T. na C.N.T.C. e nas federações não filiadas a qualquer contendação. A criação e o desenvolvimento dessa rede de conselhos regionais e comissões de estudos sociais conduzirá à ativação e dinamização dos organismos sindicais e à unificação sucessiva das forças dos trabalhadores.

COM A VITÓRIA DOS ESTIVADORES TERMINOU A GREVE DE SANTOS

SANTOS, SP (Do correspondente) — Após cinco dias de paralisação do porto desta cidade, em virtude da greve decretada pelo Sindicato dos Estivadores há última semana, foi novamente reiniciado o trabalho com a vitória completa dos trabalhadores. A vitória foi obtida com a resolução do Tribunal de Recursos que denegou o mandado de segurança impetrado pelos antigos contramestres para derrubar a lei do rodízio.

A LEI DO RODÍZIO

Como se sabe, o presidente da República sancionou a Lei 2.872, antiga reivindicação dos estivadores brasileiros, que estabelece o rodízio dos contramestres gerais. Segundo a lei, é o próprio Sindicato dos Estivadores que escolhe, em rodízio, seus associados para exercer o cargo de contramestre por um determinado período (antes, os contramestres eram das empresas de navegação). Entretanto, as empresas recusaram-se a cumprir a lei e prosseguiram designando seus próprios contramestres até um mês depois da vigência do diploma legal.

Depois de várias tentativas para conseguir que as empresas atendessem à determinação, os estivadores só tiveram um caminho — a greve decretada por uma grande assembléia geral de sua entidade.

UNIDADE E CONBATIVIDADE

Pacificamente e na mais absoluta ordem, os estivadores entraram em greve, mantendo-se fora da faixa do cais e prontos para voltar ao trabalho tão logo cessasse a absurda intransigência das companhias de navegação. Todavia, embora fossem ordeiros, os propósitos dos trabalhadores, o governo do sr. Jânio Quadros enviou munição policiamento (Força Pública de São Paulo, Exército, Fuzileiros Navais, Guarda Civil e policiais do DOPS, além da polícia marítima) e promoveu aparatosa exibição de armas em toda a zona do cais.

Os estivadores continuaram firmes em sua justa luta pela execução da lei do governo federal. O presidente do Sindicato entrou em contato direto com autoridades governamentais no Rio e na Capital paulista, enquanto,

a diretoria da entidade procurava entendimento com o órgão patronal para solucionar a greve.

VITÓRIA FINAL

Foi necessário, porém, que o Tribunal de Recursos denegasse o mandado de segurança impetrado pelos antigos contramestres para que cessasse a intransigência das empresas. Automaticamente, terminou a greve.

As companhias de navegação não só conseguiram seus intentos, como ainda tiveram um prejuízo de cerca de oito dias de paralisação, milhões de cruzeiros durante. Não obstante, elas pretendem apelar da decisão ao Supremo Tribunal Federal.

O fato importante, entretanto, é a vitória conquistada pelos trabalhadores. A vitória foi possível porque houve adesão unânime à greve, porque os estivadores se mantiveram unidos e dispostos a continuar até conquistar seu direito legítimo, porque os trabalhadores do porto receberam a solidariedade do proletariado paulista, transmitida aos grevistas por uma comissão designada pelo Pacto Intersindical do Estado de São Paulo.

ORGANIZAR OS TRABALHADORES RURAIS

NOSSA PRIMEIRA TAREFA NO CAMPO

OS ASSALARIADOS agrícolas constituem uma das mais importantes parcelas da população ativa na agricultura brasileira. De acordo com o Censo Agrícola de 1950, são quase 3 milhões e 800 mil — mais de uma vez e meia o número de operários industriais. São a camada mais revolucionária no campo e estão destinados a desempenhar um papel importantíssimo nas lutas dos camponeses, a cuja frente devem colocar-se. A organização dos trabalhadores rurais é, pois, fator decisivo para a organização e a luta das grandes massas que vivem da terra — é nossa primeira tarefa no campo.

SÃO consideráveis avanços no terreno da organização e das lutas dos trabalhadores rurais, nos últimos dois anos, especialmente em 1956. Numerosos sindicatos rurais foram fundados, alguns deles são verdadeiras organizações de massas, com milhares de sócios e tem conquistado vitórias. Já existem no país, de acordo com dados da ULTAB) perto de 50 sindicatos rurais, destacando-se os seguintes:

São Paulo — Sindicatos de Franca, Ribeirão Preto, Batatais, Igarapava, Altinópolis, Morro Agudo, Catanduva, Urupês, Tabatinga, Monte Aprazível, Lins, Garça, Valparaíso, Bragança Paulista, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Itanhaém e Oriente.

Minas Gerais — Sindicatos de Santa Rita do Sapucaí, Itajubá, Governador Valadares, Ponte Nova e Nanuque.

A AJUDA DOS SINDICATOS OPERÁRIOS

A AJUDA dos operários das cidades tem tido importância considerável para a organização e as lutas dos trabalhadores rurais. Os operários, que possuem vasta experiência sindical, ensinam a seus irmãos do campo como formar os sindicatos, querer e instruir seu registro, regularizar seu funcionamento, organizar o quadro social, etc. Ajudam-nos, também, a lutar contra as perseguições e arbitrariedades dos latifundiários, prestando-lhes ativa solidariedade quando se verificam — o que é comum — violências policiais. A ajuda do proletariado urbano à organização e às lutas dos trabalhadores rurais é, atualmente, a principal forma de avanço operário-camponês. Cumpra desenvolvê-la.

EXEMPLOS DE SÃO PAULO

Os sindicatos operários de São Paulo vêm tendo papel saliente não só na organização dos colonos e trabalhadores agrícolas, como na luta destes contra as violências policiais. Foi com a ajuda dos sindicatos operários nautistas que o Sindicato Rural de Ribeirão Preto enfrentou, com êxito, a reação policial e conseguiu reabrir sua sede, fechada pela polícia. Em Catanduva, os assalariados contaram, igualmente, com a solidariedade ativa do Pacto de Unidade

Paraná — Sindicatos de Londrina, Nova Fátima, Maringá e Centenário do Sul.

Estado do Rio — Sindicato de Campos.

Bahia — Sindicatos de Santo Amaro, Itabuna, Belmonte e Una.

Pernambuco — Sindicatos de Escada, Barreiros, Cabo, Gameleira, Ribeirão dos Palmares, Catende, Golana, Surubim, Timbaúba, e Vitória de Santo Antão.

Alagoas — Sindicato de Piaçabussú.

Goias — Sindicato de Colônia.

Rio Grande do Sul — Sindicatos de Pelotas, São Gabriel e Jaguarão.

Santa Catarina — Sindicato de Tubarão.

Em algumas regiões, os trabalhadores da lavoura da cana são organizados nos sindicatos dos operários das usinas e lutam junto a estes pelas reivindicações comuns. Há, além dos sindicatos rurais acima relaciona-

nados, outros em processo de organização, particularmente em São Paulo, Estado onde vem sendo grande o impulso dos assalariados agrícolas e colonos para a organização e a defesa de seus direitos, sonhados pelos latifundiários.

Na medida em que fizermos esforços para estreitar nossas ligações com os trabalhadores rurais e para corrigir os métodos errôneos de trabalho ainda correntes, melhor saberemos ajudar os assalariados do campo a se organizarem e a lutar. De certo no curso dos debates que ora se travam no seio da vanguarda da classe operária, aqueles que vivem e trabalham no campo saberão fazer o balanço criterioso, crítico e autocrítico, dos êxitos e dos erros de seu trabalho, de suas experiências positivas e negativas, e saberão encontrar os meios de bem cumprir a tarefa essencial de organizar os trabalhadores rurais.



NOVA ETAPA DAS LUTAS

PARA se fundar um sindicato rural é necessário que uma comissão organizadora

convoque e prepare a assembleia de fundação, nos termos de legislação em vigor — decreto-lei n° 7.038 e portaria 14 do Ministério do Trabalho.

Isso, porém, não é tudo — é o coroamento de uma paciente atividade anterior, no sentido de esclarecer, despertar para a luta e mobilizar os trabalhadores rurais. A organização do sindicato só pode ter êxito quando os trabalhadores compreendem sua importância, sentem a necessidade de organizá-la e fortalecê-la como um instrumento para a defesa de suas reivindicações. A experiência demonstra que, sem isso, o sindicato não somente não pode desenvolver-se, como pode ser facilmente golpeado pela reação dos latifundiários. O mesmo ocorre — também já o demonstrou a experiência quando se sobrecarregam as novas organizações com tarefas e reivindicações que as massas de trabalhadores ainda não estão preparadas para sustentar.

Por tudo isso é importante conhecer profundamente (e isso exige estudo, convicção diária com as mas-

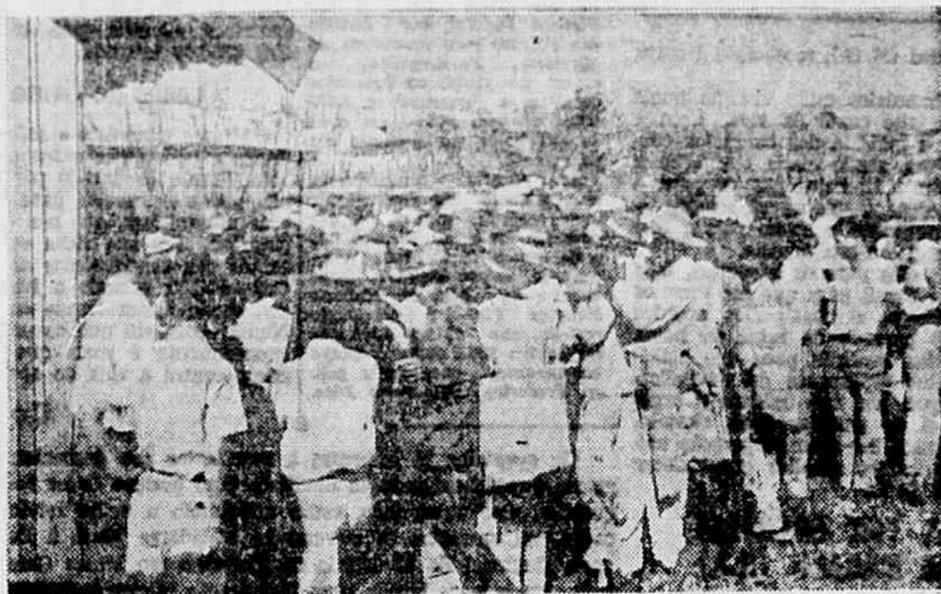
sas) as reivindicações dos trabalhadores rurais e saber levantá-las levando em conta o nível de consciência da massa. Dentro das reivindicações gerais (que são, principalmente, o pagamento do salário-mínimo e a aplicação da legislação social no campo) é necessário lançar palavras de ordem e propor formas de luta capazes de serem aceitas pelas massas. A organização do sindicato de trabalhadores agrícolas em colonos, surge como uma necessidade para o desenvolvimento das lutas e é um passo à frente, uma nova e importante etapa dessas lutas.

QUASE QUATRO MILHÕES DE TRABALHADORES RURAIS

DE ACORDO com o Censo Agrícola de 1950, havia no país 3.733.000 trabalhadores rurais, incluindo colonos, provisórios, etc. Destes, cerca de 80% (ou cerca de 2.920.000) estão concentrados em apenas nove estados, sendo que uns 900.000 encontram-se em São Paulo e norte do Paraná, a maioria dos quais na lavoura do café.

E o seguinte, ainda de acordo com a mesma fonte, o número de trabalhadores rurais naqueles nove Estados: Minas Gerais — 762.267; São Paulo — 690.013; Paraná — 203.145; Rio Grande do Sul — 158.687; Bahia — 379.314; Pernambuco — 359.929; Alagoas — 136.987; Paraíba — 141.047; Estado do Rio — 105.000. Quatro culturas empregam a grande maioria dos assalariados e colonos: café, cana de açúcar, cacau e trigo. São Paulo, Paraná e Minas concentram os colonos de café. As concentradas de trabalhadores da lavoura canavieira estão principalmente em São Paulo, Estado do Rio, Pernambuco e Bahia. Na Bahia (sul do Estado) está a quase totalidade dos assalariados do arroz. No Rio Grande do Sul a maioria dos trabalhadores da lavoura triticola. Em Minas um grande número de assalariados é empregado no corte de madeira.

O número de assalariados tende a aumentar, no campo, com o crescimento, que no Brasil já se verifica em ritmo considerável, da penetração capitalista na agricultura.



Intersindical, quando a polícia praticou arbitrariedades contra a organização no município. Por outro lado, os sindicatos operários assistem à formação dos sindicatos, instruindo seus organizadores para a aplicação das normas do MTIC e da legislação específica em vigor. Vários sindicatos rurais contaram, nas assembleias de fundação, com a presença de delegados do Pacto Intersindical, que lhes prestaram valiosa ajuda.

EXEMPLOS DO PARANÁ

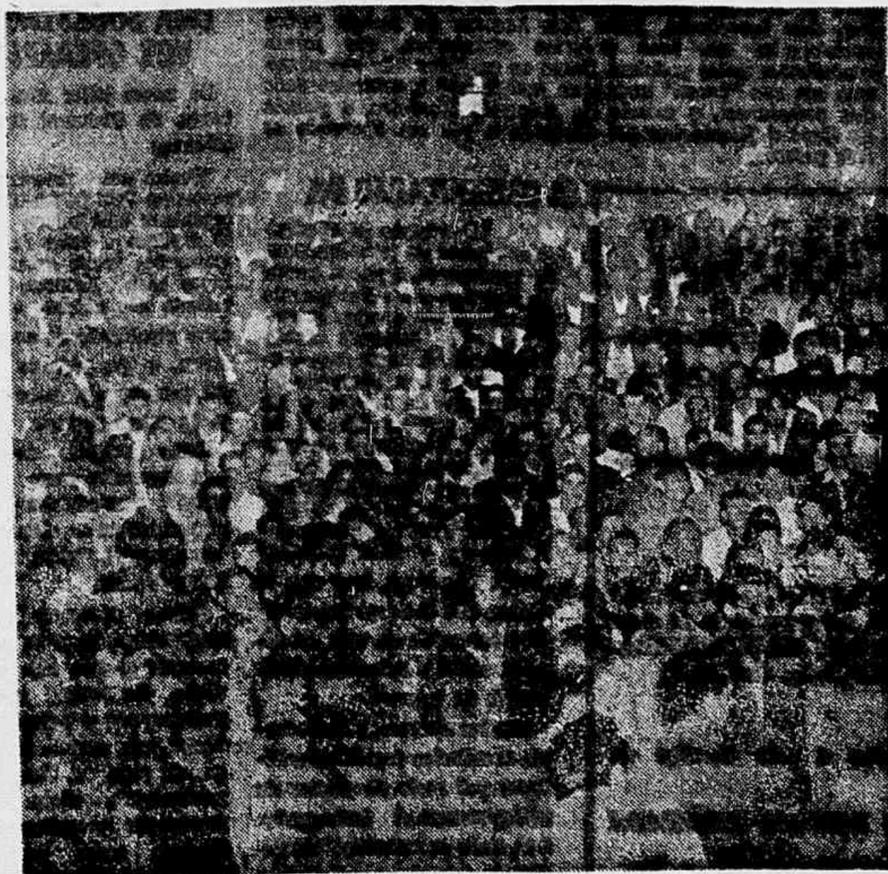
No norte do Paraná são inúmeros os exemplos. Os colonos de café contaram com a ativa solidariedade dos operários para sua organização e para que pudessem enfrentar, com êxito, a violência policial. Em Londrina, Nova Fátima, Centenário do Sul, etc., delegados dos sindicatos operários compareceram às assembleias dos sindicatos rurais, transmitindo-lhes seu apoio e sua experiência.

O mesmo tem-se verificado em Minas (em Santa Rita do Sapucaí os operários tomaram a iniciativa de propor aos trabalhadores menes a organização do sindicato), na região açucareira e na zona cacauzeira da Bahia, em Pernambuco, etc.

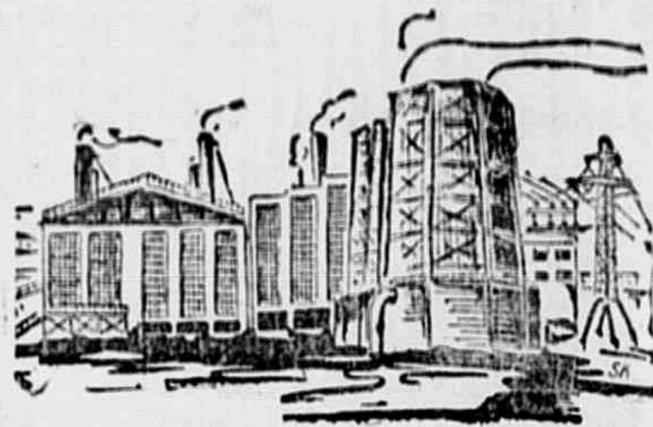
As experiências existentes nesse terreno constituem uma fonte de ensinamentos que não podem ser desprezados. Deve-se ter em vista que a ajuda dos sindicatos operários à organização e às lutas

dos trabalhadores rurais é um fator importante para o êxito e o desenvolvimento destas, reforça a aliança operário-camponês e que a experiência dos sindicatos operários é um valioso instrumento do qual os assalariados do campo podem tirar um crescente proveito.

NOS CLICHÊS do alto aspecto das assembleias de fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais de Garça e Catanduva, no Estado de São Paulo. Em baixo, aspecto de uma assembleia do Sindicato Rural de Londrina (norte do Paraná), que é o maior do país, com cerca de dez mil associados.



Voz dos Leitores



CONSUMIDORES DE LUZ DE PADUA E MIRACEMA ENTRARAM EM GREVE



MIRACEMA, R.J. (Do Correspondente) — Grande vitória foi conquistada pelas populações de Miracema e Padua, na luta que travaram contra a desídia da Companhia Norte Fluminense, fornecedora de eletricidade para essas cidades. Sob a direção da Liga Paduana Pró-Energia Elétrica e da Comissão de Miracema Contra a Falta de Força e Luz, os consumidores de luz empenharam-se em longa batalha pela regularização do fornecimento. Recentemente, dada a intransigência da empresa, os consumidores entraram em greve.

O ACORDO CONQUISTADO

Com a intervenção dos governos estadual e municipais, encaminhou-se um acordo, concluído finalmente em mesa-redonda realizada no Palácio do Ingá, em Niterói. O acordo compreende cinco pontos, a saber: 1) os prefeitos e as comissões de greve concederam um crédito de confiança ao governo do Estado para a solução do conflito; 2) o governo do Estado pagará os débitos atrasados, depois de instalados os geradores; 3) os consumidores retornarão ao pagamento da força e luz em janeiro de 1957; 4) Dentro de seis meses a Companhia Norte Fluminense obriga-se a instalar e fazer funcionar os geradores; 5) se os melhoramentos não estiverem realizados até 27 de maio de 1957, os consumidores entrarão novamente em greve, com o apoio do governador do Estado.

Para fiscalizar o cumprimento do acordo, para unir e manter vigilante o povo e para pleitear a construção de uma usina hidrelétrica para os dois municípios, a Liga Paduana e a Comissão de Miracema continuarão funcionando, segundo comunicação distribuída ao público.

Renovação Venceu Eleições no Sindicato de Energia e Gás

dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas Leste e Sul do Brasil.

A chapa vencedora era denominada de renovação, enquanto sua oponente, liderada pelo sr. Luiz Gonzaga de Miranda, incluía três membros da antiga diretoria. O pleito decorreu em ambiente de cordialidade e de entusiasmo, tendo o «quorum» mínimo (5.500 votos) sido superado em um dia de votação (6.200 associados votantes).

Após a apuração, o presidente eleito reafirmou seus propósitos de trabalhar pela unidade dos trabalhadores em energia e gás e solicitou o apoio de todos os colegas para que sua gestão possa levar à prática o programa que se traçou.

Demonstração de Unidade Nas Eleições Dos Bancários

Significativa demonstração de unidade em torno de sua entidade foi dada na última semana pelos bancários do Distrito Federal, por ocasião das eleições para renovação da diretoria. Participando em massa do pleito, os bancários cobriram o «quorum» e 8.500 votos ultrapassando-o em mais de mil votos, no primeiro dia de votação.

As eleições transcorreram em ambiente de fraternidade e de respeito mútuo, em que pese ter sido a disputa das mais concorridas. Finda a apuração, estava eleita a chapa encabeçada pelo sr. Huberto Menezes Pinheiro presidente eleito, que obteve 6.292 votos contra 3.168 dados à chapa concorrente, encabeçada pelo sr. Frederico Minervino Dias.

Os operários já começam a manifestar seu descontentamento e estão exigindo do Sindicato uma posição firme nesta questão. Por outro lado, estão reforçando a velha reivindicação dos operários de Governador Valadares junto à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho em Minas Gerais, para que seja destacada uma fiscalização eficiente do Ministério em nossa cidade. Ao tempo do sr. Nelson Omega no Ministério, aquela fiscalização chegou a ser prometida. O sr. Demerval Pimenta Filho ficou como fiador da promessa e, agora, está na hora de passar das palavras à ação. A situação existente não pode continuar, sob pena de provocar justa revolta de que serão responsáveis, por omissão, as autoridades citadas.

UMA SUGESTÃO À VOZ OPERÁRIA

Do nosso leitor Alcides Sabinça, de Pinheiral (RJ), recebemos:

«Sugiro aos presados dirigentes da VOZ OPERÁRIA que organizem uma coluna em que se explique o valor de certas expressões muito comuns em nosso meio. Acontece que a maioria não entende o verdadeiro significado de certas palavras, o que vem se refletir em prejuízo do esclarecimento da classe operária.

Quase sempre deparamos com expressões como «subjetivismo», «objetivismo», «empirismo-crítico», «dogmatismo», «reacionário», «culto à personalidade», etc.

Muitos companheiros são subjetivistas, às vezes, por desconhecer o que seja subjetivismo. Eu mesmo empreguei muitas vezes o termo «reacionário» com sentido pejorativo, quando dizia «V. Excia. é um reacionário». Claro que esta formulação prejudicava grandemente nossa política de aproximação com determinados elementos de outras camadas».

De Governador Valadares:

BURLANDO A LEI DO SALÁRIO-MÍNIMO

A Empresa «Irmãos Melo Ltda.», obriga seus operários a assinar ficha com o salário legal e só pagam Cr\$ 60,00 por dia — Urge providências do Sindicato e do Ministério do Trabalho

GOVERNADOR VALADARES (Do Correspondente) — E' geral, principalmente nas empresas beneficiadoras de Mica, a burla à Lei do Salário-Mínimo em nossa cidade. A técnica usada pelos patrões é a de obrigar seus operários a assinar suas fichas como se recebessem o salário-mínimo, quando, na realidade, pagam salários insignificantes, até de Cr\$ 60,00 por dia. Com isto lesam os trabalhadores em mais de mil cruzeiros mensais, pois o salário-mínimo legal aqui é de Cr\$ 2.850,00 mensais.

O caso da firma «Irmãos Melo Ltda.»

Vamos citar este caso, porque dele possuímos provas concretas e poderemos enfrentar a empresa em caso de desmentido. Fomos procurado por um de seus operários, cujo nome não podemos revelar para que não seja vítima de perseguições mesquinhas, que nos exibiu a prova do crime da citada empresa. Em sua ficha está registrado, para efeito de descontos das contribuições ao I.A.P.E.T.C., o salário-mínimo de Cr\$ 2.850,00, quando o trabalhador só recebe Cr\$ 60,00 por dia, sendo assim lesado em mais de Cr\$ 1.000,00 todo mês. Numa época em que os preços estão pela hora do morte, tal procedimento é mais que uma transgressão da lei, é um crime contra a vida do operário e da sua família.

Que fazer?

MELHOR REMUNERAÇÃO MELHOR REMUNERAÇÃO

DE UM BANCÁRIO de Guarani (M. G.), recebemos a carta a seguir resumida:

«Ninguém ignora que os bancários estão vivendo numa situação difícil, em virtude do alto custo da vida. Com a elevação crescente dos preços, a maioria dos bancários continua ganhando o salário-mínimo, sendo ainda obrigados a andar bem trajados mesmo que o dinheiro não dê para a alimentação precária. Isso ocasiona o que se vê sempre — o bancário tomando empréstimos aqui e acolá, pois o que ganha não dá para sustentar a si e à sua família.

Como lutador por melhores dias para os bancários, faço um apelo a todos os colegas do Brasil para que nos unamos estreitamente em nossos sindicatos e consigamos acordos salariais mais satisfatórios. O passado de lutas de nossa corporação e nossas experiências servirão para que elaboraremos com mais cuidado nossos programas de reivindicações. Há outras corporações que, por sua unidade e organização, conseguiram um nível de salários mais elevado. Nós, bancários, também poderemos ser uma corporação melhor remunerada desde que saibamos ampliar e fortalecer a união de todos os colegas do país.»

VIOLÊNCIA CONTRA VOZ OPERÁRIA EM CACHOEIRAS DE MACAGU (R.J.)

CACHOEIRAS DE MACAGU, RJ (Do correspondente) — Inominável violência contra a liberdade de imprensa e contra as garantias individuais do cidadão foi cometida nesta cidade pelo delegado de polícia Anísio Monteiro, que prendeu o agente local de VOZ OPERÁRIA, sr. Anézio Dias de Freitas, e apreendeu a remessa de trinta exemplares do semanário citado, além de exemplares do jornal «Terra Livre», de São Paulo.

O sr. Anézio foi preso por dois policiais, que apreenderam os jornais que ele transportava, e em seguida transferido para Niterói em uma caminhonete da DOPS, juntamente com dois lavradores. Estes dois homens do campo foram aprisionados em suas próprias residências, que foram vasculhadas pelos policiais. Como os soldados não encontrassem em sua «busca» nada que justificasse a arbitrariedade que cometeram, a mando do delegado Monteiro, a polícia da Capital fluminense foi obrigada a pôr em liberdade os três presos.

A ORGANIZAÇÃO DA

(Conclusão da 4ª pág.)
gãos eleitos de trabalhadores, de produtores, e isto a partir da empresa até o Parlamento Central. Neste quadro as empresas e as comunas atuam livremente. A outra face desta situação é a liberdade do mecanismo da oferta e da procura, que se formam os preços. A dominação exclusiva do diretor é substituída pela gestão do conselho operário e dos órgãos que elege. Os órgãos locais não são mais sucursais de poderes extremamente reduzidos, mas órgãos eleitos que decidem das questões essenciais da vida econômica, social e cultural no território da comuna.

Em tal sistema, a democracia econômica e política realiza-se por meio de órgãos de self-government (auto-governo), onde os trabalhadores gerem os assuntos econômicos e outros assuntos.

Que é o Stalinismo?

Do culto à personalidade, suas consequências e os problemas atuais do socialismo.



Os melhores documentos sobre estes momentos decisivos.



Em APÊNDICE:

O TESTAMENTO DE LÊNIN — Publicado pela primeira vez na íntegra, acompanhado de duas cartas sobre A QUESTÃO DAS NACIONALIDADES OU A «AUTONOMIZAÇÃO». Cr\$ 60,00



A venda nas livrarias e pelo Serviço de Recorrimento Postal

Pedidos à Editorial VITÓRIA LIMITADA

Rua Juan Pablo Duarte, 50 sobrado. — Rio

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257. 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte: Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00
Goias e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28. 2º and. — Tel. 37-4983
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. — s/ 326.
FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.
SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)
JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4. Enderço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:

«Borba» Publicou a Crítica da «Pravda»

PARIS, 19 (FP) — O órgão da Aliança Socialista Iugoslava, «Borba», e o jornal «Politika», publicam o artigo inscrito, ontem, no «Pravda», de autoria de Y. Paulov criticando o sr. Eduardo Kardel. Anuncia a Agência Tanyug.

Nenhum comentário acompanha a reprodução o desse artigo nos citados jornais. A Agência Iugoslava acentua, a propósito, que nem o «Pravda», nem qualquer outro jornal soviético, publicou o relatório, apresentado em 7 do corrente, pelo sr. Kardelj.

Por Um Caminho Italiano Para o Socialismo

(Projeto de teses para o VIII Congresso do P.C.I.)

DESEMPREGO, MISÉRIA E DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

10. — Pela análise feita torna-se claro que a situação da economia italiana continua a ser caracterizada por um contraste permanente, em parte agravado, entre o vivo impeto no ritmo de desenvolvimento das forças produtivas no país, e os limites estreitos que a tal impeto são impostos pelo sistema atual das relações de produção. Só em pequena parte, por isso, o grande aumento da produtividade do trabalho, ocorrido no período a que nos referimos, pôde traduzir-se num incremento real da produção.

Na agricultura, não obstante o grande emprego de novos recursos técnicos, o valor total da produção tem permanecido pouco além de estacionário em confronto com o período da pré-guerra, com o aumento não muito superior ao da população; entretanto — com uma renda fundiária bastante aumentada em seu todo — toda a sociedade italiana paga um tributo cada vez maior ao monopólio da terra. Quanto à reforma agrária, a eficácia produtiva de uma reforma que dê a terra a quem a trabalhe, reduziu-se seriamente — além do grande fardo das indenizações pagas aos latifundiários — pelo caráter assumido por entidades nas quais os interesses dos velhos proprietários se entrelaçam com os interesses dos monopólios e dos grupos dirigentes clericais, transformando as próprias entidades em órgãos de um capitalismo monopolista de Estado particularmente opressivo.

Por outro lado, é mais acentuado nesses anos o aumento total da produção industrial. Esse aumento, porém, apresenta graves desequilíbrios: entre os bens de produção aumenta a produção de alguns setores mais diretamente ligados ao processo de renovação energético e técnico, enquanto que estagnam ou se atrasam outros setores mais importantes; entre os bens de consumo, aumenta a produção daqueles que visam a atender às necessidades das camadas mais abastadas, enquanto que estacionam ou regridem os setores fundamentais ligados ao nível de vida das massas mais pobres.

11. — Esse desenvolvimento particular da economia italiana se reflete de forma trágica sobre as condições de vida e de trabalho do povo italiano.

Em primeiro lugar, tem-se exacerbado os problemas relativos ao desemprego permanente total e parcial das massas e os relativos à superpopulação artificial no campo, onde o rápido processo de mecanização, sob a direção e no interesse exclusivo dos lucros monopolistas e agrários, ameaça expulsar da terra centenas de milhares de trabalhadores de todas as categorias do processo produtivo agrícola. A eles nenhuma perspectiva é oferecida de emprego produtivo, em outros setores, além da perspectiva de uma emigração irregular subordinada e dirigida, no mais das vezes, para países e setores de trabalho onde é mais grave a exploração dos trabalhadores. Na indústria observa-se uma considerável paralisação da ocupação e também flutuações em alguns setores fundamentais, enquanto que a ameaça de expulsar os trabalhadores da produção industrial é já um fato e não tardará a agravar-se se o progresso da mecanização complexa no sentido da automatização continuar a desenvolver-se sob a direção e no exclusivo interesse dos grupos dominantes.

Em segundo lugar, persiste uma retração particular do mercado interno, agravada por uma política do comércio externo cegamente subordinada às exigências da «guerra fria», o que tem afastado o nosso país de importantes mercados para seu desenvolvimento agrícola e industrial.

Há décadas que permanece estacionário em nosso país, a média, por habitante, das principais mercadorias de amplo consumo, como víveres, tecidos, etc., cujo incremento favorecerá grandemente o ritmo de desenvolvimento de toda a economia nacional. A Itália continua até hoje, entre os países da Europa capitalista, a ocupar as últimas posições nesse domínio. Os dados médios totais dissimulam, por outro lado, uma acentuada diferenciação no teor de vida, devida fundamentalmente a um deslocamento das rendas de uma classe para a outra, assim como à diferenciações dentro de cada classe.

No que diz respeito à distribuição das rendas entre uma classe e outra, devemos acentuar que a cota de participação de todas as camadas de trabalhadores na renda nacional, já no passado extremamente baixa na Itália, vem diminuindo continuamente nos dois últimos anos: somente de 1951 a 1955 a percentagem relativa aos salários dos trabalhadores na renda nacional baixou de 28,1% para 26,3%. Ao mesmo tempo, o rendimento do trabalho «per capita» aumentou, de 1951 a 1955, 32,70%; no mesmo período, o aumento foi de 43% da produção total líquida nacional, equivalendo a 200% para os lucros dos maiores agrupamentos monopolistas, enquanto que os salários reais dos trabalhadores da indústria só aumentaram 9,3%. Com essa diminuição progressiva da parte do produto nacional que cabe aos operários, a média dos salários reais dos trabalhadores na indústria oscilou em torno de 42 mil liras mensais, enquanto que a parte dos braceiros agrícolas — levando-se em conta o grande desemprego entre as estações — oscilou em torno de 20 mil.

Devemos, porém, ressaltar que os desenvolvimentos técnico e da produção, ocorridos sob a direção dos monopólios, deram origem a grandes modificações nas condições de trabalho e no teor de vida dos próprios trabalhadores.

Passa-se, assim, da situação dos subsalários e das transgressões dos contratos de trabalho e das leis sociais para uma situação de salário relativamente elevado no âmbito de uma política paternalista do monopólio, o qual tende a controlar todos os aspectos da vida do trabalhador, dentro e fora da fábrica. Essas políticas se fazem acompanhar, porém, por outro lado, de uma agravamento geral do despotismo patronal nos locais de trabalho, favorecido por uma predeterminação unilateral dos ritmos de trabalho e dos salários, e fundado na negação dos direitos mais elementares de organização sindical e de comissões internas. As próprias inovações técnicas devem servir, segundo a orientação prescrita pelos grupos dominantes, para consolidar este despótico poder de comando, que possibilita ao grande patronato agravar ainda mais profundamente a exploração da mão-de-obra.

Esse aumento da exploração e do esforço físico e nervoso de amplas camadas de trabalhadores — que determina um aumento de suas necessidades alimentares, de assistência, de suas necessidades sociais, recreativas e de moradia para reconstituição de sua força de trabalho — e o grande peso que a massa de desocupados parciais e totais exerce sobre as rendas de numerosíssimas famílias, condicionam assim, contrastando com a acumulação de enormes riquezas a um polo da sociedade o polo onde vivem os senhores da terra e dos bancos, e a acumulação de uma miséria sempre crescente no outro polo, onde são condenadas a viver as grandes massas dos trabalhadores e dos desempregados.

O inquérito parlamentar sobre o desemprego constatou que considerando-se o desemprego total e parcial, o nível do desemprego corresponde a mais de quatro milhões. Pelos dados publicados e relativos a própria pesquisa verifica-se, por outro lado, que a força de trabalho inutilizado equivale a 41% de toda a força de trabalho disponível. Segundo a sindicância sobre a miséria, das 11 milhões e 592 mil famílias existentes na Itália, 1 milhão e 357 mil, isto é 11,7%, estão em condições de extrema miséria, isto é, com um nível de vida baixíssimo; 1 milhão e 350 mil, isto é, 11,6%, têm condições de vida de pobres, isto é, um baixo teor de vida. O inquérito constatou, além disso, que mais de 23% da população vivem em tugúrios ou em habitações superocupadas, enquanto que 7,5% não consomem nem carne, nem açúcar e nem vinho, e 9% consomem esses produtos em quantidade mínima ou nula.

12. — Agravou-se também a situação das classes médias. Por um lado, o peso crescente da estrutura monopolista e da política fiscal e de crédito antidemocrática leva a uma crescente proletarianização que não se traduz, porém, na maior parte dos casos, em sua inclusão no processo produtivo, sendo forçadas a aumentar as fileiras dos desempregados. Por outro lado, a expulsão de numerosos trabalhadores da atividade industrial tende a colocar muitos operários e empregados à margem da atividade econômica (pequeno comércio a varejo, pequeno artesanato, etc.). Finalmente, as formas particulares adotadas pelos monopólios no processo de produção e distribuição obrigam muitos setores da classe média — sobretudo no ramo comercial e agrícola — que se vangloriam de suas antigas tradições de independência, tendam cada vez mais a transformar-se substancialmente em dependentes dos monopólios, os quais se tornam os hábitos de sua atividade e de sua própria sobrevivência. A sorte das classes médias na cidade e no campo se caracteriza, em seu todo, justamente por essa perda de independência e de perspectiva, e pela insegurança do amanhã.

Agravou-se o contraste entre a cidade e o campo, o qual hoje se manifesta não só numa acentuada disparidade na elevação dos preços, no ritmo de desenvolvimento da produção, das rendas, das condições de vida, mas também num verdadeiro êxodo do campo. Nesse quadro, vem assumindo extrema agudeza tanto nos Alpes como nos Apeninos o problema da montanha. Numa economia dominada pela lei dos lucros máximos a montanha é considerada setor marginal destinado à degradação econômica e ao despovoamento e reservada à exploração exclusiva, de tipo colonial, exercida pelos monopólios (de eletricidade).

Agravou-se também o desequilíbrio fundamental entre o norte e o sul, isto é, a questão meridional, confirmando o fracasso da política meridional seguida pelos governos anteriores, e de De Gasperi, que também esperava poder frear o impulso de emancipação das populações do meio-dia. De fato, não obstante algumas, importantes modificações que se podem hoje constatar na vida econômica do meio-dia e sobretudo da Sicília, — cuja autonomia embora atacada e mutilada pela política dos governos democristãos, representam uma histórica conquista do povo siciliano no caminho de seu renascimento, — não transformou o quadro total do atraso meridional. Recentemente os grupos monopolistas italianos resolveram enfrentar o problema de intervir mais diretamente na economia meridional.

Essa atividade se orienta (C.E.P.E.S.) no sentido de uma intervenção do Estado, que deveria limitar-se ao emprego de meios públicos destinados a criar, por conta dos contribuintes, as melhores condições para o investimento dos monopólios no meio-dia e para garantir seus superlucros. Essa iniciativa dos monopólios visa a introduzir na sociedade meridional elementos novos e mais sutis de corrupção, destinados a criar uma grande rede de interesses, um quadro e uma base de apoio para os monopólios no meio-dia. Por outro lado, a percentagem que cabe ao meio-dia na produção agrícola e industrial do país — na acumulação das economias, nas inversões privadas e públicas, no crédito, na ocu-

pação operária, nas mercadorias de amplo consumo e nas rendas — baixaram não só em relação aos anos imediatamente posteriores à libertação, mas também em relação aos últimos anos de pré-guerra de regime fascista. Assim, parte que cabe ao meio-dia na renda nacional, passou de 23,6% em 1938 para 21,1% em 1954; no que diz respeito à produção agrícola, baixou, de 39,1% em 1911-1914 para 34,2% em 1954 e assim por diante; por outro lado, de 1938 a 1952, aumentou de 29,7% para 39,6% a percentagem que cabe ao meio-dia no número de desempregados inscritos nas repartições de colocação da mão de obra; agravou-se o grau de superlotação das residências, que passa de 1,70 em 1931 para 1,80 em 1952, etc., por essas cifras significativas confirma-se que, sob o regime monopolista, a questão meridional não pôde ser solucionada.

A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA E O MONOPÓLIO CLERICAL

13. — A situação italiana vem sendo assinalada, de há quase um decênio até hoje, por uma grande tensão nas relações entre as classes e nas relações políticas. Essa tensão tem sua origem na rutura daquela unidade de forças nacionais e populares que se realizou, no terreno democrático, na luta contra o fascismo, e sobre cuja base teria sido possível realizar uma vasta ação no sentido de renovar a estrutura do país.

O rompimento da unidade popular e democrática, foi provocado, por um lado, pela desabrida intervenção das forças imperialistas estrangeiras que já durante a guerra de libertação haviam impedido um avanço mais profundo do movimento popular, e, por outro lado, pela ação dos grupos dirigentes clericais, em torno dos quais vem se realizando rapidamente uma nova unidade entre as classes possuidoras, empenhadas a fundo na defesa de seus privilégios. Cedendo a essa pressão dupla, o Partido Democristão que se apresentou no início com um programa de renovação, tornou-se um instrumento político para a realização de um plano de conservantismo social no interior do país e de encravização aos interesses estrangeiros no campo internacional. O novo alicerce, sobre o qual deveria ter sido reconstruída a sociedade italiana segundo a Constituição Republicana, foi relegado ao esquecimento; a Constituição não é aplicada, é violada na letra e no espírito; o governo utiliza forças armadas do Estado contra os movimentos dos trabalhadores; tentou-se estabelecer no país um clima de guerra fria; cindir cada vez mais profundamente as organizações operárias; introduziu-se amplamente o regime da discriminação e de violência legal contra as forças avançadas do trabalho; procurou-se restaurar uma velha ordem capitalista, com uma notória tendência à destruição das conquistas democráticas fundamentais para voltar ao regime francamente reacionário. Os momentos mais evidentes dessa involução política foram a tentativa, com a «lei-trapaça» de substituir o Parlamento, como espelho da nação, por uma Assembleia pré-fabricada e de valor apenas consultivo; em seguida, o governo procurou, em 1954-1955, dar valor de norma geral ao princípio anticonstitucional e ilícito da discriminação política.

Não obstante essa involução reacionária, a análise que se deve fazer do período posterior à libertação não é negativa. Não somente foram mantidas as conquistas essenciais, como também a força, a unidade e o impeto do movimento democrático e popular, se conservaram, (em alguns setores foram até mesmo aumentados), e isso permitiu tanto enfrentar os ataques como conseguir novos progressos e manter amplamente aberta a possibilidade de um avanço ulterior. Isso se deve na maior parte à orientação justa seguida pelo nosso Partido, que não permitiu ser lançado a posições extremistas, tanto de pura expectativa como de defesa limitada. Ainda em novas condições, e graças à colaboração estreita com os socialistas e com outras forças democráticas, trabalhamos e lutamos para impedir a perda da grande conquista representada pela Constituição, para defender a paz, para a Itália reconquistar sua independência e soberania, e retomar o caminho da renovação democrática. Defendemos o nível de vida dos trabalhadores. Despertamos e guiamos na luta pelo seu renascimento, as populações trabalhadoras da Itália meridional e das ilhas. Desencadeamos um amplo movimento pela reforma agrária. As organizações sindicais apresentaram, com a proposta do «Plano do Trabalho», a solução de alguns dos problemas fundamentais da economia nacional; mantivemos a importante conquista da escala móvel.

O resultado dessa ampla ação — traduzida em áspersas lutas em todos os terrenos — não é apenas o fracasso dos propósitos reacionários, o reforço do movimento democrático e do nosso partido. Os grupos governantes foram forçados a considerar alguns dos temas mais palpitantes da renovação econômica, como o da reforma agrária, embora sua ação só tenha sido parcial e viciada por profundos erros. A exigência de uma modificação na orientação política geral do país tem avançado cada vez mais rapidamente e constitui hoje o problema essencial da vida política italiana, ligada aos êxitos obtidos em escala mundial pelas forças da paz e do progresso, para os quais a ação por nós empreendida representa contribuição importante.

(Prossegue no próximo número)

Fernando de Noronha é Nosso E Não Será Dos Americanos!

Protestam os brasileiros contra quaisquer concessões aos militaristas ianques em nosso território — As recentes lições do Panamá e da Islândia — No início da República, exigimos a saída dos ingleses da ilha brasileira de Trindade

Correio da Manhã

BASE DE OBSERVAÇÃO PARA PROJETEIS TELEDIRIGIDOS EM FERNANDO NORONHA

Interpelaram os EE. UU. o Brasil Sobre F. Noronha

BASES NO BRASIL para teleguiados

FOLHA DA OS AMERICANOS EXIGEM BASES

CESSÃO AOS ESTADOS UNIDOS POR CINCO ANOS DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

CARTA DE EISENHOWER A JK ACELEROU ACÓRDO DAS BASES

As manchetes e títulos dos jornais cariocas documentam a tremenda pressão exercida durante a semana pelos militaristas do Pentágono e pelo Departamento de Estado, a fim de arrancar Fernando de Noronha da soberania brasileira.

A denúncia dos jornais da imprensa popular de que os Estados Unidos estavam exigindo a concessão de bases militares em nosso território foi plenamente confirmada na última semana. E as negociações que vinham sendo entabuladas há um mês, de uma hora para outra adquiriram o caráter de urgência absoluta, o que serviu mais uma vez para desmascarar o caráter de pressão e de tratamento desigual que impera nas relações dos Estados Unidos com o Brasil.

Assédio constante

Como tivemos ocasião de afirmar, o Conselho de Segurança Nacional já se havia pronunciado sobre o problema da cessão de bases por meio de um parecer contrário à gestão formulada nesse sentido. O sr. Macedo Soares, entretanto, ao se dirigir ao órgão americano com o qual estava tratando, fê-lo de maneira a escamotear o pensamento do órgão técnico a que estão afetos os problemas da segurança nacional. Fazendo-se de desentendidos sobre a opinião do Conselho, transmitida de forma dubia pelo Itamarati, propuseram-se os americanos a negociar o arrendamento de Fernando de Noronha. Mas por volta do dia 12, alegando o assunto já haver se tornado público, devido à denúncia dos jornais da imprensa popular, o Departamento de Estado passou a assediar o governo brasileiro, esgrimindo também com a velha chantagem do poderio soviético no domínio das armas teleguiadas e com a necessidade de defesa conjunta da costa atlântica.

Depoimento expressivo

Com a absoluta carência de sentimento patriótico que a caracteriza, a imprensa entreguista publicou no dia 15 uma correspondência de Henry Raymond, da United Press, em que esse jornalista norte-americano deixa bem clara a pressão exercida sobre o governo brasileiro. Raymond escreve textualmente no citado despacho: «Fontes fidedignas informaram à United Press que a demora inesperada nas negociações com o Brasil para que esse país permita aos Estados Unidos utilizarem essa ilha tem

preocupado o presidente Eisenhower e as autoridades militares norte-americanas». E adiante: «Sabe-se que a preocupação do governo norte-americano foi comunicada este fim de semana, ou o será em breve, ao presidente do Brasil, sr. Juscelino Kubitschek, pelo embaixador dos Estados Unidos, Ellis O. Briggs». A intolerável pressão exercida sobre nosso país, tradicionalmente cioso de sua soberania, está documentada nas palavras da imprensa ianque.

A resposta do governo

O novo aspecto assumido pela questão, já o conhece o público. Chamada do ministro da Guerra que se encontrava em inspeção nas guarnições do sul, reunião às pressas no Itamarati, presidida pelo sr. Macedo Soares, e a resposta ao governo americano, não revelada na nota expedida depois da reunião, mas cujos termos foram amplamente comentados. Segundo os comentários, a nota brasileira pediria o seguinte:

contudo, o do domínio do segredo militar dos projeteis teleguiados, estaria servindo de obstáculo ao «ajuste» proposto. Isto quer dizer que os «aliados» norte-americanos que se propõem «defender» as costas brasileiras, não depositam a menor confiança nos brasileiros. E se se tratasse, de fato, de uma questão de defesa do Brasil, a quem poderia esta interessar mais que aos próprios brasileiros?

- 1) O comando das instalações seria entregue a oficiais brasileiros;
 - 2) Haveria uso exclusivo da bandeira brasileira na base;
 - 3) As operações seriam efetuadas por técnicos e militares brasileiros com a cooperação de técnicos civis americanos;
 - 4) Os técnicos americanos seriam gradativamente substituídos por brasileiros;
 - 5) O uso das instalações seria fixado em cinco anos, podendo ser denunciado ou prorrogado de comum acordo com as autoridades dos dois países.
- Um ponto de importância fundamental,

Vê-se, por aí, o caráter de insolência e de chantagem que tem a pretensão norte-americana no sentido de obter pedaços do território de nossa Pátria para nele instalar suas bases agressivas. Pois o que os círculos militaristas norte-americanos querem, de verdade, aproveitando a situação internacional do momento, é cravar as garras em nosso território e dadas as características da guerra em sua feição mais moderna, arrastar-nos ao conflito mundial que planejam fazendo de nosso território, onde nesse caso se situariam bases de projeteis teleguiados, alvo dos foguetes teleguiados dos países que detêm essa arma. Este o fundo da insidiosa manobra dos militaristas norte-americanos: arrastar-nos à guerra como maior nação que somos do hemisfério sul.

Insolência e chantagem

Assim como o item da posse exclusiva do segredo dos teleguiados, também os itens finais da contraproposta brasileira demonstram a saciedade e o caráter inviável das concessões aos belicistas do Pentágono, concessões estas que o nosso povo repele em defesa da soberania nacional. São os que tratam da substituição gradativa dos técnicos e militares americanos por brasileiros e o do prazo de uso das instalações, o qual poderia ser denunciado após cinco anos por qualquer das partes contratantes.

«Não. A experiência internacional dos últimos anos indica o contrário. São bem conhecidos os casos do Panamá e, mais recentemente, da Islândia. Como se sabe os Estados Unidos têm bases militares até hoje nesses países. No entanto, há anos que o governo panamenho, em virtude de resolução do Congresso Nacional, pediu a retirada das tropas norte-americanas do país. E no começo deste ano, o governo da Islândia, pelos mesmos motivos, também pediu o abandono pelas forças militares norte-americanas, das bases que ocupam nesse país. Em ambos os casos, entretanto, os Estados Unidos se recusaram. Nenhuma garantia há, portanto, de que os belicistas ianques ajam de maneira diferente em relação a nós.

É coisa consagrada nas relações internacionais o direito à denúncia de acordos. Mas qual é a tradição dos Estados Unidos nessa questão? Acaso é a de retirar-se dos países em que ocupam bases, quando a isso são solicitados?

Digamos NÃO! aos ianques

A posição do povo brasileiro é a de responder com um NÃO às pretensões norte-americanas de ocupar território nacional. Não queremos participar das guerras de agressão dos Estados Unidos, temos uma tradição de amor à paz que se incorporou a todas as nossas constituições republicanas sob a forma de um artigo que declara que o Brasil não se empenhará em guerras de conquista. Temos uma tradição de zelo pela soberania nacional e pela integridade de nosso território que é indivisível, manifestada no início da República quando os ingleses ocuparam a Ilha da Trindade e exigimos a sua imediata retirada. E é de nossos dias a campanha patriótica, realizada logo no término da segunda guerra mundial, em que exigimos e obtivemos a saída dos soldados norte-americanos de nossas bases aéreas. Por tudo isto o povo brasileiro lutará pela nossa soberania e contra a entrega de qualquer pedaço do território nacional a qualquer potência estrangeira.

Fernando de Noronha é nossa e não será dos americanos — eis a resposta que o povo brasileiro dá as pretensões dos militaristas ianques. Esta a posição que os brasileiros querem que o governo assumam em defesa dos interesses nacionais.

Homenageado pelos trabalhadores de Santa Maria, Lott diz:

“Ninguém se sujeitará a Uma Direção Que Não a Confiana Pela Vontade Popular!”

SANTA MARIA, R. S. (Do Correspondente) — Grande concentração popular de homenagem ao Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, foi realizada na noite do dia 12 do corrente, por ocasião da visita daquele ilustre militar a esta cidade. Milhares de trabalhadores e populares compareceram à praça Saldanha Maranhão, local da homenagem, e aplaudiram entusiasticamente os discursos do representante dos ferroviários, do representante dos demais trabalhadores de Santa Maria e o discurso de agradecimento do gen. Lott.



NA FOTO — o general Teixeira Lott, o general Osvaldo Ferreira Alves, o Prefeito Vidal Dania e o vereador Patrício de Oliveira Flores, quando falava.

A visita a Sta. Maria

O titular da pasta da Guerra esteve nesta cidade — onde, há dez anos, exercera o comando da Guarnição Militar — em visita ao Q. G. da 3.ª Divisão de Infantaria, onde foi recepcionado pelo comandante do 3.º Exército, gen. Osvaldo Ferreira Alves. Foi-lhe oferecido, ainda, um almoço na residência do general Osvaldo e um banquete no Clube Comercial, promovido pelas autoridades municipais.

À noite, os trabalhadores de Santa Maria foram à praça pública transmitir sua solidariedade ao chefe dos históricos movimentos de 11 e 21 de novembro, quando discursaram o vereador Patrício de Oliveira Flores (PTB), em nome dos ferroviários, e Pantaleão Lopes, em nome dos operários da cidade.

«Intérprete do povo»

— Queremos reafirmar a V. Excia. que o movimento de 11 de novembro teve sua inspiração na própria vontade popular, que o tornou legítimo e necessário, tendo sido V. Excia., naquele momento histórico, o mais fiel intérprete do povo — declarou em seu discurso o vereador

trabalhista, que causticou ainda a «minoría perdida no tempo que recalitra em não compreender a época em que vivemos e disputa o poder maquiavêlicamente por meios extra-legais».

Continuando, o orador reclamou que «o futuro de nosso trabalho sirva para a felicidade de muitos e nunca para o enriquecimento fácil de poucos» e exaltou a orientação nacionalista na política do petróleo e dos minérios

O discurso de Lott

Agradecendo à homenagem dos trabalhadores, o chefe do Exército referiu-se ao amadurecimento político do povo brasileiro, que «deseja que o Brasil seja realmente uma Nação na qual os seus dirigentes sejam livremente escolhidos para servir o povo», e de que «os brasileiros não mais desejam ser governados senão por aqueles que vêm ao encontro dos seus anseios».

— Qualquer outro poder que não seja o da delegação

atômicos e finalizou dizendo: — Sr. Ministro! A garantia do funcionamento pleno das instituições democráticas, o respeito pelas liberdades democráticas, asseguradas pela Constituição Federal, fundamentos esses que têm na pessoa de V. Excia. o mais legítimo guardião, assegurarão um clima de tranquilidade social, capaz de preparar o caminho para a construção de um futuro melhor para a nossa pátria.»

popular — prosseguiu o ilustre militar — será ilegítimo e não poderá, portanto, ser respeitado. Que todos tenham em sua mente que ninguém hoje se sujeitará a uma direção que não a confiada pela vontade popular.»

Depois de recordar o período em que viveu em Santa Maria, o general Lott saudou os trabalhadores e o povo da cidade e conclamou-os ao trabalho profícuo para o progresso do país.

BOLETIM DE DEBATE

O CULTO DA PERSONALIDADE NA U.R.S.S. E NO BRASIL

CARLOS ROGÉRIO GARCIA

Ao analisar porque foi possível a denúncia de Kruschiov no XX Congresso do PCUS, das nefastas consequências do culto à personalidade na URSS, verificamos que só a alteração qualitativa das condições objetivas e subjetivas já anteriormente existentes, permitiram a crítica das anomalias consequentes daquela deformação idealista e o início da luta prolongada para a sua completa liquidação na sociedade soviética.

— E como explicar o desenvolvimento incontrolável dessa anomalia nas condições do regime soviético? — Observando-se a situação das forças políticas mundiais, na sua evolução nos últimos vinte anos, vemos, por um lado, em escala crescente, o esfacelamento do sistema colonial de dominação dos povos afro-asiáticos, o que pôs em movimento massas de milenar, cultura, povos que constituem a maior parte da população do mundo. Por outro lado, o socialismo transformou-se num sistema mundial, mutação qualitativa, que trouxe no seu bojo as premissas para o salto para o futuro, para o comunismo na URSS, para o entendimento pacífico entre os povos.

A principal repercussão ideológica desse salto, foi, na URSS, precisamente o início da luta pela liquidação do culto à personalidade, que significa o início do processo de superação da contradição entre as possibilidades materiais oferecidas ao homem pela sociedade socialista e as limitações a que sua ação está submetida em consequência das deformações ideológicas, produto da ideologia burguesa que ainda subsiste nas cabeças dos homens soviéticos.

O culto à personalidade, que foi sem dúvida fator de progresso na sociedade capitalista, até o momento em que visava os líderes da burguesia que conduziam as massas no sentido da liquidação do artesanato medieval e criação da grande indústria capitalista, aonde a posse dos meios de produção era atributo do indivíduo, do capitalista, torna-se, desde a origem, um sério entrave para o desenvolvimento da sociedade socialista, onde os meios de produção já passaram para os mãos de toda a sociedade.

Por outro lado, a superação da contradição entre as possibilidades materiais do homem soviético e as deformações ideológicas que entravam sua ação, está profundamente ligada a outra, inerente à nova situação das forças socialistas no mundo. É a contradição que se verifica entre as possibilidades do desenvolvimento pacífico numo ao socialismo e o sectarismo e estreiteza dos velhos políticos, forjados numa fase histórica em que o cerco capitalista em torno da URSS impôs o desenvolvi-

mento do espírito de auto-defesa, com as consequências negativas que conhecemos através dos informes do XX Congresso.

Julgamos que, com o desaparecimento na URSS das classes hostis, a superação dessas contradições far-se-á sem choques violentos.

Não devemos esquecer, para não perder a perspectiva exata dos acontecimentos ocorridos na URSS e analisados durante o Congresso do PCUS, a situação real do homem soviético, dos membros do PCUS e de seus dirigentes. A análise subjetiva da verdadeira situação no que diz respeito a evolução ideológica do homem soviético, têm sido entre nós a maior responsável por essa atitude de perplexidade, que levou à confusão e até ao desânimo e desespero de muitos membros do nosso Partido. Ficamos durante muitos anos analisando os acontecimentos na URSS através um raciocínio deformadamente idealista, confundindo alfabetização e instrução intensiva, com a liquidação na cabeça do homem do veneno da ideologia burguesa, esquecendo mesmo que a expressão mais completa desse veneno, a religião, ainda persiste e mesmo se desenvolve de certo modo com a aquiescência do Estado Proletário.

E foi por isso que ao tomarmos conhecimento do informe do camarada Kruschiov, após o XX Congresso do PCUS, iniciou-se a princípio timidamente, e mais tarde, quando a imprensa burguesa divulgou o chamado informe secreto, com violência, e mesmo com delírio iconoclasta, a discussão desenfreada, que serviu acima de tudo para mostrar o baixo nível ideológico e teórico do nosso Partido.

Quando amalinou a tempestade, onde o espírito do NOVO se mesclou confusamente com o liquidacionismo mais descarado, começam a sentir os companheiros de nervos fracos, e particularmente o inimigo de classe operária que erram sempre aqueles que não confiam na classe operária como força viva do progresso e da revolução.

A URSS não aboliu por decreto o culto à personalidade, esta reminiscência da ideologia burguesa, cuja liquidação pressupõe a superação de toda uma fase histórica, em que a estrutura econômica, com as correspondentes superestruturas jurídicas, religiosa e filosófica, contrapõe o indivíduo às grandes massas, dá às personalidades atributos de sabedoria e força decisivas no desenvolvimento histórico dos povos. Na URSS, pelo que sabemos, se travou e se trava uma luta séria contra o culto à personalidade, impulsionada e orientada pelos maiores admiradores, companheiros e amigos de Stalin. E isso nada tem de absurdo, pois se coaduna mesmo com a concepção que já temos de que o Partido se fortalece e na base da superação das contradições que dentro dele se desenvolvem.

Então, se não quisermos, no afan de corrigir uma posição que agora descobrimos ser errônea, errar mais ainda, pela aceitação e aplicação mecânica das conclusões do PCUS em nosso Partido, temos que ponderar com seriedade tudo isso. Dizemos e repetimos que ser marxista é ser realista, é saber lutar para a transformação da sociedade capitalista, na base do que existe. Devemos pois analisar as consequências do culto à personalidade na atuação do nosso Partido, não por processo de comparação com o PCUS, mas profundamente na análise da realidade brasileira e nas condições específicas do PCB.

— Qual a situação real das grandes massas do nosso povo?

Vivem, como tantas vezes foi descrito pelo querido camarada Prestes, por Monteiro Lobato, por Euclides da Cunha, abandonadas ao seu trágico destino, subjugadas pelo latifundiário, espinhadas pelo capataz e pelo grileiro, enganadas pelo chefe político e pelo padre, presas às cadeias do analfabetismo e do misticismo mais primitivo.

— E o nosso Partido?

É um produto do atraso do nosso povo, é um Partido de base operária, política e teoricamente muito fraca, sem tradição marxista, e uma intelectualidade de origem tenentista, com tendências, que têm resistido às mais inúmeras críticas, para o

CONCLUI NA 4ª PAG.

Os Debates e o Papel da "VOZ OPERÁRIA"

RUI FACÓ

Inicialmente, quero regozijar-me com "Voz Operária" por ter aberto suas páginas a um amplo debate dos problemas do nosso país e do nosso Partido. Creio que este debate só poderá ser de enorme utilidade para nós, comunistas, como para todos os patriotas e democratas. Trata-se de uma retificação de posições, de um esclarecimento de pontos de vista, que conduzirão naturalmente a uma mudança de concepções e métodos de trabalho que têm impedido um maior impulso de nosso partido e uma influência ainda maior e mais saudável de sua parte na vida de nosso país.

Mas, pelo fato de externar minha satisfação ante a abertura dos debates, não posso também deixar de expressar minha estranheza ante um fato que me parece inquietante. É que "Voz Operária" silencia — pelo menos até o nº de 19 de novembro —, deixa passar em branca nuvem, sem uma resposta imediata, concepções e pontos de vista falsos e que estão em contradição com os princípios básicos de nosso Partido.

É o caso, por exemplo, do artigo do camarada Maurício Pinto Ferreira, publicado a 3-11. Ali estão contidas afirmações inteiramente falsas, que nada tem a ver com a realidade, além de conceitos errôneos do ponto de vista de um partido marxista.

Tenta-se negar o papel de vanguarda do Partido Comunista do Brasil. Afirma-se que "já não satisfaz a ninguém explicar o papel do Partido Comunista como de vanguarda da classe operária e do povo".

Que compreende o articulista por "papel de vanguarda do Partido"? Percebemos-lo mais adiante quando escreve: "Seria tapar o sol com a peneira desconhecer o papel de vanguarda do Partido do Congresso da Índia".

Ali está o segredo da concepção de "vanguarda" de M. Pinto Ferreira: exerce o papel de vanguarda um partido que está no Poder. Na nossa opinião, por mais útil que seja à causa da paz a política externa da Índia neste momento, o "Partido do Congresso" só pode ser vanguarda de uma classe — a burguesia indiana. E por menos influente que ainda seja o Partido Comunista da Índia, este é que é realmente o partido vanguarda da classe operária e do povo indianos.

É o Partido Comunista, guiado pela ciência marxista-leninista, que traduz os mais sentidos anseios de transformações sociais que conduzem à libertação da classe operária e de todo o povo. É o único partido que se orienta por uma ciência social exata, o marxismo-leninismo. Nêle se encontram os melhores filhos do proletariado e do povo, aqueles que abraçaram e defendem as idéias mais avançadas de nossa época — idéias de vanguarda — objetivando a transformação da sociedade e uma nova organização social, a única em harmonia com o estado atual das forças produtivas e das relações de produção — a sociedade socialista. Não pode ser vanguarda um partido que admite a exploração do homem pelo homem, a dominação de um país por outro país. Mas é vanguarda um partido — por menor que seja — que defende os princípios do marxismo-leninismo, a causa da classe operária, dos trabalhadores, do povo.

Como, neste caso, atribuir o papel de vanguarda ao Partido do Congresso da Índia, e negá-lo ao Partido Comunista do Brasil?

No entanto, este ponto de vista do camarada Pinto Ferreira está coerente com outras opiniões suas contidas no mesmo artigo. Diz ele que em 34 anos de existência o Partido Comunista do Brasil "não expressou os interesses progressistas da sociedade brasileira". Terá sido o Partido Republicano, a UDN ou o PTB que expressaram esses interesses? Concretamente, a industrialização do Brasil corresponde aos interesses progressistas da sociedade brasileira. Que outro Partido, além do Partido Comunista, se bateu durante anos e anos, inclusive na mais dura clandestinidade, pela fundação da indústria pesada no Brasil? A libertação do Brasil do jugo dos monopólios norte-americanos também corresponde aos interesses progressistas da sociedade brasileira. Que outro partido, senão o PCB, tem denunciado todos os entraves, todas as chantagens e sabotagens

opostos pelos monopólios americanos à fundação da indústria pesada no Brasil e à libertação do país da exploração imperialista? Não é verdade não fossem esses obstáculos criminosos já poderíamos ter uma indústria pesada incomparavelmente mais desenvolvida do que hoje? Corresponde aos interesses progressistas da sociedade brasileira a reforma agrária. Quem, pela primeira vez no Brasil levantou de maneira resoluta o problema da reforma agrária, senão o Partido Comunista? Que tenha havido sectarismo na maneira de colocar determinadas questões, em determinados períodos, é verdade. Mas o fato de cometer erros não arrebatou ao Partido o papel de vanguarda, isto é, de defensor intempestivo dos mais sentidos anseios dos trabalhadores e do povo brasileiros.

O camarada Pinto Ferreira reconhece (até que afinal!) que o Partido Comunista do Brasil desfruta de prestígio, mas atribui este prestígio a "algumas palavras de ordem...". E que mal há nisso? Não será justamente porque essas palavras de ordem estão de acordo com os interesses e aspirações mais sentidas das vastas camadas da população? O articulista não ignora que em seus 34 anos de existência o Partido Comunista do Brasil desfrutou de brevíssimos períodos de legalidade. E no período mais longo — pouco mais de dois anos — o número de seus membros cresceu de 3 mil para 200 mil. Pela primeira vez que compareceu às urnas eleitorais com sua própria legenda, conquistou mais ou menos 10% do total da votação no país, cerca de 600 mil sufrágios. Isto tendo que enfrentar uma monstruosa máquina de propaganda da reação, lubrificada a peso de dólar, suportando perseguições constantes, prisões de militantes e dirigentes, processos contra seus jornais e jornalistas, assaltos da polícia às suas sedes, a cassação dos mandatos de seus deputados e finalmente a cassação de seu próprio registro eleitoral, sendo lançado novamente à ilegalidade. No entanto, que maior prova da vitalidade maravilhosa deste partido do que sua presença diária na vida política do Brasil? Quem pode ignorá-lo? Quem pode negar sua enorme influência entre a classe operária?

Será que ainda assim o papel de vanguarda, na concepção do camarada Ferreira, seja exercido, por exemplo, pelo PTB?

De semelhantes conceituações falsas sobre o papel de vanguarda do Partido Comunista e sua atuação na vida do país, não era difícil ao camarada Maurício Pinto Ferreira passar a pôr em dúvida a justiça da solidariedade proletária, outro princípio básico de um partido marxista. E neste ponto, camarada, não cedemos uma linha, nós, comunistas. Pelo fato de sermos patriotas, de defendermos os supremos interesses nacionais, não permitiremos jamais que nosso Partido seja arrastado ao charco do chauvinismo. Somos internacionalistas. Somos solidários com os trabalhadores da União Soviética, da China, das democracias populares, como de todos os países capitalistas. Acharmos, contra a sua opinião, que ainda fazemos pouca propaganda das grandes conquistas do socialismo na União Soviética e nas democracias populares... Justamente o que a reação quer é isto: silenciar essas conquistas, denegrir-las, encobri-las destacando os erros inevitáveis quando uma classe que pela primeira vez na História toma o Poder constrói uma sociedade, uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem. E quando esta classe tem que enfrentar guerras sangrentas, conspirações, difamações, campanhas caluniosas, ataques abertos ou velados de seus inimigos.

Por isso, minha opinião é que, por mais amplo que seja o debate ora travado, é nosso dever estarmos vigilantes às falsidades e conceitos errôneos, que só podem, com o nosso silêncio, causar graves danos ao nosso Partido e levar a confusão a muitas cabeças.



— Escute aqui, companheiro Meyer. Se você, na reunião de hoje, não criticar severamente o meu temperamento despótico, será posto no olho da rua. (Da revista "Freie Welt", do P.S.U.A.)

QUAL O CAMINHO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA?

ETELVINO PINTO

Esta é a pergunta que está em todas as cabeças, pelo menos na minha e há e tenho dificuldades de encontrar. Porém, mesmo assim, vou abordar algumas teses de nosso Programa levantadas no Projeto de resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS. O Culto à personalidade e suas consequências.

Mas, antes de opinar sobre as referidas teses, quero tratar de uma questão estatutária — ligada ao centralismo democrático, — a questão do direito da minoria, levantado no Projeto de resolução onde afirma:

«é importante examinar a conveniência de vir a ser assegurada à minoria o direito de manter e defender sua opinião.»

Esta é uma questão de princípios não se deve abrir mão, pois, isto nada mais é do que revisionismo e não se pode seguir aos camaradas que com o pretexto de combate ao dogmatismo, fogem ou violam as questões de princípios, como poderemos ver em artigos de camaradas que participam deste debate.

A tese da submissão da minoria à maioria é uma tese leninista e está em pleno vigor, pois não tenho conhecimento que ela tenha sido revogada, pelo contrário, nenhum partido marxista abdicou deste princípio leninista. Vejamos o que disse Teng Hsiao-Ping no seu Informe ao VIII Congresso do Partido Comunista Chinês sobre o projeto de Estatutos do referido PCC:

«Antes que um órgão dirigente do Partido tome uma resolução, as organizações inferiores do Partido e os seus membros dos Comitês Partidários podem discutir livremente e de modo prático as questões da política partidária nas organizações do Partido e nas assembleias partidárias, e também apresentar suas propostas aos órgãos dirigentes do partido. No entanto, logo que o órgão dirigente do partido tomar uma decisão as organizações inferiores do partido e os membros dos Comitês Partidários devem a ele subordinar-se. Se uma organização inferior considera que a decisão da organização superior não corresponde a situação de fato vigente em determinado distrito ou setor, deve dirigir-se à organização superior solicitando-lhe modificar sua decisão, se porém, a organização superior considera que se deve cumprir a resolução tomada anteriormente, a organização inferior deve realizá-la incondicionalmente.»

Eis porque não concordo com o Projeto de Resolução nesta parte.

QUESTÃO DO PROGRAMA DO P.C.B.

Antes quero me referir sobre algumas questões levantadas no XX Congresso do PCUS. No Informe do camarada Kruschiov, tem uma parte que diz:

«Reforçou-se o movimento de libertação nacional do Brasil, Chile e outros países da América Latina». Prob. 73, pág. 25.

Esta afirmação entra em contradição com o que diz o Programa do PCB quando afirma: «Nossa Pátria perde rapidamente suas características de nação soberana e é invadida pelos agentes dos monopólios norte-americanos». Prob. 64, pág. 23. Os fatos verificados ultimamente em nosso país, nos mostra que esta tese de nosso Programa deve ser revista, pois no seu modo de pensar ela não corresponde à realidade. É verdade que temos que levar em conta dois fatores: a época em que foi elaborado o programa e o avanço das forças anti-imperialistas e libertadoras, nestes últimos tempos, em nosso país.

Se partimos de teses importantes como esta que não corresponde a realidade as demais subordinadas a ela seguem o mesmo destino e consequentemente com graves prejuízos para a unidade das forças libertadoras em nossa Pátria.

Vejamos uma incoerência de nosso Programa na parte da política externa, onde diz, no seu artigo: «expulsão de todas as missões militares, culturais, econômicas e técnicas norte-americanas» e no artigo 4 afirma: «relações amistosas e colaboração pacífica com todos os países, especialmente com os países capazes de cooperar com o Brasil sem qualquer discriminação na base de plena igualdade de direitos e de mútuos benefícios». Ora, enquanto os países do campo do socialismo procuram estreitar as suas relações com os Estados Unidos, na competição pacífica dos dois sistemas — capitalista e socialista — nós não queremos estas relações e ao mesmo tempo falamos em relações com todos os países.

O meu modo de ver é que não podemos admitir que as nossas relações com os Estados Unidos seja na base da exploração do nosso povo. É por termos encarado as nossas relações com os Estados Unidos de maneira sectária é que se vê um completo isolamento do proletariado brasileiro com o proletariado norte-americano, fugindo assim, um princípio do internacionalismo proletário.

Mesmo no artigo 2 é preciso se dar um balanço nas forças da frente única para saber se eles concordam ou não com a anulação das dívidas externas do Brasil para com os Estados Unidos como afirma o artigo 2. Penso que questões como esta devem ser tratadas de maneira diferente: ter em vista que questões como esta devem ficar subordinadas ao comportamento dos Estados Unidos no desenvolvimento da revolução brasileira, pois assim poderemos ganhar mais forças para a luta de libertação nacional.

É claro que este meu raciocínio se baseia dentro das condições «normais» em que estamos desenvolvendo a luta de libertação nacional de nosso país. Porém temos que levar em conta que se trava uma luta séria em nosso país entre as forças libertadoras e progressistas de um lado e do outro lado os golpistas, entreguistas e que o desfecho desta luta poderá modificar completamente a situação, pois avançamos à medida que o peso específico das massas trabalhadoras e populares participarem deste embate decisivo em que se encontram estas duas forças em luta irreconciliável.

No artigo 7 afirma: «será abolido o Senado Federal». Não acho que esta questão seja de grande importância se se levar em conta que o Senado Federal poderá ter uma função

O XX Congresso do P. C. U. S. veio trazer uma nova e grande contribuição aos P. P. C. C. e a todo o movimento operário e democrático. Foi uma atitude corajosa e franca dos dirigentes do P. C. U. S. O XX Congresso veio revelar e extrair de uma vez por todas a erva lanínea do culto à personalidade. Foi uma contribuição histórica ao proletariado. Devemos nos sentir imensamente gratos aos dirigentes do P. C. U. S. por esta contribuição. Como repercutiram em nosso partido os erros do culto à personalidade? Em primeiro lugar baseados no culto à personalidade de Stalin atuando de maneira subjetivista e copiando as fórmulas de construção do socialismo na U. R. S. S., ignoramos as condições de um país semicolonial e de um partido fraco político, orgânica e ideologicamente. Nunca tivemos uma orientação centralizada em nossa atividade. Ora camos na direita, ora camos na esquerda. Da política de colaboração de classes, passamos a uma posição esquerdista com o manifesto de janeiro de 1948 e o manifesto de agosto de 1950. Baseados no sectarismo abominamos a democracia interna no partido e passamos a uma atividade baseada no mandonismo e nas tarefas que eram aplicadas da mesma forma em todos os Estados e municípios sem vermos as condições de cada local, a correlação de forças e o estado de espírito das massas. Anulamos as organizações de bases que já não precisavam pensar, sendo «obedecer». Ignoramos as organizações de massas do proletariado como sindicatos e associações e passamos a palavra de ordem de «arrancar greves», por cima das massas e contra a vontade das massas. Nosso partido educado no espírito do camarada Stalin passou a adotar todas as palavras de ordem do P. C. U. S., apesar da resistência das massas e dos militantes do partido. No pórtico de Santos, pusemos a organização de massas a serviço do partido, e a transformamos em uma sede legal do partido. Foi assim que levamos para dentro desta organização todas as lutas políticas de nosso povo na maioria das vezes contra a vontade das massas da empresa. Basta dizer que ali comemoramos o 27 de Novembro de 1935. O manifesto de agosto que ainda ronda nossas cabeças, levou o partido a choques isolados com a polícia, como aconteceu no comício do petróleo na baía do Macuco onde perdeu a vida Declécio Santana, e levou vários companheiros às prisões por vários anos. É verdade que tivemos êxitos, mas estes não alcançaram, a amplitude que podiam ter. Em 1950 os candidatos a deputados com seus registros cassados dizíamos para as massas: «Vamos votar e depois empossá-los à força», isto mostra que ignorávamos a reação, seu aparelho de estado, seus juizes e tribunais. O mesmo aconteceu com a palavra de ordem de «Dutra não pode pisar em Santos». É claro que com esta atitude só poderíamos ir nos isolando das massas. Devo aqui fazer minha auto-crítica por não ter resistido com mais vigor a estas atitudes sectárias. Mas que pode um militante recém-entrado no partido, educado pelo manifesto de janeiro de 48 e o manifesto de agosto de 50, saber de tática, teoria, linha política, formas de organização, sectarismo, esquer-

dismo, etc.? Enfiámos em nossas cabeças que para levar as massas à luta era necessário ter a maioria de comunistas nas diretorias de sindicatos e associações, e partindo disto não travar a luta pelas reivindicações do proletariado, mais sim a luta contra honestas diretorias de sindicatos, nos isolando das massas e do grosso de militantes do partido. Esses erros levaram-nos a liquidar o partido nas empresas, como aconteceu no pórtico de Santos. Palavras de ordem «ultra-revolucionárias de abaixo o governo», não encontraram ressonância no seio das massas. A revolução não era obra de milhões.

RECONHECER NOSSOS ERROS, PARA EVITAR REPETI-LOS

ADALBERTO PEREIRA

dição, etc.? Enfiámos em nossas cabeças que para levar as massas à luta era necessário ter a maioria de comunistas nas diretorias de sindicatos e associações, e partindo disto não travar a luta pelas reivindicações do proletariado, mais sim a luta contra honestas diretorias de sindicatos, nos isolando das massas e do grosso de militantes do partido. Esses erros levaram-nos a liquidar o partido nas empresas, como aconteceu no pórtico de Santos. Palavras de ordem «ultra-revolucionárias de abaixo o governo», não encontraram ressonância no seio das massas. A revolução não era obra de milhões.

O CULTO A PERSONALIDADE

O XX Congresso do P. C. U. S. explodiu como uma bomba ao denunciar os erros de Stalin. O relatório secreto de Kruschiov era algo de inaceitável. Então Stalin era um «monstro»? Como se podia atirar todos os males em cima de Stalin? Como repudiar agora a figura gigantesca e lendária de Stalin? Os comunistas do mundo inteiro foram surpreendidos com as denúncias. No nosso partido o espanto não podia ser menor. Os erros do culto à personalidade nos levaram a suprimir a capacidade de estudar, de pensar e de analisar como aplicar a realidade brasileira a doutrina marxista. A direção coletiva foi suprimida. As opiniões de base não foram levadas na devida conta. As massas não faziam a história, mas sim os indivíduos. Houve expulsões injustas e privações as opiniões subjetivistas. É claro que o C. C. é, em primeiro lugar, o mais responsável. Mas quem não imitou também o C. C. em maior ou menor escala? De que se trata agora? Trata-se de corrigir os falsos métodos de trabalho e de direção. Trata-se de ouvir mais aqueles que estão junto das massas, das empresas. Trata-se de aplicar a direção coletiva em nosso partido e a democracia interna, tanto nas bases como nas organizações de massas. De nada adianta agora ficarmos nos lamentando e choramingando, ou passar-se a fazer de nossa atividade o centro das acusações sem procurarmos nos auto-criticar e impulsionar nossas tarefas em defesa dos interesses de nosso povo. Os inimigos do partido camuflados ou não, procuram agora aproveitar-se de um clima de maior liberdade para procurar nos dividir, aproveitarem-se de nossos erros e das nossas derrotas. Levemos reconhecendo com franqueza nossos erros para procurar evitar repeti-los, impedindo que tenhamos maiores êxitos. O culto à personalidade é contrário ao marxismo-leninismo.

Destes debates sairemos vencedores e fortalecidos. Portanto, não devemos temê-los, mas devemos estar vigilantes na defesa da unidade do partido. O amassamento das massas e que permitiu medrar o culto à personalidade. Na luta pela unidade da classe operária cometemos graves erros táticos e combatemos não os nossos verdadeiros inimigos, mas honestas diretorias de sindicatos.

que corresponda aos interesses de nosso povo. Ao meu modo de ver são questões que se levantam que só trazem complicações ou pelo menos muitas pessoas não compreendem o seu significado. É importante levarmos em conta que dentro da frente única de luta pela libertação existem elementos de todos os partidos e correntes políticas que podem não aceitar esse nosso ponto de vista em relação ao Senado Federal. Esta e outras questões no próprio desenvolvimento da luta poderá encontrar saída justa.

Referi-me acima sobre a incoerência entre os artigos 3 e 4 de nosso Programa, entretanto no artigo 27 do mesmo, dá a solução para o problema. Ela: Art. 27: «defesa da indústria nacional, proibição da importação de produtos que

tas diretorias de sindicatos. Em 1953 fomos as portas das empresas por cima da vontade das massas e das diretorias de sindicatos. O sectarismo tem sido uma das maiores debilidades do partido. Não «queremos» aprender com as massas.

O IV CONGRESSO DO P. C. B.

Em 1954 na ilegalidade realizamos o IV Congresso do partido, após 25 anos do III. O Congresso teve grandes lados positivos. Elaboramos um programa que, embora ainda não atendesse à realidade brasileira em todos os sentidos, era um guia onde várias tarefas vinham dar um caráter mais unitário ao partido. Foi um passo à frente. É claro que algumas formulações e teses eram falsas, embora outra envelhecessem devido às modificações no mundo e na realidade brasileira. Os Estatutos, embora fossem «cópia» dos estatutos do P. C. U. S., vieram dar um caráter mais disciplinado e unitário ao partido. Discursos dos lemurientes e chorões que, aproveitando-se de maior liberdade em nosso partido, passaram ao ataque aberto ou velado ao C. C., sem reconhecer seus próprios erros, e chegaram até a pregar a formação de um novo partido, visando quebrar conscientemente a unidade em nossas fileiras e liquidar a vanguarda da classe operária, o P. C. B. Em Santos também existem esses elementos «lamurientes e chorões», no movimento operário e democrático.

O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO P. C. B.

O projeto aborda o grande avanço da U. R. S. S. na sua produção industrial. O sistema colonial se demorona. Os países sobre o domínio do imperialismo norte-americano cujos iglôs começam a erguer a «espinha». Estes países já podem desfrutar das vantagens do socialismo, quer incentivando o seu comércio com o campo da paz, quer adquirindo máquinas para suas indústrias. O imperialismo vai sendo batido, mas resiste desesperadamente e não cede o seu lugar sem luta. A nossa política de aliados está mais clara quando coloca que nosso aliado é aquele que adota e apoia uma só das reivindicações de nosso povo. O atual governo de J. K. eleito com o decidido apoio de nosso partido, cujos elementos democráticos apoiamos, tem tomado medidas que favorecem a luta de emancipação de nossa pátria. O apoio aos elementos democráticos do governo fortalece a frente única anti-imperialista. No município de Santos temos sérios problemas e reivindicações de caráter geral. Os transportes são cada vez mais precários, apesar das tarifas terem sido aumentadas em mais de 300 por cento durante os 3 últimos anos. Os impostos territoriais e municipais foram aumentados de forma assustadoramente, trazendo novo aumento de aluguéis, enquanto a poderosa Cia. Docas de Santos não paga um único centavo de imposto municipal, estadual ou federal. O atual governo do Estado, Jânio Quadros, além de aumentar o preço da pena dá-gua, ainda diminuiu essa pena de 40 mil litros de água para

prejudiquem as indústrias existentes ou dificultem a criação de novas. Ampla facilidade para aquisição do equipamento e matérias primas necessárias ao desenvolvimento da economia nacional. Livre desenvolvimento da indústria de paz». Ora, se estas medidas são tomadas, está resguardando o interesse nacional, ficam sem possibilidade os monopólios norte-americanos de subjugar o nosso país. E nesse sentido muito se ampliará o movimento de libertação nacional. (É bom lembrar as palavras do camarada Kruschiov, ao saudar a delegação da República Popular da China, chamando alguns dos seus componentes de «camaradas capitalistas»). Estas palavras têm grande significado para o nosso país, levando-se em conta que (Conclui na pág. 3).

25 mil litros. Aproxima-se a época do fragor da falta d'água. Existem milhares de crianças que não podem frequentar as escolas primárias e secundárias, cujos pais não podem enfrentar os altos preços dos livros, transportes, uniformes, etc. A média do salário de 18 mil operários da construção civil não vai além de 3.600 cruzeiros.

As residências de Santos não vão além de 40 mil casas com a obrigação de acomodar 203 mil habitantes, o que mostra a enorme quantidade de cortiços. O povo trabalhador vai sendo empurrado para os locais distantes de trabalho, indo residir em bairros distantes. Os funcionários públicos municipais e estaduais percebem salários abaixo do atual salário mínimo. Os portuários, doqueiros e estivadores têm um salário em média de 5 a 6 mil cruzeiros, sendo obrigados a fazerem noitadas e serões para enfrentarem a alta vertiginosa do custo de vida. A mecanização do pórtico obrigou os doqueiros e estivadores a trabalharem 12,31% a mais no ano de 1955 em relação a 1954. Pelo pórtico de Santos se importa do estrangeiro principalmente dos Estados Unidos na proporção de 7 para 1, isto é, enquanto no ano de 1955 importamos 7.675.407 toneladas e exportamos apenas 1.722.443 toneladas. A classe operária de nosso município está desorganizada. O sindicato da construção civil que abrange 16 mil trabalhadores conta com apenas 3 mil associados.

ALGUMAS TESES SOBRE O PROGRAMA

A correlação de forças mudou O Brasil se industrializou mais nos dois últimos anos do que em vinte anos passados. Para aqui afluíram capitais ingleses, franceses, alemães e japoneses, que após a 2ª guerra mundial haviam sido afastados do mercado. A Petrobrás e a Eletrobrás mostram as possibilidades de irmos nos libertando economicamente. A nova política de minérios foi um sério golpe no imperialismo norte-americano. Foi uma vitória da frente única. O crescimento destes capitais se dá em prejuízo do capital norte-americano. Um dos mais fortes setores do imperialismo está no controle do nosso comércio externo. A industrialização do país forçará a quebra do monopólio de nosso comércio externo.

O Programa afirma que o atual governo é «instrumento útil e necessário dos imperialistas norte-americanos». Será esta esta formulação? Obtivemos na última campanha eleitoral uma grande vitória ao elegermos J.J. derrotando o candidato do imperialismo norte-americano Juarez Tavora, entreguista confesso. Não podemos considerar as eleições uma farsa apesar das restrições da justiça eleitoral, pois a vitória de J.J. abriu caminho para novas conquistas. Se mais não conseguirmos, é devido a falta de unidade das forças patrióticas e democráticas e a ausência de um forte e contínuo movimento operário. O colegial eleitoral de Santos cresceu em mais de 40% em relação ao número de eleitores em 1954. Mesmo a atual Constituição tem várias conquistas que necessitam ser ampliadas.

E preciso acabarmos com a subestimação pela classe operária. Nosso Partido não tem sabido se voltar para a força dirigente da revolução.

prejudiquem as indústrias existentes ou dificultem a criação de novas. Ampla facilidade para aquisição do equipamento e matérias primas necessárias ao desenvolvimento da economia nacional. Livre desenvolvimento da indústria de paz». Ora, se estas medidas são tomadas, está resguardando o interesse nacional, ficam sem possibilidade os monopólios norte-americanos de subjugar o nosso país. E nesse sentido muito se ampliará o movimento de libertação nacional. (É bom lembrar as palavras do camarada Kruschiov, ao saudar a delegação da República Popular da China, chamando alguns dos seus componentes de «camaradas capitalistas»). Estas palavras têm grande significado para o nosso país, levando-se em conta que (Conclui na pág. 3).

DIANTE dos extraordinários acontecimentos iniciados com o XX Congresso do PCUS e que tiveram imediata repercussão em todos os Partidos Comunistas, devemos meditar sobre a felicidade que representa para todos nós, homens de vanguarda, vivermos uma época tão importante, de reafirmação dos princípios marxistas-leninistas, época que assinala, a meu ver, um salto de qualidade no movimento comunista mundial.

Se para o Partido Comunista da União Soviética e talvez alguns poucos mais, trata-se de se reintegrarem em alguns princípios básicos do socialismo que haviam sido abandonados, para a maioria dos Partidos Comunistas, como é o nosso caso, trata-se de integrar-se pela primeira vez nesses princípios. Mas, se viver esse momento nos traz muita alegria, nos traz por outro lado grande responsabilidade, pois não somos meros espectadores desses históricos acontecimentos. Se todos nós, por ação ou omissão, participamos dos erros revelados, a todos nós cabe a tarefa de superar esses erros e assentar nossa atividade em bases realmente científicas.

O processo de correção dos nossos erros já foi iniciado com o debate que ora se trava nas páginas dos jornais populares e que, tendo por base as questões levantadas no XX Congresso do PCUS e no Projeto de Resolução do Comitê Central do nosso Partido, visa localizar, além dos erros cometidos, a causa ou as causas desses erros e determinar as medidas que devemos tomar para corrigi-los. Penso por isso ser um dever de consciência para todos nós comunistas expressar nossas opiniões, nossas dúvidas e divergências.

E' por essa razão que venho dar minha contribuição aos debates.

Muito já se escreveu até agora sobre os erros cometidos, sobre as deformações existentes nos nossos métodos de direção do Partido e de trabalho com as massas, bem como sobre outras questões, todas sem dúvida muito importantes.

Penso porém que para uma melhor compreensão dos erros cometidos e sobretudo para uma acertada resolução sobre as providências a tomar para corrigi-los, precisamos saber com clareza e segurança qual foi a causa desses erros e dessas deformações.

Nesse particular, não estou de acordo com o Projeto de Resolução, que atribui ao processo de formação do nosso Partido, à influência ideológica pequena-burguesa, às tendências caudillescas e aos restos patriarcalistas existentes na sociedade brasileira e igualmente a uma falsa compreensão sobre a natureza e o papel do Partido, as causas principais do excessivo centralismo, da arrogância e da auto-suficiência dos dirigentes, do mandonismo, etc. Se bem que não se possa negar a influência desses fatores em nossa atividade, não me satisfaz a afirmativa de que essa é a causa principal dos nossos erros e das deformações nos métodos de direção do Partido.

Penso que se aceitarmos essa tese poderemos chegar à conclusão de que nenhum de nós tem realmente grande responsabilidade quanto a esses erros, uma vez que eles se devem principalmente à influência do meio social. Além disso, como poderíamos explicar que o Partido Comunista Chinês não tenha sofrido tão profundas deformações nos seus métodos de direção e no trabalho com as massas, quando se sabe que sua composição social é de 60 por cento de camponeses, que vários de seus dirigentes são de origem pequeno-bur-

A RELAÇÃO ENTRE O CULTO DA PERSONALIDADE E NOSSOS MÉTODOS DE TRABALHO

MARCOS SILVEIRA

guesa e atuando numa sociedade tão atrasada quanto a nossa? Vivendo sob a influência dos mesmos fatores, não seria então lógico que essas deformações fossem tão profundas e tão generalizadas lá como estamos vendo terem sido aqui?

Por outro lado, como explicaríamos que na União Soviética que não possui os citados fatores negativos tenha havido esses erros agora denunciados no XX Congresso?

Poderão me retrucar que a causa desses erros na URSS já foi explicada pelos camaradas soviéticos e que as causas não têm que ser obrigatoriamente as mesmas em todos os Partidos.

Mas nesse caso eu perguntaria: porque foi justamente quando se denunciou na U. R. S. S. o culto à personalidade e se revelou os erros e as deformações dele decorrentes, e não antes disso, que nós, e não somente nós, mas quase todos os Partidos em todo o mundo, acordamos para o exame dos nossos métodos?

A meu ver, o culto à personalidade, isto é, a posição ideológica decorrente da prática do culto à personalidade é a causa principal das deformações dos nossos métodos de direção, é a causa determinante da auto-suficiência dos dirigentes, da arrogância do mandonismo, do excessivo centralismo. Disso decorre também, penso eu, a incompreensão sobre a natureza e o papel do Partido.

Não acredito que tenha sido por acaso que a denúncia de todos esses erros tenha surgido juntamente com a denúncia do culto.

O endeuamento dos dirigentes é uma manifestação da ideologia individualista da burguesia, que exagera o papel do indivíduo e menospreza o papel das massas. E' portanto a negação da ideologia coletivista do proletariado.

Mas o fato de sermos de origem burguesa ou pequeno-burguesa não implica em que essa ideologia tenha que prevalecer na nossa cabeça. Se assim fosse, ninguém que tivesse tal origem poderia ser dirigente no partido da classe operária. No entanto, o que ocorre é que muitos dos grandes dirigentes do proletariado vieram da pequena burguesia. Qual a origem de classe de Marx, de Engels e de Lênin? Convm salientar que no nosso caso não se tratava de definir os princípios do socialismo, no que sem dúvida poderíamos sofrer a influência de ideologia estranha. Tratava-se pura e simplesmente de defendermos e aplicarmos os princípios já definidos, e hoje mais uma vez confirmados pelos acontecimentos.

Por isso, não podemos explicar o fato de ter havido no nosso Partido esses métodos errôneos, bem como o culto ao indivíduo, pela origem de classe de parte de seus membros ou de seus dirigentes. O culto à personalidade foi possível no nosso Partido porque não defendemos o princípio marxista de que não são os indivíduos mas os povos que fazem a história. Violando esse princípio, exagerando o papel do indivíduo, calamos no culto à personalidade dos dirigentes. E os métodos errôneos, as deformações foram principalmente consequências do culto à personalidade dos dirigentes.

Se para que exista uma determinada coisa tem que haver o seu contrário, como nos ensina a dialética, nós, cultivando as personalidades, tínhamos forçosamente que desprezar o papel das massas. Se cultivávamos a personalidade dos dirigentes, tínhamos logicamente que subestimar o papel dos militantes de base do Partido.

O Projeto de Resolução diz que as funções do Comitê Central eram na prática absorvidas pelo Presidium e pelo Secretariado, que não existia ambiente propício ao exercício da direção coletiva, não existia o clima necessário à livre discussão e à luta de opiniões. Diz ainda que a anomalia existente nos órgãos dirigentes superiores do Partido projetava-se, com maior ou menor intensidade, na vida de todos os organismos intermediários e daí para as organizações de base. E diz mais adiante que a opinião e a colaboração dos militantes do Partido não eram em geral levadas em conta, o que revelava falta de confiança na sabedoria coletiva do Partido.

Tudo isso me parece, não uma série de erros isolados e independentes um do outro, mas a decorrência lógica de uma posição ideológica, o desenvolvimento natural do desvio iniciado com o abandono de uma posição de princípio, ou seja, do erro de cultivar a personalidade do dirigente.

E' claro que se existe o «Messias», aqueles que o rodeiam, que estão mais próximos, serão os «apóstolos», que recebem os «bafefos divinos», e por isso se sentem cheios de uma auto-suficiência à toda prova, se sentem como donos da verdade absoluta. Decorre daí a generalização dos métodos errôneos citados pelo Projeto de Resolução.

Embora em palavras sempre defendesse o contrário, na prática o dirigente de qualquer escalão que estava imbuído de uma tal mentalidade, tinha forçosamente que subestimar a opinião dos militantes de base. Portanto, violando um princípio fundamental do marxismo e endeuando a pessoa do dirigente, criávamos uma mentalidade deformada que nos levava a adotar falsos métodos de direção no Partido. Por sua vez esses métodos geravam dificuldades e problemas que aparentemente nada tinham a ver com eles, mas que na realidade estão estreitamente ligados aos mesmos.

Vejam um exemplo da relação entre esses métodos e certos problemas de ordem prática.

Em certa região, alguns dirigentes para lá enviados e impregnados da mentalidade decorrente do culto ao indivíduo, usavam e abusavam dos métodos de imposição e faziam ouvidos moucos às críticas e às sugestões vindas de baixo, atitude aliás muito natural para quem está imbuído de tal mentalidade.

Se exageramos o papel do dirigente, se atribuímos unicamente aos que estão em cima a capacidade de dar saída aos problemas que se apresentam, se julgamos que a solução tem que vir deles, de cima, se não têm espírito autocrítico, é claro que esses

dirigentes só podiam menosprezar o papel das bases do Partido, só podiam dar um soberano desprezo às opiniões, críticas e sugestões dos militantes de base ou outro qualquer que não fosse do «seu nível». Planos, informes, etc., eram feitos não se levando em conta a opinião do Partido, mas apenas a opinião do trio dirigente, quando não a opinião de um deles.

As discussões nos plenos eram feitas apenas formalmente: dos ou três pontos na ordem do dia, cinco ou dez minutos para a intervenção dos participantes e no final vinha a «amarradura» que nem rejeitava as opiniões emitidas, nem as adotava. Eram simplesmente ignoradas ou então, quando as opiniões eram contrárias, eram carimbadas de falta de perspectiva, oportunismo, etc. E ninguém podia dizer mais nada, pois era a amarradura. Era esse o método de se discutir nos plenos e ativos do C.R.

A mesma coisa se dava, quando não era pior, com as bases. Os planos desciam prontinhos nos mínimos detalhes. Qualquer opinião divergente era prontamente repelida e imediatamente rotulada: «oportunisto», «passividade», «falta de perspectiva». Não ocorria nunca à direção perguntar-se: porque esse oportunismo, essa passividade, essa falta de perspectiva? E se ocorria, não se levava o assunto à discussão do Partido. O trio, e às vezes um só dos camaradas, formava uma opinião e essa opinião tinha força de lei. E' claro que diante de tais métodos, os militantes iam sendo levados um a um a calar suas opiniões e suas críticas, pois com elas nada conseguiram, a não ser algumas «bordoadas». Pouco a pouco, a maioria passou a fazer a crítica do silêncio. Pouco a pouco foram resistindo à realização das tarefas e cada vez mais os planos subjetivos vindos de cima foram ficando no papel.

Diante disso, é claro! precisava «dar duro»; e eis as críticas intempestivas, rudes, violentas.

Esta situação vinha se arrastando de longa data. Os métodos não mudavam, o entusiasmo dos militantes ia desaparecendo e chegamos

ao que um camarada classificou de «um Partido triste, sem alegria».

A esta altura, existia na prática um rompimento entre as bases e a direção. Os militantes deixavam de contribuir com suas opiniões, a direção ficava na prática desligada do conjunto do Partido. Como havia, apesar de tudo um grupo de ativistas que, por amor ao Partido e por convicção na justiça da causa porque luta, continuava tentando impulsionar o trabalho, passou-se a se apoiar nesse grupo e querer que ele realizasse as tarefas que deviam ser realizadas pelo conjunto. Como eram muitas as tarefas e o tempo de que se dispunha era pouco, começou-se a desligar esses camaradas da produção, um a um, e chegou-se a possuir quase o triplo do número de funcionários que eram necessários. Esses funcionários ficaram agrupados em torno do Secretariado Regional e passaram a constituir uma cabeça muito grande para o corpo existente criou-se assim um monstro macrocefalo.

Em consequência disso, o problema financeiro tornou-se angustiante. No afã de conseguir o dinheiro necessário, tentou-se levar os que ainda atuavam nas organizações de base a realizar quase exclusivamente o trabalho de finanças. E' claro que eles resistiam. Os ativistas que foram desligados da produção para realizar determinadas tarefas, eram compelidos pela necessidade a procurar levantar dinheiro para a sua manutenção e assim desviados das suas tarefas específicas que passavam para segundo plano. As Bases a essa altura estavam praticamente sem direção, o Partido quase inteiramente desligado da massa.

Com o impacto recebido pela denúncia do culto à personalidade e dos métodos que dele decorrem, começamos a respirar novos ares, iniciou-se a revisão de toda essa falsa política. Em consequência desse início de revisão, o Regional a que me refiro, possui hoje a metade dos funcionários que possuía. Alguns foram ligados à produção para atuar junto à massa, outros foram reforçar organismos intermediários e as Bases. E essas medidas até agora só trouxeram benefícios ao Partido.

Alonguei-me demasiadamente. Mas julguei ser necessário demonstrar como

esses métodos tinham levado à criação de problemas práticos e como um problema que aparentemente era financeiro e nada parecia ter com o assunto que estamos debatendo, na realidade era um problema político e ideológico e estava estreitamente ligado à questão dos nossos métodos de direção, métodos esses decorrentes, em última análise, do culto à personalidade.

JÁ no IV Congresso de nosso Partido foi inscrito nos Estatutos uma condenação expressa do culto à personalidade (art. 13, cap. II). Também no Informe de Balanço do Comitê Central ao IV Congresso, foi feita a denúncia do culto como contrário aos princípios do marxismo e como ideologia pequeno-burguesa. Nesse Informe foi demonstrada a necessidade de haver obrigatoriamente o sistema da direção coletiva em todos os escalões. Mas, na realidade, nos limitamos apenas a cessar com as manifestações de 3 de janeiro, para as quais mobilizávamos, antes, todo o Partido.

A meu ver não fomos conseqüentes no combate ao culto à personalidade.

Não aprofundamos o estudo desse desvio e em consequência não vimos até que ponto nossos métodos de direção do Partido e de trabalho com a massa estavam impregnados dessa concepção. Não sendo conseqüentes nessa luta ideológica, não tendo aprofundado suficientemente essa questão, não adotamos nenhuma medida prática que assegurasse a aplicação do sistema de direção coletiva que garantisse a democracia interna no Partido, o respeito à opinião dos militantes de Base.

Sou da opinião de que o Comitê Central deve deter-se mais na questão do culto à personalidade e em suas conseqüências no nosso Partido. Penso ser também indispensável o estabelecimento de normas de reunião para os Comitês e para as Organizações de Base, que assegurem a aplicação do princípio da direção coletiva, que assegurem um ambiente democrático onde possa haver a luta de opiniões, o combate aos métodos antimarxistas e uma efetiva participação do conjunto na discussão dos problemas e nas resoluções que se tomam.

Sejam, porém, quais forem as conclusões a que chegemos, estou firmemente convencido de que a adoção do método leninista de debater aberta e livremente os problemas que se apresentam, levará nosso Partido a dar um gigantesco salto de qualidade que o colocará entre os grandes partidos marxistas e resultará na vitória da nossa luta pela emancipação nacional.

QUAL O CAMINHO...

Conclusão da pág. 2)

Os nossos capitalistas estão com a ânsia do desenvolvimento do país para ganharem mais dinheiro. Querem «progredir mais», isto é, querem enriquecer mais, não querem estar submissos aos capitalistas norte-americanos. E' claro que eles vêem seus próprios interesses, não levam em conta os interesses das demais classes e camadas sociais. Entretanto, esta questão é mais interna do que externa, pois se o proletariado de nosso país se decide a lutar pela independência nacional e no mesmo tempo defende os seus direitos econômicos, políticos e sociais, não devemos temer esta frente única de todas as forças ant imperialistas que lutam pela libertação nacional.

Quero chamar atenção dos leitores que estas questões levantadas, são ainda com o sentido mais especulativo, por isto é que não é fácil de se encontrar o caminho da revolução brasileira. Só de uma questão tenho certeza — a submissão da minoria à maioria, como afirma o centralismo democrático.



— Parece-me que você está com um desvio de direita... (Da revista "Freie Welt", do P.S.U.A.)

O Trabalho Cultural Sob a Influência Do Culto à Personalidade

LUIS BORGES

Um dos frutos positivos do Manifesto de Agosto, foi o de provocar um debate nacional para os problemas de literatura e arte. Mas, como os debates nasceram sob a influência daquele Manifesto, é natural que o trabalho cultural ficasse jungido aos erros profundamente sectários que acompanharam o referido documento. Uma tentativa, então, foi feita com os escritores e artistas no sentido de passarem a trabalhar — quase de choque — com o método do realismo socialista. É perfeitamente compreensível que homens que tinham sido ganhos há anos e até décadas para outros métodos de trabalho artístico, a par do culto à personalidade que se praticava desbragadamente, se sentissem desorientados, ante as tarefas e o novo método de trabalho sugerido.

Surgiu, então, uma arte esquematizada, ou sectária, quando apreciava e trabalhava dos amigos dos comunistas, dos aliados ou até de adversários políticos. Foi justamente o que aconteceu com o grupo que fez a revista «Orientação» em Pernambuco, «Fundamentos», «Horizontes», e «Paratodos» (em fase anterior à atual). Com o tempo, à medida que os objetivos políticos dos comunistas iam ficando mais claros, chegando ao seu atual Programa, o trabalho cultural também se ampliava, tornava-se menos estreito, embora continuasse no esquematismo.

Mas, se tais fatos ocorriam no terreno da criação artística, muito pior se passava no que dizia respeito à política adotada com os quadros dessa frente de trabalho. Ora era o tirar os homens do seu ambiente natural, para outro, onde quase sempre figuravam formalmente. Ou, então manifestações como estas: desprezo pela pesquisa e pelo paciente trabalho de investigação cultural, quase sempre classificado de comodismo, quando não ridicularizado; o reconhecimento em palavras, da importância do trabalho cultural, mas, nos atos, a total indiferença; a valorização do trabalho artístico somente, quando refletia ele, determinada campanha, ou cultura determinada personalidade.

Hoje, esta situação, no que diz respeito à política de quadros e o trabalho intelectual, é reconhecida no Projeto de Resolução. É o que se deduz, quando diz ele ser falsa a política de quadros e que «a liberdade de criação artística e a atividade criadora dos intelectuais comunistas devem ser incentivadas e respeitadas».

Tais métodos de trabalho e semelhante compreensão do trabalho intelectual, iriam extravasar dos limites internos, para atingir as organizações culturais de massas. Daí a pouca vida dessas organizações, o mandonismo na escolha das delegações a Congressos, onde elas refletiam, de modo geral, determinada grupo.

Por isso é que, no caso de Pernambuco, onde o sectarismo e o esquematismo foram largamente usados e abusados, e onde as próprias forças criadoras, no terreno cultural, não são, no momento, tão fortes como podem vir a ser, a autocritica com a massa, nesse terreno, necessita ser extremamente aguda.

É claro que todos aqueles que já aceitam o realismo socialista, deveriam permanecer nessa posição, pois não se compreende um recuo dessa atitude depois de sua franca aceitação. Mas, a posição para com aqueles que utilizam outros métodos de trabalho artístico deve mudar em relação à antiga intransigência ortodoxa. Devemos reconhecer, também, que o realismo crítico, aplicado no estudo da sociedade brasileira, ao expor as suas mazelas e ao trazer os donos da vida ao pelourinho da execração pública — representa sempre algo de positivo para o conhecimento da sociedade e do povo brasileiro. E não basta ficar só no método de trabalho a empregar. Aquela atitude obreirista de somente querer refletir a vida do proletariado ou do campesinato não é justa, pois a atual sociedade brasileira não se compõe somente daquelas classes sociais. A vida social das outras classes e camadas sociais, também reflete, a seu modo, as vicissitudes e aspirações de todo o povo na luta por uma sociedade melhor e mais justa. Isso, contudo não significa que se devam refletir os interesses das outras classes e camadas que sejam estranhos aos interesses de todo o povo.

Outra tese que merece, entre nós, o melhor estudo, como acontece atualmente na União Soviética, é a de que uma obra de arte reflete sempre os pontos de vista político daquele que cria, como se dizia antigamente. No que diz respeito ao realismo crítico, isso nem sempre é verdade. Os chamados «Romances do Nordeste» e os escritores que escreveram aqueles romances, são exemplos bastante elucidativos da tese.

Mas, discutir todos esses fatos, reconhecê-los e procurar corrigi-los — como tenta o autor do artigo — porque teve certa participação em alguns dos acontecimentos aludidos, não pode significar de logo, uma ação intensa, imediata como querem alguns. Isso acontece porque idéias e hábitos que resultam de um laborioso processo, necessita para sua mudança de um outro processo consciente onde fique patente a necessidade de mudar os velhos hábitos e idéias. Contudo, desde que o Projeto de Resolução do C. C. do PCB, e os comunistas, se dispõem a buscar novos e melhores rumos, creio eu, que isto já é bastante salutar.

(Recife — novembro)

O CULTO DA

CONCLUSÃO DA 1ª PAG.)
aportunismo. Dentro deste quadro, empreender-se a luta teórica contra o culto à personalidade, só porque foi ela iniciada na URSS, isso parece-nos, mais do que qualquer outra atitude passada, a cópia mais mecânica e mais servil da linha política do PCUS.

Não há dúvida de que nosso Partido deverá estudar com espírito crítico e auto-crítico a experiência revelada pelo PCUS à luz da ciência marxista; analisaremos as conclusões do XX Congresso debaixo do fogo da luta ideológica; lançaremos ao estudo da ciência marxista para podermos melhor nos comportar na posição de vanguarda política de nosso povo, mas também, não há dúvida que nossos problemas são outros que não os da URSS.

Precisamos, antes de mais nada, preocuparmo-nos seriamente em garantir a unidade do nosso Partido e sua pureza ideológica, com a intrínseca centralização democrática e absoluta submissão da minoria à maioria, pois constituímos o agrupamento voluntário e disciplinado, o P. C. B., que luta na esfera de influência do imperialismo americano, numa situação que nos permite considerar ainda válida a tese de Lenin, de que «não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes e que assegure a continuidade do movimento; que essa organização deve estar formada, fundamentalmente, por homens que se entregam profissionalmente às atividades revolucionárias».

Assim compreendendo o problema, não podemos e não devemos subestimar no nosso país e na América Latina, herço dos caudilhos, esta experiência na ação junto às massas, incultas e politicamente atrasadas. Não podemos e não devemos esquecer que nosso Partido cresceu e se fortaleceu quantitativamente na base de justa admiração do nosso povo pelas reais virtudes de homem e cidadão do camarada Prestes. Penso que isso nada tem de comum com a grosseria e o mandonismo que proliferou nas direções mais responsáveis do Partido, produto na maior parte dos casos, da ignorância e estreiteza de visão de muitos companheiros. Não acho justo, por contrariar ao fortalecimento do Partido, a condenação do amor e dedicação de nossos operários e de nosso povo a Prestes e a outros sofridos dirigentes do movimento operário brasileiro.

Ao término dessas considerações quero reafirmar minha convicção de que o nosso Partido poderá superar as dificuldades presentes rapidamente se todos compreendermos que a luta contra o culto à personalidade na U. R. S. S. não é uma luta central e que se reforça a posição do PCUS poderá enfraquecer e prejudicar seriamente a ação do PCUS.

O Mandonismo e o Subjetivismo

JOSÉ NAVARRO

Há, sem dúvida, uma relação estreita entre o mandonismo e o subjetivismo. É isto que devemos examinar neste artigo.

Sob a influência nefasta do Culto à personalidade, consolidou-se em todo o Partido, de alto a baixo, um sistema de mandonismo que extraiu seriamente a formação ideológica dos membros do Partido.

Predominaram os ordens e as críticas violentas que enfocavam a iniciativa e a personalidade dos militantes. Não conhecidos muitos casos de militantes que a princípio se encontravam cheios de ilusão e que alguns anos depois de ter ingressado nas fileiras do Partido se achavam dominar por uma terrível inferioridade e por uma quase completa ausência de entusiasmo.

A crítica, assumindo formas descorazonadas, ia se integrando no sistema de mandonismo e, de meio de luta contra as anomalias na vida partidária, de meio de assegurar as normas leninistas de vida partidária, se transformava, em numerosas oportunidades, em meio de manter um estado anormal de permanente violação dessas normas.

Em lugar de crítica construtiva que robustecesse as relações de camaradagem, o espírito coletivista, desenvolveu-se um tipo de crítica que era a própria negação desse espírito.

Chegou-se a criar no interior do Partido uma situação que pode ser assim retratada: se o camarada concordava com tudo, se não fazia a menor objeção, se acolhia sem nenhuma reparação as decisões ou tarefas que baixavam, era criticado "por não ajudar", "por não ter espírito crítico"; se fazia objeções mais ou menos sérias, se apontava falhas no trabalho de direção, era criticado ainda mais duramente, acusado de insuficiência e coisas ainda piores. Isto tudo gerava em muitos camaradas uma verdadeira confusão de idéias. Criava igualmente a falta de firmeza e o espírito de vacilação. As críticas violentas e hostis engendravam os charlatões, os mentirosos que procuravam ocultar os defeitos ou embellezar situações para fugir à crítica. Gerava igualmente o espírito de servilismo em relação aos organismos superiores e as atitudes arbitrárias e prepotentes em relação aos organismos inferiores.

Isto é fácil de compreender, de vez que a prepotência é a outra face do servilismo.

Nestas condições, quase que só se exercia a crítica de cima para baixo. A crítica de baixo para cima quase não se desenvolvia, por duas razões principais:

1) Os camaradas do Partido, os simples militantes de fileiras, sabiam de antemão da inutilidade ou ineficácia de qualquer crítica que eles faziam, que, em vez de ser levada em conta, era quase sempre rechaçada ou conatada.

2) Os militantes temiam atrair sobre si a má vontade e a ira do organismo superior.

Em tais circunstâncias, a crítica, de elemento construtivo, destinado a formar homens de poderosa vontade, não se transformando em seu contrário — em instrumento de coação e de imposição, que atrofina os indivíduos e abafa as iniciativas.

Não atinando os organismos dirigentes com o fato de que os erros e as dificuldades no trabalho do Partido tinham suas

origens, antes de tudo, na falta de democracia interna e que, portanto, ao removendo as condições de democracia e ouvindo a massa do Partido seria possível achar soluções justas para os problemas, em vez de estabelecer uma ampla democracia, procediam exatamente ao contrário: limitavam ainda mais a democracia, impunham a mão de ferro.

É preciso apertar os cravos, é preciso ser mais crítico, ser duro, deixar de ser liberal.

Ora, com isto a situação piorava, uma vez que, não se ouvindo o conjunto dos militantes, as resoluções baixadas não se ajustavam à realidade. Os membros do Partido, quando não se descontentavam totalmente das reuniões e decisões de a elas comparecer, faziam apenas ato de presença, acatando de maneira formal o que decia, transcorria-se ainda mais, omitindo-se de contribuir com opiniões e sugestões. Assim é que se ia construindo uma perigosa e mortal indiferença pelas coisas do Partido.

(Assim, de passagem, que após o IV Congresso houve uma certa melhoria que, entretanto, foi absolutamente insuficiente).

Ora, como o processo de elaboração de idéias e opiniões é um processo que começa de baixo para cima (os chineses assim exprimem esse processo: colher nas massas as opiniões dispersas, não generalizadas nem sistematizadas e desenvolvê-las às massas generalizadas e sistematizadas), com a extinção da democracia interna a coisa se inverte: a fonte de toda sabedoria em vez de ser procurada em baixo (na massa), passa a residir em cima (nos dirigentes). Talvez não seja temerário dizer que, assim agindo, abandonávamos as posições do materialismo dialético e revalávamos para as posições do racionalismo.

O racionalismo é, como ensina Rosental, a "tendência que reconhece a razão como única fonte do verdadeiro conhecimento, em oposição ao empirismo que considera como única fonte do conhecimento de verdade, os sentidos".

O materialismo dialético superou as unilateralidades do racionalismo e do empirismo e resolveu cientificamente o problema dos momentos sensorial e lógico no conhecimento, considerando-os em sua unidade e relação orgânica. A experiência dos sentidos é o ponto de partida do conhecimento e os conceitos lógicos, quer dizer, o momento racional, é a transformação dos dados sensoriais nas categorias dos homens.

Se as sensações e impressões, obtidas pela prática, são o primeiro degrau do processo do conhecimento, a primeira etapa do processo que leva à elaboração da teoria, a subordinação do C.C. do Partido tem que ser necessariamente o fruto da generalização e da ordenação das opiniões fornecidas pela massa através das bases do Partido, únicos organismos realmente aptos a colher uma grande soma de impressões porque dispostas por toda a extensão do país e em contacto vivo com a realidade.

Se, entretanto, não ouvindo conscientemente as bases, o partido, as massas, o C.C., ou melhor, o Secretariado do C.C., pretendia elaborar suas resoluções e teoria, o programa e a tática do Partido, e porque se colhia nas reuniões e acordamos na realidade e até certo ponto — é claro — incluído de racionalismo e idealismo.

O Partido estava, por assim dizer, como uma girândola de sobra para baixo.

Faltando um profundo conhecimento da situação real, conhecimento que só pode ser dado pela atenta escutação do massas dos militantes que são aqueles que em geral se acham em mais estreito contato com o povo, cresce e erve dentro do subjetivismo.

Em resumo: quanto mais se falava democracia no interior do Partido, mais se desenvolvia o subjetivismo, mais imperioso se fazia calar aos pés a democracia, empregar métodos ditatoriais, usar e abusar de sanções disciplinares para impor ao Partido planos e tarefas irre realizáveis porque elaborados sem ampla consulta aos organismos inferiores e às bases.

Nestas condições, era inevitável que se desfigurasse o conceito de disciplina partidária, entendida mais na acepção militar do que na de disciplina consciente e voluntária.

Em consequência dessas inversões das coisas a que aludimos, os assistentes que têm uma dupla função — ensinar e aprender — se invertem e os mestres de planos poderosos, limitando-se mais a ensinar do que a aprender.

Até certo ponto, as bases deixavam de ser aqueles "centros políticos" que precisam ser convertendo-se, em grau maior ou menor, em executores mecânicos de ordens e diretivas.

A propósito convém recordar estas palavras de TENG HSLAO HING: "Os subjetivos não compreendem que só pode ser mestre das massas aquele que, antes de tudo, sabe ser discípulo das massas, e só pode continuar sendo mestre destas aquele que continua a ser seu discípulo".

"Não somos seguidistas e, por isso, compreendemos perfeitamente que nem sempre as opiniões das massas podem ser justas e maduras. Por generalização e síntese não queremos significar a simples acumulação das opiniões das massas; torna-se necessário aqui a sistematização e a análise, a atitude crítica e a generalização".

Efektivamente, aquele que pensa que não tem nada a aprender com as massas, que só tem a ensinar, acabará inevitavelmente querendo impor seu pensamento às massas e chocando-se com elas.

Quantas vezes no passado tivemos dispor dos aliados, a nosso bel-prazer, como se fossem simples peças de um jogo de xadrez, o que fez que muitos deles se afastassem de nós.

Encerrando este artigo, quero dizer que, a meu ver, é indispensável examinarmos com a maior profundidade todos os aspectos da nossa atuação, a fim de mais depressa superarmos os defeitos existentes em nosso trabalho dirigente do Partido no seio do povo.

(MINAS GERAIS)

DIREÇÃO COLETIVA



(Da revista "Freie Welt", do P.S.U.A.)

ACOMPANHE OS DEBATES

Que Empolgam o Mundo Atual, Mas Adquiram Uma Sólida Base Teórica, Lendo Lendo Muito

	Cr\$
G. Plekhanov. QUESTÕES FUNDAMENTAIS ...	50,00
G. Plekhanov A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA	35,00
G. Plekhanov CURSO DE FILOSOFIA	80,00
MATERIALISMO DIALECTICO	80,00
K. Marx 18 BRUMÁRIO DE LUIS BONAPARTE	80,00
K. Marx AS LUTAS DE CLASSE NA FRANÇA	40,00
V. I. Lenin OBRAS ESCOLHIDAS 1.ª, 2.ª e 3.ª Vols.	115,00
V. I. Lenin O SOCIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	20,00
V. I. Lenin PROGRAMA AGRÁRIO	35,00
M. Rosenthal DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO	80,00
FALA TIPO	30,00

Estes livros têm um desconto de 10% como abono de Natal
Livraria INDEPENDÊNCIA
Rua do Carmo, 38 - Sobrelaje
Tel.: 52.3483